

KARL
MARX

O CAPITAL
livro I
capítulo VI
(inédito)

MARX
02kp
C.HUM
cap.6

KARL MARX

CAPITAL

livro I capítulo VI (inédito)
1ª edição

100 MARX
M392 KP
CI.FIL.HUM.
L.1 CAP.6

LIVRARIA EDITORA CIÊNCIAS HUMANAS LTDA.
SÃO PAULO
1978

Título original

DAS KAPITAL. ERSTES BUCH. DER PRODUKTIONSPROZESS DES KAPITALS. SECHSTES KAPITEL.
RESULTATI' DES UNMITTELBAREN PRODUKTIONSPROZESSES.
ARCHIV SOZIALISTISCHER LITERATUR 17 VERLAG NEUE KRIKIK FRANKFURT.

Traduzido da edição castelhana da Siglo XXI Editores S/A. por EDUARDO SUCUPIRA FILHO e cuidadosamente corrigido e cotejado com a edição alemã por CÉLIA REGINA DE ANDRADE BRUNI.

Capa de: YVONNE SARVÉ.

Revisão de:

Reg.: 262/01 16/5/01
Sua.: 497025
Adm.: 497356

CAPÍTULO SEXTO

I – RESULTADOS DO PROCESSO IMEDIATO DE PRODUÇÃO

[441]*

Neste capítulo devem ser considerados três pontos:

- 1) As *mercadorias* como *produto do capital*, d[a] produção capit[alista];
- 2) A produção capitalista é *produção de mais-valia*;
- 3) É, finalmente, *produção e reprodução de toda a relação*, através do que este processo imediato se caracteriza como *especificamente capitalista*.

Destas três rubricas, a de número 1 deve ser colocada ao final, e não ao começo, porque constitui uma passagem para o segundo livro – o processo de circulação do capital. Por questão de comodidade, comecemos aqui com esta.**

(*) Os números entre colchetes colocados na margem das páginas desta edição referem-se aos números das páginas do manuscrito original.

(**) Seguindo estas indicações, colocamos a segunda rubrica (Manuscrito pp. 459-491) e a terceira (Manuscrito pp. 492-495) em primeiro e segundo lugares respectivamente, e a terceira rubrica (Manuscrito pp. 441-458) ao final. (Nota da edição alemã.)

© Copyright by LIVRARIA EDITORA CIÊNCIAS HUMANAS LTDA.

Todos os direitos reservados. Interdito qualquer tipo de reprodução, mesmo de parte deste livro, sem a permissão por escrito dos editores.

Rua 7 de Abril, 264 - Subsolo B - Sala 5 - São Paulo - SP

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

[459]* *A Produção Capitalista como Produção de Mais-Valia*

Na medida em que o capital ainda se apresenta apenas sob suas formas elementares – enquanto mercadoria ou dinheiro – o capitalista surge sob formas características, já conhecidas, de possuidor de mercadorias ou de dinheiro. Por tal motivo, porém, estes últimos não são capitalistas em si mesmos, do mesmo modo que mercadoria e dinheiro não são, em si mesmos, capital. Assim como mercadoria e dinheiro se transformam em capital, segundo determinadas condições, assim também o possuidor de mercadorias e de dinheiro só se converte em capitalista dependendo dessas mesmas condições.

Originariamente, o capital entra em cena na qualidade de *dinheiro* que se deve transformar em *capital*; ou que só potencialmente (*dinamei*) é capital.

Os economistas incorreram no erro de identificar, por um lado, essas formas elementares de capital – dinheiro e mercadoria –, enquanto tais, com o capital; e, por outra parte, no erro de considerar que o modo de existência do capital como valor de uso – os *meios de trabalho* –, enquanto tal, é capital.

Em sua primeira forma provisória (por assim dizer), sob forma de *dinheiro* (ponto de partida da formação do capital), o capital ainda

existe apenas como dinheiro, isto é, como *soma de valores de troca*, sob a *forma autônoma de valor de troca*, sua expressão em dinheiro. Mas esse dinheiro deve valorizar-se. O valor de troca deve servir para gerar mais valor de troca. As *grandezas de valor* devem crescer, isto é, o valor existente não só deve conservar-se, mas pôr um *acréscimo*, um valor Δ , uma *mais-valia*, de tal sorte que o valor dado – a soma de dinheiro dada – se apresente como *fluente*, e o acréscimo, como *fluxão*. Voltaremos a essa expressão monetária autônoma do capital quando abordarmos seu processo de circulação. Como aqui só teremos de ocupar-nos com o dinheiro enquanto *ponto de partida do processo imediato de produção*, cabe formular apenas uma observação: o capital não existe, aqui, senão como uma *dada soma de valor* = D (dinheiro), no qual se extinguiu todo valor de uso; por conseguinte, sob a forma de dinheiro. A *grandeza* dessa soma de valor está limitada pelo *montante* ou *quantidade* da *soma de dinheiro* que deve transformar-se em capital. Essa soma de valor, converte-se, pois, em capital, na medida em que sua *grandeza aumenta* e se transforma em uma *grandeza variável*; pelo fato de que, desde o começo é um *fluente* que deve pôr uma *fluxão*. Em si, isto é, segundo sua *determinação*, essa soma de dinheiro apenas é capital porque deve ser empregada, gasta, de tal forma que tenha por finalidade seu *aumento*; porque é gasta com o *objetivo* de seu *aumento*. Se isso, com respeito à soma existente de valor ou de dinheiro, apresenta-se como sua *determinação* – impulso ou tendência interna –, com relação ao *capitalista*, isto é, ao possuidor dessa soma de dinheiro, à pessoa em cujas mãos essa função se processa, surge como *intenção*, *finalidade*. Nessa expressão originariamente simples do capital, enquanto valor ou dinheiro (que deve chegar a ser capital), em que se suprime e se faz abstração de toda relação com o valor de uso, desaparece, também, toda interferência perturbadora e todos os indícios que mais adiante confundirão o *processo real de produção* (produção de mercadorias etc.); a *natureza especificamente característica* do processo capitalista de produção manifesta-se, então, com abstrata simplicidade. Se o capital inicial era uma *soma de valor* = x , então a finalidade deve ser transformar esse x em capital, e isto se dá na medida em que se transforma em $x + \Delta x$, isto é, em uma soma de dinheiro ou soma de valor = à soma de valor originária + um excedente sobre essa soma de valor inicial; na *grandeza* em dinheiro dada + dinheiro adicional; no *valor dado* + *mais-valia*. A *produção de mais-valia*, que compreende a conservação do valor adiantado inicialmente apresenta-se, assim como a finalidade determinante, o interesse

(*) No manuscrito: ad. 2. (Nota da edição alemã.)

impulsor e o resultado final do processo de produção capitalista, em virtude do qual, o valor originário se transforma em capital. O modo pelo qual isso se consegue, o processo real dessa transformação de x em $x + \Delta x$, em nada altera a finalidade e o resultado do processo. Certamente, x pode transformar-se em $x + \Delta x$ independentemente do processo capitalista de produção, mas não sob a condição e premissas dadas de uma sociedade cujos membros competem e se opõem como pessoas que só se contrapõem em sua qualidade de possuidores de mercadorias, e que apenas como tais entram em contato umas com as outras (o que exclui a escravidão etc.); e em segundo lugar, não sob a outra condição de que o produto social se produza como mercadoria (o que exclui todas as formas em que o valor de uso é a finalidade principal dos produtores imediatos, e em que no máximo o excedente do produto, etc., se transforma em mercadoria).

[460] Essa finalidade do processo – de que x se transforme em $x + \Delta x$ – mostra, além disso, o curso que a investigação seguirá. A expressão deve ser função de uma grandeza variável, ou nela transformar-se no decorrer do processo. Em sua condição de soma de dinheiro dada, x é, a priori, grandeza constante, cujo incremento é, portanto, = 0. No curso do processo deverá transformar-se em outra grandeza que contém um elemento variável. É necessário descobrir esse componente e, ao mesmo tempo, comprovar por quais mediações a grandeza originariamente constante se converte em uma variável. O fato de que, como se verá mais adiante ao analisar-se o processo real de produção, uma parte de x se transforma novamente em grandeza constante – ou seja, em meios de trabalho – e que uma parte do valor de x se transforma apenas na forma de determinados valores de uso, em lugar de na forma-dinheiro dos mesmos (uma alteração que em nada modifica a natureza constante da grandeza de valor, sobretudo nessa, parte, na medida em que é valor de troca), esse fato, pois, nada altera, e x apresentar-se-á no processo como c (grandeza constante) + v (grandeza variável) = $c + v$. A diferença $\Delta(c + v) = c + (v + \Delta v)$, dado que a diferença de $c = 0$, é = $(v + \Delta v)$. O que, de início, aparecia como Δx , é realmente Δv . E a relação entre esse aumento da grandeza originária x e a parte de x de que é na realidade incremento, será necessariamente ($\Delta v = \Delta x$ (já que $\Delta x = \Delta v$)), $\frac{\Delta x}{v} =$

$\frac{\Delta v}{v}$, o que, efetivamente, é a fórmula da taxa de mais-valia.

Como o capital total $C = c + v$, do qual c é constante e v variável,

C pode considerar-se como função de v . Se v aumenta em Δv , C será = C' . Teremos, então:

- 1) $C = c + v$
- 2) $C' = c + (v + \Delta v)$

Se subtrairmos a equação 1) da equação 2), obteremos a diferença $C' - C$, isto é, que o aumento de $C = \Delta C$.

- 3) $C' - C = c + v + \Delta v - c - v = \Delta v$
- 4) $\Delta C = \Delta v$

Temos, pois, 3), e em consequência 4) $\Delta C = \Delta v$. Mas $C' - C$ é igual à grandeza pela qual variou C (= ΔC) igual ao incremento de C ou ΔC , portanto, 4). Em outras palavras, o incremento de capital total é igual ao incremento da parte variável do capital, de tal modo que ΔC , isto é, a alteração (*change*) da parte constante do capital é igual a 0. O capital constante nesta investigação sobre ΔC ou Δv é visto como igual a 0, isto é, não se deve levar em conta.

A proporção na qual v cresceu é = $\frac{\Delta v}{v}$ (taxa da mais-valia). A

proporção em que C cresceu é = $\frac{\Delta v}{C} = \frac{\Delta v}{c + v}$ (taxa de lucro).

A função verdadeira, específica do capital é, pois, a produção de mais-valia, e esta, como ver-se-á mais adiante, não é outra coisa que a produção de trabalho excedente, apropriação – no curso do processo de produção real – de trabalho não pago, que se objetiva como mais-valia.

Ocorre, além disso, que para a transformação de x em capital, em $x + \Delta x$, é necessário que o valor ou soma de dinheiro x se transforme em fatores do processo de produção, e, antes de tudo, em fatores do processo real de trabalho. Em certos ramos da indústria é possível que uma parte dos meios de produção – o objeto de trabalho – não tenha valor algum, não seja mercadoria, embora seja valor de uso. Em tal caso, uma parte de x se transforma simplesmente em meios de produção, e o objeto de trabalho, na medida em que se considera a transformação de x , isto é, a aquisição por meio de x de mercadorias que entram no processo de trabalho, se reduz à aquisição de meios de produção. Um fator do processo de trabalho – o objeto de trabalho – é igual a 0, na medida em que o valor entra em consideração. Mas consideramos a coisa em sua forma completa, sob a qual o objeto de trabalho é igual à mercadoria. No caso em que isso não se verifique,

esse fator deve ser considerado igual a 0, no que respeita ao valor (*as far as value is concerned*), para retificar o cálculo.

Assim como a mercadoria é a unidade imediata dos valores de uso e de troca, o processo de produção, que é *processo de produção de mercadorias* é a unidade imediata dos processos de trabalho e de valorização. Do mesmo modo que as *mercadorias*, isto é, as unidades imediatas dos valores de uso e de troca, *saem* do processo como *resultado*, como produto, nele entram na qualidade de elementos constitutivos. De um processo produtivo nunca pode resultar algo que não haja entrado nele sob forma de condições de produção.

A transformação da soma de dinheiro adiantada — visando a valorizar-se e transformar-se em capital — em *fatores do processo de produção*, constitui um ato da circulação de mercadorias, do processo de troca, e se resolve em uma série de aquisições. Por conseguinte, esse ato se desenvolve *fora* do processo imediato de produção. É apenas sua introdução, mas ao mesmo tempo *premissa necessária* do mesmo, e se em lugar do processo imediato de produção considerarmos o conjunto e a continuidade da produção capitalista, essa transformação do dinheiro nos *fatores do processo de produção* — a aquisição de meios de produção e capacidade de trabalho — constitui *momento imanente do processo global*.

[461]

Se considerarmos agora a figura do capital *dentro* do processo imediato de produção, comprovamos que reveste, como a simples mercadoria, a *dupla forma de valor de uso e valor de troca*. Nessas duas formas, entretanto, intervêm determinações adicionais, e mais complexas, que diferem das da simples mercadoria considerada isoladamente.

No que concerne ao *valor de uso*, de imediato, seu conteúdo particular, sua determinação ulterior, é completamente diferente para a determinação conceitual da mercadoria. O artigo que devia ser mercadoria, e, portanto, portador de valor de troca, deveria satisfazer alguma necessidade social, e, em consequência, possuir alguma propriedade útil. Isso é tudo (*Voilà tout*). O mesmo não ocorre com o *valor de uso* das mercadorias que operam no processo de produção. Em virtude da natureza do *processo de trabalho*, os meios de produção se dividem, primeiramente, em *objeto de trabalho e meios de trabalho*, ou, mais precisamente, em *matéria-prima*, por um lado, e *instrumentos, materiais auxiliares* etc. por outro. Trata-se de *determinações formais do valor de uso* que emanam da própria natureza do processo de trabalho, e desse modo, — em relação aos meios de produção — o valor

de uso recebe nova determinação. A *determinação formal do valor de uso* converge aqui em algo essencial para o desenvolvimento da *relação econômica*, da *categoria econômica*.

Além disso, os valores de uso que entram no processo de trabalho cindem-se em dois elementos opostos e rigorosamente diferentes no plano conceitual (exatamente como o fazem os meios de produção *objetivos*, como acabamos de mostrar): de um lado, os meios de produção *objetivos*, as *condições objetivas* de produção; de outro, a *capacidade operária de trabalho*, a *força de trabalho* que se manifesta orientada para determinado fim, a *condição subjetiva* da produção. Esta é uma nova determinação formal do capital, na medida em que surge sob a forma (*sub specie*) do *valor de uso* no processo imediato de produção. Na mercadoria simples, determinado trabalho orientado para um fim — fiar, tecer etc. — se materializa, se objetiva no fio, no tecido. A forma do produto adequada a um fim é o único vestígio do trabalho orientado para um fim, e esse mesmo vestígio pode apagar-se quando o produto tem a forma de um produto natural, como o gado, o trigo etc. Na mercadoria, o valor de uso aparece sob forma atual, como o existente, e que, no processo de trabalho, se apresenta apenas como *produto*. A mercadoria singular, de fato, é esse mesmo vestígio que traz em si o processo de sua formação, no qual foi abolido, efetivamente, o processo pelo qual nele se incorporou e se objetivou um trabalho útil particular. A mercadoria vem a ser o que é no processo de produção. Ela é expelida constantemente do processo, sob a forma de produto, de tal sorte que o próprio produto só aparece como um momento do processo. Uma parte do *valor de uso*, em que o capital se manifesta no processo de produção, é a própria *capacidade viva de trabalho*, mas capacidade de trabalho de determinada *especificidade*, correspondente ao valor de uso particular dos meios de produção; *capacidade de trabalho ativa*, uma *força de trabalho* que se *exterioriza* orientada para determinado fim e converte os meios de produção em momentos objetivos de sua atividade, *transformando-os*, por conseguinte, de forma originária de valor de uso à nova forma de produção. Disso resulta que os próprios valores de uso experimentem, no processo de produção, *verdadeiro processo de transformação*, seja de natureza mecânica, química ou física. Enquanto na mercadoria o valor de uso é um objeto determinado com propriedades determinadas, agora se torna transformação de coisas — de valores de uso — que operam como *matéria-prima* e meios de trabalho, em valor de uso de figura modificada: no *produto*; tal transformação se faz por meio do

trabalho vivo ativo, que é precisamente a capacidade de trabalho em ação (*actu*). Assim, a figura de que se reveste o capital no processo de trabalho, enquanto *valor de uso*, decompõe-se: *primeiro*, em *meios de produção*, conceitualmente diferenciados, mas interdependentes; *segundo*, em diferenciação conceitual, derivada da natureza do processo de trabalho, entre as condições *objetivas* de trabalho (os meios de produção) e as condições *subjetivas* de trabalho, a *capacidade* — ativa e orientada para uma finalidade — de *trabalho*, isto é, o próprio trabalho. *Terceiro*, não obstante, vendo-se o conjunto do processo, o valor de uso do capital apresenta-se aqui como processo produtor de valor de uso, processo no qual os meios de produção, com vistas a essa determinação específica, operam como meios de produção da *capacidade de trabalho específica* que atua em conformidade a um fim e corresponde à sua natureza determinada. Em outras palavras: o *processo completo de trabalho*, como tal, na interação viva de seus momentos objetivos e subjetivos, apresenta-se como a figura total do valor de uso, isto é, [como] a figura *real* do capital no processo de produção.

O processo de produção do capital é, antes de tudo, considerando-se seu lado real — ou considerando-o como processo que por meio do trabalho útil cria com valores de uso novos valores de uso — um *processo efetivo de trabalho*. Nessa condição, seus momentos, seus componentes conceitualmente determinados, são os do *processo de trabalho* em geral, os de todo *processo de trabalho*, qualquer que seja o nível de desenvolvimento econômico e o modo de produção sobre cuja base se efetua. Dado que a figura real, ou a figura dos valores de uso objetivos que *compõem o capital*, seu substrato material, é necessariamente a figura dos meios de produção — meios de trabalho e objetos de trabalho — que servem para a produção de novos produtos; e que, além disso, no processo de circulação esses valores de uso existem já (no mercado) sob a forma de mercadorias — portanto, em mãos do capitalista como possuidor de mercadorias — antes de operarem no processo de trabalho de acordo com seu destino específico — pois o capital, na medida em que se apresenta sob condições *objetivas* de trabalho *compõe-se*, em relação a seu valor de uso, de *meios de produção*, matérias-primas, elementos auxiliares e meios de trabalho, ferramentas, construções, máquinas etc. — levando à conclusão de que todos os *meios de produção*, potencialmente (*dinamei*), e na medida em que funcionem como meios de produção, são realmente (*actu*), *capital*; portanto, o capital é elemento necessário ao *processo de traba-*

lho humano em geral, abstração feita de toda sua forma histórica; o capital é algo etemo e condicionado pela natureza do trabalho humano. Igualmente, chega-se à conclusão de que, como o processo de produção do capital é em geral *processo de trabalho*, assim, o processo de trabalho em todas as formas sociais, é necessariamente *processo de trabalho do capital*. O capital é visto, desse modo, como *coisa*, que no processo de produção desempenha certo papel próprio de uma coisa, adequado a sua condição de coisa. Trata-se da mesma lógica, segundo a qual se o dinheiro é ouro, infere-se que o ouro é dinheiro em si mesmo; de que o trabalho assalariado é trabalho e, portanto, todo trabalho é forçosamente trabalho assalariado. Demonstra-se a *identidade* atendo-se ao que é *idêntico* em todos os processos de produção, prescindindo-se de suas *diferenças específicas*. A identidade demonstra-se em se deixando de lado a diferença. Nesta seção, voltaremos a ocupar-nos, em pormenor, desse ponto, cuja importância é decisiva. No momento, contentemo-nos com o seguinte:

Primeiro: as mercadorias que o capitalista comprou para consumi-las como *meios de produção* no processo produtivo (processo de trabalho), são propriedade sua. Efetivamente, não são mais do que seu dinheiro transformado em mercadorias e, da mesma forma, modo de existência de seu capital quando este era dinheiro; inclusive, de maneira ainda mais intensa, posto que existem sob a figura em que funcionam realmente como *capital*, isto é, como meios criadores de valor, valorizadores do valor, ou seja, para aumentá-lo. Tais meios de produção são, portanto, *capital*. Além disso, com a outra parte da soma de dinheiro inicial, o capitalista comprou capacidade de trabalho, operários ou, como se vê no capítulo IV, *trabalho vivo*. Este lhe pertence, a igual título que as condições objetivas do processo de trabalho. Contudo, impõe-se aqui a seguinte diferença específica: trabalho real é aquele que o operário dá realmente ao capitalista como equivalente à parte do capital transformada em salário, pelo preço de aquisição do trabalho. É o dispêndio de sua força vital, a realização de suas capacidades produtivas — seu movimento, não o do capitalista. Considerado como função pessoal, em sua efetividade, o trabalho é função do operário e não do capitalista. Considerado do ponto de vista da troca, o operário é o que o capitalista dele recebe no processo de trabalho; não o que é no momento em que o capitalista contrapõe-se a ele no processo de trabalho. Isso constitui uma antítese às condições objetivas de trabalho que, — como capital, e, como tal, modo de existência do capitalista — se defrontam no seio do mesmo pro-

cesso de trabalho com as condições subjetivas de trabalho – o próprio trabalho – ou melhor, com o *trabalhador*. É desse modo que – seja do ponto de vista do operário, seja do ponto de vista do capitalista – o *meio de produção*, enquanto modo de existência do capital, eminentemente (*eminently*) como capital, se contrapõe ao trabalho, ao outro elemento no qual o capital adiantado se transforma, e, por conseguinte, aparece fora do processo de produção, potencialmente (*dinamei*), como modo de existência específico do capital. Como se verá, isso se desenvolve ulteriormente, em parte em decorrência da natureza geral do processo capitalista de valorização (do papel que nele desempenham os meios de produção, sugando trabalho vivo), em parte, como decorrência do desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista (no qual a maquinaria etc., se converte no verdadeiro dominador do trabalho vivo). Eis por que, na base do processo capitalista de produção, dá-se essa *função indissolúvel dos valores de uso*, na qual o capital existe sob a forma de *meios de produção*; e daí a determinação desses meios de produção, dessas coisas, como *capital* – que é uma relação de produção social determinada – exatamente do mesmo modo que, no seio desse modo de produção, os nele implicados consideram o *produto* em si mesmo como *mercadoria*. E isso constitui uma base para o fetichismo dos economistas.

Segundo: os meios de produção saem da circulação e entram no processo de trabalho na qualidade de *mercadorias* determinadas, por exemplo, algodão, carvão, fusos etc. Eles se introduzem sob a *figura de valor de uso* que possuíam enquanto circulavam ainda como mercadorias. Uma vez integrados no processo funcionam com as propriedades correspondentes a seus valores de uso, pertinentes materialmente a eles enquanto coisas: o algodão como algodão etc. O mesmo não ocorre com a parte do capital denominada *variável*, a qual só se transforma realmente na *parte variável do capital* quando trocada por *capacidade de trabalho*. Considerado sob sua figura real, o *dinheiro* – essa parte do capital que o capitalista gasta para adquirir capacidade de trabalho – *nada mais* representa do que os *meios de subsistência existentes no mercado* – ou nele lançados em certas condições (*within certain terms*) – que entram no consumo individual do operário. O dinheiro é apenas a forma modificada desses meios de subsistência; nem bem o recebe, o operário converte-o de novo em meios de subsistência. Essa transformação, assim como o consumo dessas mercadorias na condição de valores de uso, é um processo que não guarda qualquer

relação *direta* com o processo imediato de produção – mais exatamente, com o processo de trabalho; ou melhor, efetua-se à margem do mesmo. Uma parte do capital, e, por fim o capital inteiro, transforma-se em *grandeza variável* precisamente porque, em lugar do *dinheiro*, em lugar de uma grandeza constante de valor, ou dos *meios de subsistência* nos quais pode apresentar-se o dinheiro – que, do mesmo modo, são grandezas constantes de valor – o que se troca é, pelo contrário, um elemento, a *capacidade viva de trabalho*, que gera valor e que, como elemento que produz valores pode ser maior ou menor, pode expressar-se como grandeza variável e, em geral, em todas as circunstâncias, entra como fator no processo de produção apenas como *grandeza fluida, que se torna* – e, portanto, contida em limites diversos (*within different limits*) –, e não como grandeza *que se tornou*. Em realidade, o consumo de meios de subsistência por parte dos operários pode ser compreendido (incluir-se) no processo de trabalho; se, por exemplo, inclui-se nas máquinas o consumo por elas efetuado de matérias instrumentais, do mesmo modo o operário apresenta-se apenas como instrumento, adquirido pelo capital, que para sua função no processo de trabalho necessita consumir, adicionar certa porção de meios de subsistência como suas matérias instrumentais. Isso ocorre em maior ou menor medida segundo a amplitude e brutalidade da exploração a que o operário é submetido. Como veremos *ad [2]** ao analisar como se reproduz a relação em seu conjunto, isto não está contido conceitualmente na relação capitalista neste sentido estrito. Em geral, o operário consome seus meios de subsistência quando *se interrompe* o processo imediato de produção, ao passo que a *máquina* consome os seus *durante seu funcionamento* (animal?). Se, entretanto, considerarmos a classe operária em conjunto, veremos que uma parte desses meios de subsistência são consumidos pelos familiares que ainda não trabalham, ou que já não trabalham. Efetivamente, a diferença que existe na prática entre o operário e uma máquina pode reduzir-se, no que se refere às matérias instrumentais (*quoad matières instrumentales*) e a seu consumo, à que existe entre o animal e a máquina. Não obstante, isso não é necessário, e, portanto, não cabe na determinação conceitual do capital. De qualquer maneira, a parte do capital consumida em salário aparece formalmente como parte que *já não* pertence ao capitalista, mas ao *trabalhador*, logo que passa a adotar a figura real

(*) [No manuscrito:] 3. [Ver nota ao início do capítulo. N. do T.]

dos meios de subsistência que entram no consumo do operário. *A figura do valor de uso* que essa parte – em sua condição de mercadoria – reveste, antes de seu ingresso no processo de produção – na qualidade de *meios de subsistência* – é, assim, completamente diferente da figura que assume no interior desse processo, a qual é a *força de trabalho que se manifesta ativamente*, portanto, o próprio trabalho vivo. Isso é, pois, o que diferencia especificamente essa parte do capital da que existe sob a figura de meios de produção, e é a razão pela qual – à base do modo capitalista de produção, os *meios de produção* no sentido amplo e *diferentemente de e em oposição aos meios de subsistência* – aparecem em si mesmos como *capital*. Tal aparência – prescindindo-se do que diremos mais adiante – dissolve-se simplesmente pelo fato de que a *forma de valor de uso* sob a qual existe o capital ao final do processo de produção é a do *produto*, e esse produto apresenta-se, quer sob a forma de *meios de produção*, quer sob a forma de *meios de subsistência*; ambos, pois, existem igualmente como *capital*, e, por conseguinte, em oposição à capacidade viva de trabalho.

Passemos agora ao *processo de valorização*.

No tocante ao *valor de troca*, observa-se novamente a diferença entre a *mercadoria* e o capital implícito no processo de valorização.

O *valor de troca* do capital que entra no processo de produção é menor do que o valor de troca do capital lançado ao mercado (posto que aqui é só o *valor das mercadorias* que entram como meios de produção no processo), isto é, o valor da parte *constante* do capital que ingressa como *valor* no processo de produção. Em lugar do *valor* da parte variável do capital, temos agora a *valorização*, enquanto *processo*, o trabalho implícito no ato (*actu*) da valorização, o trabalho que se realiza constantemente como valor, mas que indo além dos valores postos procede à criação de valores.

No que respeita à conservação do *velho valor* – parte de valor da parte constante – ela depende de que o *valor* dos meios de produção que entram no processo não seja maior do que o necessário, isto é, que nas mercadorias de que aqueles se compõem (por exemplo, as construções, maquinaria etc.) só se tenha materializado o *tempo de trabalho socialmente necessário* para a finalidade produtiva. Incumbe ao capitalista, na compra desses meios de produção, assegurar-se de que tenham como valores de uso (seja como matérias-primas, seja como máquinas etc.) a qualidade média (*average*) requerida para a fabricação do produto, isto é, que funcionem com a qualidade (*average*), e não oponham obstáculos extraordinários ao trabalho, nem

ao fator vivo (por exemplo, boa qualidade da matéria-prima); nisso se inclui, também, que a maquinaria empregada etc., não transmita às mercadorias mais do que o desgaste médio (*average dechet*) etc. Tudo isso corresponde ao capitalista. Mas, a conservação do valor do capital constante depende, além disso, de que, dentro do possível, seja consumido produtivamente, de que não seja desperdiçado, porque, do contrário, o produto conteria uma parte de trabalho objetivado maior do que o *socialmente necessário*. Isso depende, em parte, dos próprios operários, e é aqui que começa a *vigilância do capitalista*. (Este leva a cabo seus desígnios por meio do trabalho por empreitada (*task work*), descontos nos salários.) Além disso, é mister que o trabalho se efetue ordenadamente, com vistas a um fim; que a transformação dos meios de produção em produtos se realize de maneira adequada; que o valor de uso que se tem em vista como finalidade surja realmente como resultado, e de forma *bem sucedida*. Aqui, reaparecem a *vigilância* e *disciplina* do capitalista. Por último, é necessário que não se perturbe, não se interrompa o processo de produção, e que se chegue, efetivamente, com o produto no prazo (lapso) requerido pela natureza do processo de trabalho e por suas próprias condições objetivas. Isso depende, em parte, da *continuidade do trabalho*, que faz sua aparição com a produção capitalista, e em parte, por força de contingências exteriores, incontroláveis. Cada processo de produção implica em risco para os valores que nele ingressam, um risco, ao qual, não obstante: 1) estão sujeitos também *fora* do processo de produção; 2) e que é inerente a *todo* processo de produção, e não apenas ao do capital. (O capital protege-se contra ele, *associando-se*. O produtor direto, que trabalha com meios de produção próprios, expõe-se ao mesmo risco. Não se trata de algo peculiar ao processo capitalista de produção. Se na produção capitalista esse risco atinge o capitalista, isso se deve unicamente a que este usurpou a propriedade dos meios de produção.)

No que respeita aos fatores vivos do processo de valorização, deve-se: 1) conservar o *valor* do capital variável, reintegrando-o, reproduzindo-o, isto é, adicionando aos meios de produção uma quantidade de trabalho igual ao valor do capital variável ou do salário; 2) gerar um *aumento* de seu valor, uma mais-valia, de modo a objetivar no produto uma quantidade excedente de trabalho acima da existente no salário, uma *quantidade adicional de trabalho*.

A diferença entre o *valor de uso* do capital inicial, ou das mercadorias nas quais ele existe, e a *figura do valor de uso do capital* no

processo de trabalho corresponde à *diferença* entre o *valor de troca* do capital inicial e a aparição do *valor de troca* do capital no processo de valorização, já que *ali* o meio de produção, o capital constante, ingressa no processo sob a mesma *forma de valor de uso* que as mercadorias que o constituem possuíam anteriormente, ao passo que, em lugar dos *valores de uso* acabados que compõem o capital variável, faz sua aparição o fator vivo da força de trabalho, do trabalho efetivo, que se valoriza em novos valores de uso; e *aqui*, o *valor* dos meios de produção, do capital constante, entra como tal no processo de valorização, ao passo que o *valor* do capital variável não ingressa nele, mas é substituído pela atividade criadora de valor, a atividade — existente como processo de valorização — do fator vivo.

A fim de que o *tempo de trabalho* do operário produza valor proporcionalmente à sua duração, ele mesmo deve ser *tempo de trabalho socialmente necessário*. Isto é, o operário deve executar em determinado tempo a quantidade *socialmente normal* de trabalho útil, e por isso o capitalista obriga o operário a que seu trabalho alcance, pelo menos, o *grau médio* de intensidade de acordo com a norma social. Procurará aumentá-lo o mais que possa além desse *mínimo*, e extrair do operário, em determinado tempo, o maior trabalho possível, posto que toda intensificação do trabalho além do *grau médio* lhe proporciona mais-valia. Tratará, além disso, de prolongar o mais possível o processo de trabalho, além dos limites em que é necessário trabalhar para repor o valor do capital variável, o salário. Uma vez conseguida determinada intensidade do processo de trabalho, o capitalista procurará prolongar sua duração o mais possível; conseguida determinada duração do trabalho, esforçar-se-á por aumentar o quanto possível sua intensidade. O capitalista *obriga* o operário a dar a seu trabalho o nível normal, e se possível um nível superior de intensidade, e força-o, tanto quanto possível, a prolongar o processo de trabalho além do tempo necessário para reposição do salário.

Em virtude do caráter peculiar do processo capitalista de valorização, a *figura real* do capital no processo produtivo — sua *figura como valor de uso* — experimenta também nova modificação. Em *primeiro lugar*, os meios de produção devem estar disponíveis em *quantidade* suficiente, não só para absorver o trabalho necessário, como também o trabalho excedente. Em *segundo lugar*, modificam-se a intensidade e duração do processo real de trabalho.

Os meios de produção utilizados pelo operário no processo real de trabalho são, certamente, propriedade do capitalista, e na

condição de *capital* se defrontam — tal como vimos antes — com o trabalho, que é a própria manifestação vital do operário. Por outra parte, é ele quem os emprega em seu trabalho. No processo de trabalho efetivo, o operário *consome* os meios de trabalho como veículo de sua atividade, e o objeto de trabalho como a matéria na qual seu trabalho se apresenta. Por isso, precisamente, transforma os meios de produção na forma de produto adequado a um fim. Do ponto de vista do processo de valorização, entretanto, as coisas se apresentam diferentemente. Não é o operário quem utiliza os meios de produção; são os meios de produção que utilizam o operário. Não é o trabalho vivo que se realiza no trabalho objetivo como em seu órgão objetivo; é o trabalho objetivo que se conserva e aumenta pela absorção do trabalho vivo, graças ao qual se converte em um *valor que se valoriza*, em *capital*, e como tal funciona. Os meios de produção aparecem unicamente como *absorventes* da maior quantidade possível de trabalho vivo. Este apresenta-se apenas como meio de valorização de valores existentes, e, por conseguinte, de sua capitalização. E, prescindindo-se do que foi assinalado antes, justamente por isso os meios de produção aparecem de novo e se defrontam com o trabalho vivo na qualidade de modo de existência do *capital*, e, agora, como domínio do trabalho passado e morto sobre o trabalho vivo. Justamente como *criador de valor* o trabalho vivo se incorpora de maneira constante, no processo de valorização, ao trabalho objetivado. Como esforço, como dispêndio de força vital é a atividade pessoal do operário. Mas, enquanto *criador de valor*, implicado no processo de sua *objetivação*, o próprio trabalho do operário é, tão logo ingressa no processo de produção, um *modo de existência* do valor do capital, a este incorporado. Essa força *conservadora do valor* e criadora de *novo valor* é, em consequência, a força do capital, e tal processo se apresenta como processo de *autovalorização* do capital, e, muito mais, da pauperização do operário, o qual, criando um valor, cria-o ao mesmo tempo como um *valor que lhe é alheio*.

No tocante à produção capitalista, essa faculdade do trabalho objetivado de transformar-se em *capital*, isto é, de transformar os meios de produção em meios de direção e exploração do trabalho vivo, surge como algo inerente aos próprios meios de produção — a que, nesta base, está ligada potencialmente (*dinamei*) — como algo inseparável deles, e, por conseguinte, como *qualidade* que lhes corresponde na *condição de coisas*, enquanto *valores de uso*, enquanto *meios de produção*. Estes apresentam-se, então, em si mesmos, como *capital*, e o capital — uma vez que exprime uma *relação determinada de produção*,

[466]

relação social determinada, em cujo seio os possuidores das condições de produção se defrontam com a capacidade viva de trabalho na condição de *coisa* —, do mesmo modo que o valor, aparecia como qualidade de uma coisa, e a *determinação econômica* da coisa como *mercadoria*, como qualidade de coisa; do mesmo modo pelo qual a forma social que o trabalho assumia no dinheiro, apresentava-se como *qualidades de uma coisa*. 2) Na realidade, o domínio dos capitalistas sobre os operários é apenas o domínio das *condições de trabalho* (entre as quais se encontram, além das condições objetivas do processo de produção — isto é, os *meios de produção* — as condições objetivas da manutenção e eficácia da força de trabalho, isto é, os *meios de subsistência*) — condições de trabalho que se tornaram autônomas — sobre o próprio operário. Essa relação não se realiza senão no *processo real de produção*, que, como vimos, é essencialmente *processo de produção da mais-valia* — o que inclui a conservação do antigo valor — *processo de autovalorização do capital inicial*. No processo de circulação, capitalista e operário se defrontam apenas como *vendedores de mercadorias*; mas, em virtude da natureza especificamente polar que distingue os tipos de mercadorias que vendem entre si, o operário entra, forçosamente, no processo de produção na qualidade de componente do *valor de uso*, do *modo de existência real* e do *modo de existência como valor* do capital, apesar, dessa relação não se realizar senão no interior do processo de produção, e de o capitalista existente *dinamici* apenas como comprador de trabalho se converter em *capitalista* efetivo, quando, por força da venda de sua capacidade de trabalho, o trabalhador, transformado eventualmente (*eventualiter*) em operário assalariado, entra realmente naquele processo sob a direção do capital. As *funções* exercidas pelo capitalista não são mais do que as do próprio capital — do valor que se valoriza sugando trabalho vivo — exercidas com *consciência e vontade*. O capitalista só funciona na condição de capital *personificado*: é o capital enquanto pessoa; do mesmo modo, o operário funciona unicamente como *trabalho* personificado, que lhe pertence como *splúcio*, como esforço, mas que pertence ao capitalista como substância criadora e multiplicadora de riqueza. Esse trabalho apresenta-se de fato como um elemento incorporado ao capital no processo de produção, como seu fator vivo, variável. O domínio do capitalista sobre o operário é, por conseguinte, o da coisa sobre o homem, o do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor, já que, em realidade, as mercadorias, que se convertem em meios de dominação sobre os operários (mas apenas como meio

de domínio do próprio capital), não são senão meros resultados do processo de produção, os seus produtos. Na produção material, no verdadeiro processo da vida social — pois o processo de produção é isso — dá-se exatamente a *mesma* relação, que no terreno ideológico se apresenta na *religião*: a conversão do sujeito em objeto e vice-versa. Considerada *historicamente*, essa conversão surge como momento de transição necessário para impor, às expensas da maioria, a criação da riqueza enquanto tal, isto é, das brutais forças produtivas do trabalho social, as únicas que podem constituir a base material de uma sociedade humana livre. É necessário passar através dessa forma oposta, do mesmo modo por que a princípio o homem deve comportar-se de forma religiosa com relação a suas faculdades intelectuais consideradas como poderes independentes. Trata-se do *processo de alienação* de seu próprio trabalho. Aqui, o operário está, em princípio, em plano superior ao do capitalista, porquanto este último deitou raízes no processo de alienação, e nele encontra satisfação absoluta, ao passo que, pelo contrário, o operário, em sua condição de vítima do processo, coloca-se numa situação de rebeldia, e sente-o como processo de servidão. Na medida em que o processo de produção é ao mesmo tempo processo efetivo de trabalho, e que o capitalista, como *supervisor e dirigente*, tem função a desempenhar na produção efetiva, sua atividade assume de fato um conteúdo específico, múltiplo. Mas, o próprio *processo de trabalho* manifesta-se apenas como *meio* do *processo de valorização*, do mesmo modo que o valor de uso do produto aparece apenas como portador de seu valor de troca. A autovalorização do capital — a criação da mais-valia — é, pois, a finalidade determinante, predominante e avassaladora do capitalista, impulso e conteúdo absoluto de suas ações; e nada mais, em realidade, senão o impulso e a finalidade racionalizados do entesourador. Trata-se de um conteúdo absolutamente mesquinho e abstrato, que de certo ângulo, revela o capitalista submetido exatamente à mesma servidão em relação ao capital, embora de outra maneira que o operário, no pólo oposto.

A relação originária — na qual o aspirante a capitalista (*would be capitalist*) compra o trabalho (conforme o capítulo IV, isto é, em lugar da capacidade de trabalho) ao operário, a fim de capitalizar valor monetário, e o operário vende a disponibilidade sobre a sua capacidade de trabalho, sobre seu trabalho, para subsistir —, constitui a introdução e condição necessárias (contidas em si mesmas) da relação agora desenvolvida no processo real de produção, na qual o possuidor de mercadorias se converte em capitalista, em capital personificado,

[467]

e o operário em simples personificação do trabalho em proveito do capital. Como a primeira relação, em que ambos se contrapunham aparentemente na condição de *possuidores de mercadorias*, era a *premissa*, assim também — como veremos adiante — é o resultado e produto do processo capitalista de produção. Por conseguinte, é mister não confundir os dois atos. O primeiro é próprio da circulação; o segundo se desenvolve — à base do primeiro — apenas no processo efetivo de produção.

O processo de produção é a unidade *imediate* entre o processo de trabalho e o processo de valorização, do mesmo modo por que seu resultado imediato, a mercadoria, é a unidade *imediate* entre o valor de uso e o valor de troca. Contudo, o processo de trabalho não é mais do que um meio do processo de valorização, processo que, por sua vez, é essencialmente *produção de mais-valia*, isto é, *processo de objetivação de trabalho não pago*. Assim, se acha determinado especificamente o caráter global do processo de produção.

Se considerarmos o processo de produção de dois pontos de vista diferentes: 1) como *processo de trabalho*; 2) como processo de *valorização*, isso quer dizer que aquele é somente um único e indivisível processo de trabalho. Não se trabalha duas vezes, uma para criar produto utilizável, um valor de uso, *transformar* os meios de produção em produtos; a outra, para criar *valor e mais-valia*, para *valorizar o valor*. O trabalho se reduz unicamente à sua forma, maneira, modo de existência determinado, concreto, específico, no qual é a atividade com vistas a uma finalidade, que transforma os meios de produção em determinado produto: o fuso e o algodão, por exemplo, em *fio*. É apenas o trabalho de fiação etc., o que se agrega, e por sua incorporação cria constantemente mais fios. O que acrescenta valor é esse trabalho *efetivo*, enquanto possui determinado grau normal de intensidade (ou apenas *rende* na medida em que o possui), e enquanto esse *trabalho efetivo* de determinada intensidade se materializa no produto em determinadas quantidades, medidas pelo tempo. *Se o processo de trabalho se interrompesse* no momento em que a quantidade de trabalho acrescido sob forma de fiação etc., [fosse] igual à quantidade de trabalho contida no salário, não se produziria mais-valia nenhuma. A *mais-valia* também se apresenta em um *produto excedente*, nesse caso, em uma quantidade de fio que excede a quantidade cujo valor é igual ao valor do salário. O processo de trabalho (por sua intensidade) aparece, pois, como processo de valorização devido ao fato de que o trabalho concreto a ele acrescido é uma quantidade de *traba-*

lho socialmente necessário igual a certa quantidade de trabalho social médio, e devido ao fato de que esse *quantum* representa, além daquele contido no salário, um *quantum adicional*. Este é o cálculo *quantitativo* do trabalho concreto particular como *trabalho médio socialmente necessário*, cálculo que, entretanto, corresponde: 1) ao momento real da intensidade normal do trabalho (o fato de que para a elaboração de determinada quantidade do produto só se empregue o tempo de trabalho socialmente necessário para isso); e 2) ao prolongamento do processo de trabalho além da *duração* necessária para repor o valor do capital variável.

Do exposto se depreende que a expressão “*trabalho objetivado*”, [468] assim como a contradição entre o *capital* — como *trabalho objetivado* — e o *trabalho vivo* pode dar lugar às mais errôneas interpretações.

Indiquei linhas atrás¹ que a análise da mercadoria sobre a base do “*trabalho*” é, em todos os economistas anteriores, ambígua e incompleta. Não basta reduzi-la ao “*trabalho*”, mas ao *trabalho* sob a dupla forma em que se apresenta: por um lado, como *trabalho concreto*, no *valor de uso das mercadorias*; e por outro lado, calculado como *trabalho socialmente necessário*, no *valor de troca*. Do primeiro ponto de vista, tudo depende de seu valor de uso particular, de seu caráter específico, o qual, justamente, imprime sua marca específica no valor de uso criado pelo trabalho e o converte em valor de uso concreto, diferente dos demais — em determinado artigo. Por outro lado, faz abstração de sua utilidade particular, de sua natureza e modo determinado de trabalho, na medida em que é levado em conta como elemento *formador de valor*, e a mercadoria, como sua objetivação. Como tal, é trabalho indiferenciado, *socialmente necessário, geral*, trabalho inteiramente indiferente acerca de todo conteúdo particular, pelo que alcança, também, em sua expressão autônoma — no *dinheiro*, na mercadoria como *preço* — uma expressão comum a todas as mercadorias, diferenciável apenas pela quantidade. Do primeiro ponto de vista, a coisa se apresenta como determinado *valor de uso* da mercadoria, em sua determinada *existência coisificada*; do segundo, como *dinheiro*, quer este exista como dinheiro propriamente dito ou como simples moeda de cálculo, no preço das mercadorias. No primeiro caso, trata-se, exclusivamente da *qualidade*; no segundo, pura e simples-

(1) Sem esta confusão seria totalmente impossível a controvérsia sobre se, além do trabalho, a natureza também contribui para o produto. Isto se refere apenas ao trabalho *concreto*.

mente da *quantidade* de trabalho. No primeiro caso, a diferença do trabalho concreto se evidencia na divisão do trabalho; no segundo, em sua expressão monetária indiferenciada. No processo de produção, essa diferença se manifesta de maneira *ativa*. Não somos mais nós que a forjamos, mas é ela que se forja no próprio processo de produção.

A diferença entre *trabalho objetivado* e *trabalho vivo* manifesta-se no *processo real de trabalho*. Os meios de produção, por exemplo o algodão e o fuso etc., são produtos, valores de uso em que se *incorporam* determinados trabalhos úteis, concretos, como a construção de máquinas, o cultivo do algodão etc., ao passo que o trabalho de *fiação* surge no processo, não apenas como trabalho diferente, especificamente, dos trabalhos contidos nos meios de produção, mas como trabalho vivo que se está realizando e que expele, constantemente, seu produto, em oposição aos trabalhos já objetivados em seus produtos peculiares. Desse ponto de vista, se apresenta, também, uma oposição entre uma parte, como modo de existência presente do capital, e a outra, o trabalho vivo, sobretudo, como dispêndio de vida do operário. Além disso, no processo de trabalho, o trabalho objetivado apresenta-se como o elemento ou momento *objetivo* para a *realização do trabalho vivo*.

Diferentemente se apresenta o problema quando se considera o processo de valorização, a formação e a criação de novo valor.

O trabalho – aqui contido nos meios de produção – é um *quantum determinado de trabalho social geral*, e, portanto, se apresenta como certa *grandeza de valor* ou *soma de dinheiro*: de fato (*in fact*) no *preço* desses meios de produção. O trabalho agregado é um *quantum adicional determinado de trabalho social geral* e se apresenta como *grandeza de valor* e *soma de dinheiro* adicionais. O trabalho já contido nos meios de produção é o mesmo que o imediatamente acrescentado. Só se distinguem pelo fato de o primeiro estar *objetivado* em valores de uso, e o segundo, implícito no processo dessa *objetivação*; um é o passado, outro é o presente; um está morto, o outro, vivo; um está *objetivado* no pretérito perfeito; o outro se está *objetivando* no presente. Na medida em que o trabalho passado substitui o trabalho vivo, converte-se em processo, *valoriza-se*, transforma-se em “fluente” gerador de nova “fluxão”. Essa absorção de trabalho vivo adicional constitui seu *processo de autovalorização*, sua *transformação efetiva em capital*, em valor que se valoriza a si mesmo, transição de *grandeza constante de valor* para grandeza de valor variável e em *transformação*. Na verdade esse trabalho adicional só pode ser acrescentado aos meios de produção sob a figura de trabalho concreto, e, portanto, apenas

em sua forma específica de valores de uso peculiares, assim como o valor contido nesses meios de produção só se *conserva* em virtude de seu consumo como meio de trabalho por parte do trabalho concreto. Isso, entretanto, não exclui o fato de que o *valor existente*, o trabalho *objetivado* nos meios de produção, aumente, não só acima de seu próprio *quantum*, como também, e unicamente, acima do *quantum* de trabalho objetivado no capital variável; e aumente na medida em que absorve trabalho vivo, e este se objetiva como *dinheiro*, como *trabalho social geral*. É, portanto, eminentemente (eminently) nesse sentido – referindo-se ao *processo de valorização*, ao verdadeiro objetivo da produção capitalista – que o capital como trabalho *objetivado*, trabalho acumulado, trabalho preexistente etc. (*accumulated labour, pre-existent labour and so forth*), se contrapõe e é contraposto pelos economistas ao trabalho *vivo*, trabalho imediato (*immediate labour*) etc. Mas, estes, continuamente incorrem em contradições e ambigüidades – inclusive Ricardo – por não desenvolverem claramente a análise das mercadorias, à base do trabalho, em sua dupla forma.

Através do processo originário de troca entre o capitalista e o operário – como possuidores de mercadorias – se apresenta apenas o fator vivo, a capacidade de trabalho, como um momento da figura real do capital no processo de produção. Mas, somente no processo de produção o *trabalho objetivado* se transforma, mediante a absorção de trabalho vivo, em *capital*, e só assim *o trabalho se transforma em capital*.*

(*) Marx anotou aqui: “Nota”, e acrescentou a seguinte indicação: “O exposto entre as páginas 96 e 107, sob o subtítulo “O processo imediato de produção” vem aqui, e é necessário combinar (*to blend*) com o anterior e retilificar (*to rectify*) a ambos, um com o outro. Esse texto corresponde às páginas 262-264 deste livro.” De acordo com estas indicações incluímos neste lugar as duas passagens mencionadas. Não foram realizadas modificações (“to rectify ambos, um com o outro”). As páginas a serem incluídas (originariamente 96-107) foram posteriormente numeradas por Marx de 469a a 469m. O texto a incluir, que começa na página 469a (96), está precedido por uma passagem anulada por Marx (riscada com quatro linhas oblíquas), que constitui uma continuação das páginas originárias 1-95, as quais não chegaram até nós. No alto da página Marx escreveu: “isto corresponde à p. 496” (por lapso; trata-se de p. 469). O texto não riscado que se segue ao fragmento suprimido, leva o título, que não se coaduna com o contexto: “6. O processo imediato de produção.” Texto eliminado por Marx: [. . .] “Posto que o capital, com o qual se adquire a capacidade de trabalho, consiste de fato em meios de subsistência, ainda que esses meios de subsistência se transformem ao operário sob a forma de dinheiro. A

O processo de produção capitalista é unidade dos processos de trabalho e de valorização. Para transformar dinheiro em capital, se o transforma em mercadorias, as quais constituem *fatores do processo de trabalho*. Com o dinheiro se deve adquirir, em primeiro lugar, *capacidade de trabalho*, e, em segundo, *objetos*, sem os quais não se pode consumir a capacidade de trabalho, ou seja, esta não pode *trabalhar*. No *processo de trabalho* esses objetos não têm outro sentido senão o de servir como *meios de subsistência do trabalho*, *valores de uso do trabalho*: com relação ao próprio trabalho vivo, o de servir como material e meio; em relação ao produto do trabalho, o de servir como meios de produção; em relação a esses meios de produção que já são produtos, o de servir como produtos enquanto meios para produzir novo produto. Mas, tais objetos não desempenham esse papel no processo de trabalho porque o capitalista os compra — pelo fato de serem a forma transmutada de seu dinheiro — mas, pelo contrário, ele os compra porque desempenham tal papel no processo de trabalho. Para o processo de *fição* é indiferente, por exemplo, que o algodão e o fuso *representem* o dinheiro do capitalista, ou seja, o *capital*, assim como o dinheiro gasto seja, segundo sua determinação, *capital*. O material de trabalho e os meios de trabalho convertem-se no que são em *mãos do operário de fição*; isso ocorre porque o trabalhador fia e não porque transforma o algodão que pertence a outra pessoa, com o fuso que pertence a essa mesma pessoa, em fio para ela mesma. Pelo fato de no processo de trabalho se consumirem mercadorias, ou pelo fato de que ali se as consuma produtivamente, tais mercadorias não se transformam em *capital*, mas em elementos do processo de trabalho. Representam o *capital* do capitalista na medida em que ele compra esses elementos objetivos do processo de trabalho. O mesmo se pode dizer do trabalho. Este representa, também, seu *capital*, já que o trabalho pertence ao comprador de capacidade de trabalho tanto quanto as condições objetivas de trabalho por ele adquiridas.

pergunta: que é o capital?, ele poderia, também, com os adeptos do sistema monetário, responder: o *capital é dinheiro*, pois, se no processo de trabalho o *capital* existe materialmente sob a forma de matérias-primas, instrumentos de trabalho, etc.; no processo de circulação existe sob a forma de dinheiro. Com a mesma lógica, um economista da Antiguidade, à pergunta — que é um trabalhador? — teria respondido: um trabalhador é um escravo (porque o escravo era o trabalhador no processo de trabalho próprio do mundo antigo). (*Nota da edição alemã.*)

E não só lhe pertencem os diversos elementos do processo de trabalho, como o processo de trabalho inteiro. O *capital*, que antes existia sob a forma de dinheiro, existe agora sob a forma de processo de trabalho. Mas, pelo fato de o *capital* se haver apoderado do processo de trabalho, e de o operário, por conseguinte, trabalhar para o capitalista em lugar de fazê-lo para si mesmo, não se modifica em nada a *natureza geral* do processo de trabalho. Pelo fato de o dinheiro — em sua transformação em *capital* — se converter em fatores do processo de trabalho — e adotar, necessariamente, a figura de material de trabalho e meios de trabalho — o material de trabalho e os meios de trabalho não se tomam, por natureza, *capital*, do mesmo modo que ouro e prata não se convertem por natureza em *dinheiro*, embora este se apresente, entre outras coisas, como ouro e prata. Os próprios economistas modernos — que zombam do simplismo do sistema monetário, e que à pergunta: que é dinheiro? respondem: ouro e prata são dinheiro — não se envergonham de responder à pergunta: que é o capital? O *capital* é o algodão. Não afirmam outra coisa quando declaram que o material e os meios de trabalho, os meios de produção e os produtos utilizados para a nova produção — em suma, as *condições objetivas do trabalho* — são por natureza *capital*, e o são na medida em que servem, graças a suas propriedades materiais, como valores de uso, no processo de trabalho. É perfeitamente normal que outros acrescentem: o *capital* é carne e pão, já que, embora o capitalista compre com dinheiro a capacidade de trabalho, esse dinheiro, em realidade, não representa senão carne, pão, ou em outras palavras, meios de subsistência do operário.² Uma cadeira com quatro pernas, forrada de veludo, repre-

[469 b]

(2) "O *capital* é aquela parte da riqueza de um país utilizada na produção, e consiste em alimentos, roupas, ferramentas, matérias-primas, maquinaria etc., necessários para levar a termo o trabalho" (89. Ricardo l.c.). "O *capital* é uma parte da riqueza nacional utilizada ou destinada a promover a reprodução" (21. G. Ramsay, l.c.). "O *capital* . . . um tipo particular de riqueza . . . destinado . . . à obtenção de outros artigos úteis" (F. Torrens, l.c.). "O *capital* . . . produzido . . . como meio de nova produção" (Senior, l.c. p. 318). "Quando se dedica um fundo à produção material, ele toma o nome de *capital* (207, t. I. Storch, *Cours d'économie politique*, éd. Paris, 1823). "O *capital* é a parte da riqueza produzida destinada à reprodução (p. 364, Rossi, *Cours d'économie politique*, 1836/37, ed. Bruxelas, 1842). Rossi quebra a cabeça ante a "dificuldade" de saber se a "matéria-prima" também pode ser considerada *capital*. Poder-se-ia distinguir, certamente, entre "capital-matéria" e "capital-instrumento", mas "é verdadeiramente (a matéria-prima) instrumento de produção? Não é o objeto sobre o qual devem

senta, em certas circunstâncias, um trono, mas nem por isso, essa cadeira – objeto que serve para sentar – é um trono por natureza de seu valor de uso. O fator essencial do processo de trabalho é o próprio trabalhador; e no processo antigo de produção esse trabalhador é um escravo. Mas, disso não se deduz que esse trabalhador seja, por natureza, *escravo* – ainda que esta última opinião não esteja muito longe da sustentada por *Aristóteles*, do mesmo modo que do fato de o fuso e o algodão serem hoje consumidos pelo *operário assalariado* no processo de trabalho não se desprende que sejam *capital* por natureza. Esse absurdo – o de considerar que determinada *relação social de produção* representada em coisas é propriedade natural dessas mesmas coisas – salta à vista logo que abrimos o primeiro manual de economia que nos venha às mãos, e vemos já na primeira página que os elementos do processo de produção, reduzidos a sua forma mais geral, são a terra, o *capital* e o trabalho.³ Com igual razão, poder-se-ia dizer que fazem parte da *propriedade fundiária* facas, tesouras, fusos, o algodão, os cereais, em uma palavra, o *material de trabalho* e os *meios de trabalho* – e o *trabalho assalariado*. De um lado, citam-se os elementos do processo de trabalho misturados com os *caracteres sociais específicos* que aqueles possuem em determinada fase do desenvolvimento *histórico*; e, de outro, acrescenta-se um elemento que pertence ao *processo de trabalho* independentemente de qualquer forma social determinada, como processo eterno entre o homem e a natureza em geral. Adiante, veremos como tal ilusão dos economistas – que confundem a apropriação do processo de trabalho pelo capital com o próprio processo de trabalho e, portanto, transformam os *elementos objetivos* do processo de trabalho em capital (porque também o capital, entre outras coisas, se transforma nos elementos objetivos do pro-

atuar os instrumentos de produção?” (p. 367) Não percebe, uma vez que confundiu o capital com suas formas fenomênicas materiais e que às condições objetivos do trabalho denomina capital, que, com respeito ao trabalho; estas, sem dúvida, se distinguem como material de trabalho e meios de trabalho, mas que, em relação ao produto são igualmente meios de produção (tal como ele, a fls. 372, chama simplesmente o capital de “moyens de production”). “Não existe diferença nenhuma entre um *capital* e qualquer outra porção da riqueza: uma *coisa* se transforma em *capital* tão-somente pelo uso que dela se faz, isto é, quando se a utiliza em uma operação produtiva como matéria-prima, como instrumento ou como meio de subsistência” (*Cherbuliez, Riche ou pauvre*, Paris, 1841, p. 18).

(3) Cf., por exemplo, *John Stuart Mill, Principles of Political Economy*, v. 1. b[ook] 1.

cesso de trabalho) –, como essa ilusão (que entre os economistas clássicos perdurou apenas enquanto consideravam o processo de produção capitalista exclusivamente do ponto de vista do processo de trabalho, e que, por conseguinte, corrigiram através de análise posterior) surge da própria natureza do processo capitalista de produção. De imediato, resulta ser este um método cômodo para demonstrar a eternidade do modo capitalista de produção ou para fazer do capital um *elemento natural impercível* da produção humana. O trabalho é condição natural eterna da existência humana. O processo de trabalho não é outra coisa senão o próprio trabalho, visto no momento de sua atividade criadora. Os momentos gerais do processo de trabalho, por conseguinte, são independentes de todo desenvolvimento social determinado. Os meios e materiais de trabalho, dos quais uma parte é já produto de trabalhos precedentes, desempenham seu papel em todo processo de trabalho, em qualquer época e sob quaisquer circunstâncias. Se, portanto, lhes aplico o nome de *capital*, na certeza de que *semper aliquid haeret* [sempre algo restará], terei *demonstrado* que a existência do capital é uma lei natural eterna da produção humana e que o Kirgiz* – que com uma faca roubada aos russos corta juncos para fazer seu barco – é capitalista como o senhor Rothschild. Do mesmo modo, poderia demonstrar que gregos e romanos tomavam a comunhão porque bebiam vinho e comiam pão, e que os turcos, quotidianamente, se persignavam com a água-benta dos católicos porque se lavam todos os dias. É um tal desatino, impertinente e insosso que se encontra, com presunções importância, não só num F[rancis] Bastiat ou nos tratadozinhos econômicos da *Society for the Advancement of Useful Knowledge*, ou nos livros para ingênuos redigidos por uma “mother” *Martineau*, mas até mesmo difundido por escritores especializados. Em vez de provar dessa maneira, como pretendem, a eterna necessidade natural do capital, *nega-se*, pelo contrário, tal necessidade, inclusive para determinada fase histórica do desenvolvimento do processo social de produção. Pois, com efeito, à afirmação de que o capital não é outra coisa senão material de trabalho e meios de trabalho, ou que

[469 c]

(*) Povo do nordeste da Ásia Central, hoje parte das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Originariamente nômades. Passaram a habitar a atual região na primeira metade do séc. XIX. Na segunda metade do mesmo século caem sob o jugo do colonizador russo, que lhes toma as melhores terras. Apenas após a Revolução de 1917 os Kirgizes foram reconhecidos enquanto entidade nacional e política. (N. dos Ts.).

os elementos objetivos do processo de trabalho são, por natureza, capital, replicar-se-á, com razão, que é necessário o capital, mas nunca os capitalistas, ou que o capital nada mais é do que um nome inventado para enganar as massas.⁴

A incapacidade de compreender o processo de trabalho independentemente, e ao mesmo tempo como um aspecto do processo capitalista de produção, vê-se de maneira ainda mais clara quando o senhor [Francis] Wayland, por exemplo, nos conta que a matéria-prima seria capital, e que, graças à sua elaboração, transformar-se-ia em produto. Destarte, o couro seria produto do curtidor, e o capital do sapateiro. Matéria-prima e produto são determinações que correspondem a uma coisa em relação ao processo de trabalho, e nada têm a ver, em si mesmos, com sua determinação de capital, embora ambos — matéria-prima e produto — representem capital, tão logo o capitalista se apodera do processo de trabalho.⁵ O senhor Proudhon explorou isso

(4) "Dizem-nos que o trabalho não pode dar nenhum passo sem o capital; que a pá, para o homem que cava a terra, é tão importante quanto seu trabalho; que o capital é tão necessário para a produção como o próprio trabalho. O operário sabe de tudo isso; todo dia essa verdade salta-lhe aos olhos; mas tal dependência mútua entre capital e trabalho nada tem a ver com a posição relativa do capitalista e do operário, nem demonstra que o primeiro deva ser mantido pelo segundo. O capital não é outra coisa do que produção não consumida, e todo capital que neste momento existe, existe independentemente de um indivíduo particular ou de uma classe particular; e de nenhum modo se identifica com ele; e se cada capitalista e cada riqueza da Grã-Bretanha ficasse, de repente, morto como pedra, nem uma só partícula de riqueza ou de capital desapareceria com ele, nem a nação empobrecer-se-ia sequer pelo valor de um farthing. E o capital e não o capitalista o essencial para as operações do produtor, e medeia entre os dois a mesma diferença que existe entre o carregamento real de um navio e o recibo da carga" (J.F. Bray, *Labour's Wrongs and Labour's Remedy Leeds*, 1839).

"O capital é uma espécie de palavra cabalística, como igreja ou estado ou outro desses termos gerais que, para esconder a mão que tosquia o resto da humanidade, foi inventada por aqueles que a despojam" (*Labour Defended Against the Claims of Capital*, London, 1825). O autor desse escrito anônimo é Thomas Hodgskin, um dos economistas ingleses modernos mais notáveis. Sua obra citada, cuja importância ainda hoje é reconhecida (cf., por ex. er., John Lalor, *Money and Morals*, London, 1852) suscitou, alguns anos depois de sua aparição, uma réplica anônima de Lord Brougham, que é tão superficial como as demais contribuições econômicas desse gênio palrador.

(5) "The material which (...) we obtain for the purpose of combining it with our own (!) industry, and forming it into a product, is called capital; and, after the labour has been exerted, and the value created, it is called a product.

com a "profundidade" que o distingue: "a que se deve que a noção de produto se transforme, subitamente, na noção de capital? A idéia de valor. Isso significa que, para converter-se em capital, o produto deve ter passado por uma valorização autêntica, ter sido comprado ou vendido, ter seu preço discutido e fixado por uma espécie de convenção legal. Por exemplo: o couro que sai do matadouro é produto do carneador. O curtidor compra esse couro? Imediatamente este o acrescenta, ou acrescenta seu valor, ao seu fundo de exploração. Através do trabalho do curtidor, esse capital converte-se novamente em produto".

O senhor Proudhon pode ser caracterizado pelo aparato de pseudo-metafísica, mediante o qual inscreve, primeiro, como capital, em seu "fundo de exploração", as noções elementares mais vulgares, e em seguida vende-as ao público como grandiloquente "produto". Em si mesma, a questão de como o produto se transforma em capital é um disparate, mas a resposta é digna da pergunta. Com efeito, o senhor Proudhon só nos apresenta dois fatos bastante conhecidos: o primeiro é de que, às vezes, há produtos que se elaboram como matéria-prima; e o segundo, de que os produtos são por sua vez mercadorias, isto é, têm um valor, que antes de realizar-se deve superar a prova de fogo da discussão entre comprador e vendedor. O mesmo "filósofo" observa: "La différence pour la société, entre capital et produit n'existe pas. Cette différence est toute subjective aux individus" ("Para a sociedade não existe diferença entre capital e produto. Essa diferença é inteiramente subjetiva, existe para os indivíduos"). Ele denomina "subjetiva" a forma social abstrata, e "sociedade", sua abstração subjetiva.

Conquanto o economista considere o processo capitalista de produção apenas do ponto de vista do processo de trabalho, declara que o capital é simples coisa — matéria-prima, instrumento etc. —,

Thus, the same article may be product to one, and capital to another. Leather is the product of the currier, and the capital of the shoemaker".

"O material que ... obtemos, para combiná-lo com nossa própria indústria e transformá-lo em produto denomina-se capital; e, uma vez executado o trabalho e criado o valor, chama-se produto. De tal modo, o mesmo artigo pode ser produto para um, e capital para outro. O couro é o produto do curtidor, e o capital do sapateiro". (F. Wayland, l.c., p. 25). Segue-se o lixo proudhoniano acima mencionado, a respeito de que citaremos: "Gratuité du Crédit. Discussion entre M. Fr. Bastiat et M. Proudhon", Paris, 1850, p. 179-180.

vem-lhe à mente, outra vez, que o processo de produção é também processo de valorização, e que, em relação a este último processo, aquelas coisas só entram em consideração como *valor*. "O mesmo capital existe, ora sob forma de soma de dinheiro, ora sob forma de matéria-prima, de instrumento, de mercadoria acabada. Essas coisas, não são propriamente o *capital*; este reside no *valor* que elas têm."⁶ Na medida em que esse valor "se conserva, não desaparece, se reproduz, liberta-se da mercadoria que o criou, e como qualidade metafísica e insubstancial permanece sempre em poder do mesmo produtor (isto é, capitalista)",⁷ e o que vinha de ser denominado *coisa*, resulta agora em "*idéia comercial*".⁸

O produto do processo de produção capitalista não é simplesmente *produto* (valor de uso), nem simples *mercadoria*, isto é, produto que tem um valor de troca; seu *produto específico* é a *mais-valia*. Seu produto são *mercadorias* que possuem mais valor de troca, isto é, que representam mais trabalho do que o adiantado para sua produção sob forma de dinheiro ou mercadorias. No processo capitalista de produção o *processo de trabalho* só se manifesta como *meio*; o *processo de valorização* ou a *produção de mais-valia*, como fim. Enquanto o economista se recorda disso, o capital é proclamado como riqueza que se transforma na produção para obter "lucro".⁹

Vimos que a transformação de dinheiro em capital decompõe-se em dois processos autônomos, que pertencem a esferas completamente diferentes e existem separadamente um do outro. O primeiro processo pertence à esfera da *circulação de mercadorias*, e portanto, se efetua no *mercado*. Trata-se da compra e venda da *capacidade*

(6) J.B. Say, t. II, p. 429. Nota. Quando Carey diz "*capital* . . . all articles possessing exchangeable value" ("*Capital* . . . todos os artigos que possuem valor de troca") (H.C. Carey, *Principles of Political Economy*, part. I, Philadelphia, 1837, p. 294) recai na definição do capital já mencionada no primeiro capítulo "*Capital - is commodities*", definição que apenas se refere ao aparecimento do capital no processo de circulação.

(7) *Sismondi, Nouv. Princ.*, etc. t. I, p. 89.

(8) "O capital é uma idéia comercial", *Sismondi, Études*, t. II, p. 273.

(9) "*Capital*, a parte das reservas de um país utilizadas com vistas ao lucro na produção e distribuição de riqueza" (T.R. Malthus, *Definitions in Political Economy*, New edition, by John Cuzenove, London, 1853, p. 10) - "*Capital*, a parte da riqueza utilizada para produção e *generally for the purpose of obtaining profit*" ("geralmente com a finalidade de obter lucros") (Th. Chalmers, *On Political Economy* etc., London, 1832, 2nd edition).

de trabalho. O segundo processo consiste no *consumo da capacidade de trabalho adquirida* ou no próprio *processo de produção*. No primeiro processo, o capitalista e o operário se contrapõem unicamente como possuidor de dinheiro e possuidor de mercadoria, e sua *transação* é a que se produz entre todos os compradores e vendedores, uma *troca* de equivalentes. No segundo processo, o operário apresenta-se transitivamente (*pro tempore*) como componente vivo do próprio capital, e a categoria de troca está aqui totalmente excluída, já que o capitalista se apropria - pela compra - de todos os fatores do *processo de produção* - tanto materiais como pessoais, antes do início do processo. Ainda que ambos os processos existam de maneira autônoma, um ao lado do outro, eles se condicionam reciprocamente. O primeiro dirige o segundo, que por sua parte o complementa.

O primeiro processo, a *compra e venda da capacidade de trabalho* só nos mostra o capitalista e o operário como comprador e vendedor de uma mercadoria. O que distingue o operário de outros vendedores de mercadorias é a *natureza específica*, o *valor de uso específico* da mercadoria vendida por ele. Mas, o valor de uso peculiar das mercadorias não modifica, em absoluto, a determinação formal econômica da transação; em nada modifica o fato de que o comprador representa dinheiro, e o vendedor, mercadoria. Por conseguinte, para *demonstrar* que a relação entre o capitalista e o operário é apenas uma relação entre possuidores de mercadorias, os quais trocam dinheiro e mercadorias com base em contrato livre, de mútuo benefício, basta isolar o primeiro processo, atendo-se a seu caráter formal. Esse simples jogo de prestidigitação não chega ao nível da bruxaria, mas constitui o repositório de sabedoria à disposição da economia vulgar.

Como vimos, o capitalista deve transformar seu dinheiro não só em capacidade de trabalho, mas também em fatores objetivos do processo de trabalho, os meios de produção. Se, não obstante, considerarmos o capital integral, por um lado, isto é, o conjunto dos adquirentes de capacidade de trabalho, e, por outro, a totalidade dos vendedores de capacidade de trabalho, a totalidade dos operários, veremos que o operário se vê obrigado a vender, em lugar de uma mercadoria, sua própria capacidade de trabalho como mercadoria. Isso se deve a que, por outro lado, vê como propriedade alheia todos os meios de produção, todas as condições objetivas do trabalho, assim como todos os meios de subsistência, o dinheiro, os meios de produção e os meios de subsistência; e isto porque toda *riqueza objetiva surge* aos olhos do operário como propriedade dos *possuidores de mercadorias*.

A premissa é que o operário trabalha como *não proprietário*, e as condições de seu trabalho se lhe antepõem como *propriedade alheia*. Que o capitalista número 1 seja possuidor de dinheiro e compre ao capitalista número 2, possuidor de meios de produção esses mesmos meios, ao passo que o operário, com o dinheiro recebido do capitalista nº 1 compra meios de subsistência ao capitalista nº 3, em nada altera o fato de que os capitalistas nº 1, 2 e 3 são, em conjunto, possuidores exclusivos do dinheiro, dos meios de produção e dos meios de subsistência. O homem só pode viver na medida em que produz seus meios de subsistência, e só pode produzi-los na medida em que se encontre de posse de meios de produção, de posse das condições objetivas do trabalho. Compreende-se, então, de princípio, que o operário, despojado dos meios de produção vê-se privado, também, de meios de subsistência, e que, inversamente, um homem privado de meios de subsistência, não pode criar meio algum de produção. Assim, o que no primeiro processo, antes que o dinheiro ou a mercadoria se tenham transformado realmente em *capital*, lhes imprime, desde o começo, o caráter de *capital* não é nem sua natureza de dinheiro nem sua natureza de mercadoria, nem o valor de uso material dessas mercadorias, consistente em servir como meios de subsistência e de produção, mas o fato de que o dinheiro e a mercadoria, os meios de produção e meios de subsistência se defrontam com a *capacidade de trabalho* — destituída de toda riqueza objetiva — como *poderes autônomos* personificados em seus possuidores; e que, portanto, as condições materiais necessárias à realização do trabalho estão *alienadas* em relação ao próprio operário, ou melhor, apresentam-se como *fetiches* dotados de vontade e alma próprias; e, ainda, que as *mercadorias* figuram como *compradoras de pessoas*. O adquirente da capacidade de trabalho é simplesmente a personificação de trabalho *objetivado*, que cede aos operários uma parte de si mesmo sob a forma de meios de subsistência a fim de incorporar, em sua outra parte, a *capacidade viva de trabalho*, e, por força de tal incorporação, conservar-se íntegro e crescer acima da medida originária. Não é o operário quem compra meios de subsistência e meios de produção, mas os meios de subsistência comram o operário para incorporá-lo aos meios de produção.

Os *meios de subsistência* são forma material particular de existência sob a qual o capital se contrapõe ao operário antes de que este os adquira mediante a venda de sua capacidade de trabalho. Mas, apenas começa o processo de produção, já está vendida a capacidade de trabalho, e os meios de subsistência passam — pelo menos *de jure*

— ao fundo de consumo do operário. Esses meios de subsistência não constituem elemento do processo de trabalho, o qual, junto à capacidade de trabalho ativa, não pressupõe senão o material de trabalho e os meios de trabalho. Efetivamente, o operário deve conservar sua capacidade de trabalho através dos meios de subsistência, mas esse consumo privado, que é ao mesmo tempo reprodução de sua força de trabalho, situa-se à margem do processo de produção da mercadoria. É possível que na produção capitalista o capital realmente absorva todo o tempo disponível do operário, e que, portanto, o consumo de meios de subsistência pareça praticamente como mero incidente no processo de trabalho, do mesmo modo que o consumo de carvão pela máquina a vapor, ou da graxa pela roda, ou de feno pelo cavalo, ou o consumo privado do escravo que trabalha. E é nesse sentido que Ricardo,¹⁰ além da matéria-prima, ferramentas etc, inclui “alimentos e roupas” entre as coisas que “give effect to labour” (“levam o trabalho a cabo”), e, portanto, servem de “capital” no processo de trabalho. Seja como for, *efetivamente*, os meios de subsistência — tão logo o operário livre os consome — são mercadorias que *adquiriu*. Nem bem chegam a suas mãos — e com maior razão quando as consome — as mercadorias deixam de ser capital. Não constituem, pois, nenhum dos *elementos materiais* nos quais surge o *capital* no processo imediato de produção, por mais que constituam a *forma de existência material do capital variável* que se apresenta no mercado, na esfera da circulação, como comprador da capacidade de trabalho.¹¹ [469 f]

Se um capitalista transforma 400, de um total de 500 táleres,* em meios de produção, e gasta 100 na compra da capacidade de trabalho, esses 100 táleres constituem seu capital *variável*. Com esses 100 táleres os operários compram — a esse ou a outro capitalista — meios de subsistência. Os 100 táleres não são senão a *forma em dinheiro* desses meios de subsistência, que constituem, de fato, a *existência material* do capital variável. No *processo imediato de produção* não existe mais o capital variável, nem sob forma de dinheiro nem sob forma de mercadoria; existe sob a forma de *trabalho vivo* de que aquele se apropria

(10) Ver nota 127. [Nota 2 desta edição. N. dos Ts.]

(11) É neste ponto que *Rossí*, em polémica contra a inclusão dos meios de subsistência entre os componentes do capital produtivo, tem razão. Em capítulo posterior veremos, então, seu equívoco ao focalizar o problema, e em que emaranhado se meteu.

(*) *Idler*: antiga moeda alemã de prata. (N. dos Ts.)

pela compra da força de trabalho. É somente graças a essa transformação do capital variável em trabalho que a soma de valores adiantada sob forma de dinheiro ou mercadorias se converte em *capital*. Por conseguinte, ainda que a *compra e venda da capacidade de trabalho* — que *condiciona* a transformação de uma parte do capital em capital variável — seja um processo anterior, separado e independente do *processo imediato de produção*, constitui, não obstante, o *fundamento absoluto* do processo capitalista de produção, e, igualmente, um *momento* desse processo produtivo, se o considerarmos como um *todo*, e não no momento da produção imediata de mercadorias. A riqueza objetiva transforma-se em capital apenas porque o operário, para subsistir, vende sua capacidade de trabalho. As *coisas* que são condições objetivas de trabalho, ou seja, os *meios de produção*, e as *coisas* que são condições objetivas para a conservação do próprio operário, isto é, os *meios de subsistência*, só se convertem em *capital* ao se defrontarem com o *trabalho assalariado*. O capital não é nenhuma *coisa*, do mesmo modo que o dinheiro não o é. No capital, como no dinheiro, determinadas *relações sociais de produção entre pessoas*, se apresentam como *relações de coisas* para com pessoas, bem como determinados relacionamentos sociais surgem como *propriedades sociais naturais* das coisas. Sem *trabalho assalariado*, nenhuma produção de mais-valia existe; já que os indivíduos se relacionam como pessoas livres; sem produção de mais-valia, não existe produção capitalista, e, por conseguinte, nenhum capital e nenhum capitalista! Capital e trabalho assalariado (assim denominamos o trabalho do operário que vende sua própria força de trabalho) nada mais exprimem do que dois fatores da mesma relação. O dinheiro não pode transmutar-se em capital se não é intercambiável pela capacidade de trabalho, enquanto mercadoria vendida pelo próprio operário. Por outro lado, o trabalho só pode aparecer como trabalho assalariado quando suas *próprias* condições objetivas se lhe opõem como poderes egoístas, propriedade alheia, valor existente para si e preso a si mesmo; em suma: como capital. Se o capital, portanto, de acordo com seu aspecto material ou com o valor de uso que nele existe, só pode consistir nas condições objetivas do próprio trabalho, relativamente a seu aspecto formal, tais condições objetivas devem contrapor-se ao trabalho como poderes *alheios, autônomos*, isto é, devem contrapor-se-lhe como valor — valor objetivado — que se vincula com o trabalho vivo enquanto simples meio de sua própria conservação e crescimento. O trabalho assalariado é, pois, para a produção capitalista uma forma socialmente necessária

do trabalho, assim como o capital, o valor elevado a uma potência, é forma socialmente necessária às condições objetivas do trabalho para que este último seja trabalho assalariado. Assim, o *trabalho assalariado* constitui condição necessária para a formação de *capital* e se mantém como premissa necessária e permanente da produção capitalista. Em consequência, ainda que o primeiro processo — a troca de dinheiro por capacidade de trabalho, ou a venda de capacidade de trabalho — não entre como tal no processo imediato de produção, participa pelo contrário na produção da relação global.¹²

Passemos agora deste primeiro processo — compra e venda da capacidade de trabalho — que pressupõe que os meios de produção e os de subsistência se tornem autônomos em face do operário real, e, portanto, pressupõe meios de produção e de subsistência *personificados* que na qualidade de *compradores* fecham contrato com os operários como vendedores —, passemos desse processo, que se efetua na *esfera da circulação, no mercado, ao processo imediato de produção*, que é, antes de tudo, um *processo de trabalho*. No processo de trabalho, o operário entra em relação ativa e normal, determinada pela natureza e finalidade do próprio trabalho, com os meios de produção. Apropria-se deles e os trata como simples meios e materiais de seu trabalho. *Suprime-se*, então, de maneira efetiva, a existência autônoma — presa a si mesma e dotada de direção própria — desses meios de produção, sua separação com relação ao trabalho. As condições objetivas do trabalho apresentam-se em sua unidade normal com o trabalho, como simples matéria e órgãos de sua atividade criadora. O operário não trata como *capital* o couro que curte, mas como

[469 g]

(12) Pode-se deduzir o que um *Francis Bastiat* entende acerca da essência da produção capitalista, por sua declaração de que o *trabalho assalariado* é formalidade exterior e indiferente à produção capitalista, assim como por sua descoberta de "que ce n'est pas la *forme de la rémunération* qui crée pour lui (l'ouvrier) cette dépendance" (*Harmonies économiques*, Paris, 1851). É uma descoberta — e além disso um plágio de economistas verdadeiros mal compreendidos — digno desse ignorante palrador que no mesmo livro, ou seja, em 1851, descobriu que "ce qui est plus décisif et plus infaillible encore, c'est la *disparition des grandes crises industrielles* en Angleterre". Ainda que Bastiat tenha suprimido as grandes crises de 1851 na Inglaterra, esse país desfrutou, novamente, em 1857, de uma grande crise, e como se vê nos informes oficiais das câmaras de comércio inglesas, não foi senão em virtude da interrupção da guerra civil norte-americana que pôde escapar, em 1861, de uma crise industrial de amplitude até hoje insuspeitada.

simples objeto de sua atividade produtiva. Ele não curte a pele do capitalista.¹³

Na medida em que o processo de produção não passa de *processo de trabalho*, o operário, neste processo, consome os meios de produção como simples *meios de subsistência do trabalho*. Não obstante, sendo o processo de produção, ao mesmo tempo, *processo de valorização*, o capitalista consome em seu transcurso a capacidade de trabalho do operário ou se apropria do trabalho vivo como alma e nervo do capital. A matéria-prima, o objeto do trabalho, em suma, serve apenas para *sugar* trabalho alheio, e o instrumento de trabalho serve unicamente de condutor, de transmissor nesse *processo de sucção*. Ao incorporar-se a capacidade viva de trabalho aos componentes objetivos do capital, este se transforma em monstro animado, e se põe em ação, "como se tivesse o amor dentro do corpo". Como o trabalho só cria valor sob forma útil e determinada, e como toda espécie de trabalho útil requer material e meios que tenham valor de uso específico — fusos e algodão etc., para a fiação, bigorna, martelo e ferro para a ferraria — o trabalho só pode ser absorvido na medida em que o capital adota a figura dos meios de produção específicos requeridos para processos de trabalho determinados, e apenas sob essa figura o capital pode extrair trabalho vivo. Isso explica porque para o capitalista, o operário e o *economista* — que só é capaz de conceber o processo de trabalho como processo apropriado pelo capital — os elementos *materiais* do processo de trabalho, em virtude de suas características materiais, passam por *capital*; e porque [o economista] não é capaz de separar a existência material desses elementos, como meros fatores do processo de trabalho, da propriedade *social* mesclada a eles e que os converte em *capital*. E não pode fazê-lo porque, efetivamente, o mesmo processo de trabalho a que os meios de produção, por força de suas qualidades materiais, servem como simples meios de subsistência do trabalho, transforma esses mesmos meios de produção em simples meios de absorção do trabalho. No processo de trabalho considerado em si mesmo, o operário emprega os meios de produção. No processo de trabalho que é, ao mesmo tempo, processo

(13) "Vemos ainda, segundo a análise do próprio economista, como o capital, resultado do trabalho, no *processo de produção* se converte *imediatamente*, outra vez, em material do trabalho; ou seja, como a *separação entre capital e trabalho*, feita por um instante, é *abolida* novamente na *unidade de ambos*." (F. Engels, *Deutsch-französische Jahrbücher* etc., p. 99).

capitalista de produção, os meios de produção utilizam o operário, de tal sorte que o trabalho só aparece como um meio graças ao qual determinada *grandeza de valor*, ou seja, determinada *massa de trabalho objetivado* extrai trabalho vivo para conservar-se e multiplicar-se. O processo de trabalho aparece assim como *processo de autovalorização*, por intermédio do trabalho vivo, do trabalho objetivado.¹⁴ O *capital* utiliza o *operário*, e não o *operário* o *capital*; e somente *coisas que utilizam o operário* e por conseguinte têm no capital sua *identidade*, consciência e vontade próprias, são *capital*.¹⁵ Na medida em que o processo de trabalho não é mais do que o meio e a figura real do *processo de valorização*, na medida em que é um processo que consiste em objetivar em mercadorias — além do trabalho, objetivado no salário — um *excedente de trabalho não pago*, uma *mais-valia*, isto é, em *produzir mais-valia*; nesta medida, o ponto de partida de todo esse processo é a troca de trabalho, de *trabalho objetivado por trabalho vivo*, de menos *trabalho objetivado* por mais *trabalho vivo*. No próprio processo de troca são trocados um *quantum* de trabalho objetivado no dinheiro como mercadoria por um *quantum* igual de trabalho objetivado na força de trabalho viva. De acordo com a lei do valor que rege a troca de mercadorias, trocam-se equivalentes, *quantidades*

[469 h]

(14) "O trabalho é o *meio* pelo qual o *capital* se torna produtor de ... lucro" (John Wade, p. 161). "Na sociedade burguesa o trabalho vivo é apenas um meio de aumentar o trabalho acumulado" (*Manifest der Kommunistischen Partei*, 1848, p. 12).

(15) O caráter *econômico* determinado que os *meios de subsistência* possuem de comprar operários, ou dos *meios de produção* do couro e da forma para calçados, de *empregar operários sapateiros*, essa inversão de coisas e pessoas, ou seja, o caráter capitalista, está tão inextricavelmente *entrelaçado* com o caráter *material* dos elementos produtivos na produção capitalista, e, portanto, na fantasia dos economistas que *Ricardo*, por exemplo, enquanto considera necessário caracterizar com detalhe os elementos materiais do capital, utiliza como algo evidente, que se compreende sem vacilação ou atenção especial, expressões econômicas *corretas*, como "*capital*, ou *meios de utilizar trabalho*" (isto é, não "*meios utilizados pelo trabalho*", mas *meios de utilizar o trabalho*"), (L.c. p. 92), "*quantidade de trabalho utilizada por um capital*", "*o fundo destinado a utilizá-los*" (os operários). Do mesmo modo, no alemão de nossos dias o capitalista, a personificação das coisas que utilizam trabalho, chama-se *Arbeitsgeber* [doador de trabalho], e o verdadeiro trabalhador, o que dá o trabalho, denomina-se *Arbeitnehmer* [tomador de trabalho]. "Na sociedade burguesa, o capital é independente e pessoal, ao passo que o indivíduo ativo é dependente e impessoal" (*Manifest der Kommunistischen Partei*).

iguais de trabalho objetivado, embora um quantum esteja objetivado em uma coisa e o outro em uma pessoa viva. Essa troca, entretanto, não faz mais do que servir de prólogo ao *processo de produção*, através do qual, de fato, se troca mais trabalho em forma viva do que o que se havia dispendido em forma objetivada. O grande mérito da economia clássica, pois, é o de haver apresentado o processo inteiro de produção como um processo entre o *trabalho objetivado* e o *trabalho vivo*, e, portanto, haver representado o capital, por oposição ao trabalho vivo, apenas como trabalho *objetivado*, ou seja, como *valor* que se *valoriza* a si mesmo mediante o trabalho vivo. Sua falha, a esse respeito, consiste tão-somente no seguinte: primeiro, foram incapazes de demonstrar como essa troca de mais trabalho vivo por menos trabalho objetivado corresponde à lei da *troca de mercadorias*, à determinação do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho; e segundo, confundiram de imediato a troca de determinado *quantum* de *trabalho objetivado* pela capacidade de trabalho, troca que se efetua no *processo de circulação*, com a absorção, no processo de produção, do trabalho vivo pelo trabalho *objetivado* existente sob a figura de meios de produção. Confundiram o *processo de troca* entre capital variável e capacidade de trabalho com o processo de absorção do trabalho vivo pelo capital constante. Essa falta deriva também de sua parcialidade "capitalista", posto que ao próprio capitalista — que não paga o trabalho senão depois de valorizado — a troca de um pequeno *quantum* de trabalho objetivado por um quantum maior de trabalho vivo se lhe apresenta como *processo único, não mediatizado*. Por conseguinte, quando o economista moderno contrapõe ao trabalho vivo o capital como *trabalho objetivado*, não entende por trabalho objetivado os *produtos do trabalho*, enquanto valor de uso e materialização de determinados trabalhos úteis, mas na medida em que são base material (*Materiatuur*) de determinado *quantum* de trabalho social geral, em que, portanto, são *valor*, dinheiro, que se *valoriza* a si mesmo mediante o processo de apropriação de trabalho *vivo* alheio. Essa apropriação é mediatizada pela troca que se efetua no *mercado*, entre capital variável e capacidade de trabalho, mas não se leva a termo cabalmente senão no processo real de produção.¹⁶

(16) Trabalho imediato e trabalho objetivado, trabalho presente e passado, trabalho vivo e acumulado etc., são formas pelas quais os economistas exprimem a relação entre o capital e o trabalho. "O trabalho e o capital... um é trabalho imediato... outro, trabalho acumulado" (James Mill, *Elements of Political*

De início, a subordinação do processo de trabalho ao capital em nada modifica o modo real de produção, e praticamente se mostra apenas no seguinte: o operário fica sob o mando, direção e supervisão do capitalista — naturalmente apenas no que se refere a seu trabalho, pertencente ao capital. O capitalista cuida para que o operário não desperdice tempo nenhum e, por exemplo, em cada hora renda o produto de uma hora de trabalho, que para fabricar um produto empregue apenas o tempo de trabalho médio necessário. Na medida em que a relação capitalista é uma relação que domina a produção, e em que, portanto, o operário surge no mercado sempre como vendedor, e o capitalista sempre como comprador, o próprio processo de trabalho é — tomado em conjunto — *contínuo*, em lugar de ser interrompido, tal como quando o trabalhador, em sua condição de produtor independente de mercadorias, depende da venda dessas mercadorias a clientes isolados. Isso se deve a que um mínimo de capital deve ser suficientemente grande para ocupar, constantemente, o operário, enquanto se espera a venda das mercadorias.¹⁷ O Capitalista, final- [469]

Economy, London, 1821, p. 75). "Trabalho precedente (capital) ... trabalho atual." (E.G. Wakefield na edição de Adam Smith, London, 1836, t. I, p. 231, nota). "Trabalho acumulado (capital) ... trabalho imediato" (Torrens, cap. I [P. 31].) "O trabalho e o capital, isto é, trabalho acumulado" (Ricardo, p. 399). "Os adiantamentos específicos do capitalista não consistem em vestimentas [ou valores de uso em geral] ... mas em trabalho". (Malthus, *The Measure of Value*, etc., London, 1823, pp. 17-18.) "Como todos os homens se vêem forçados a consumir antes de produzir, o operário pobre encontra-se na dependência do rico, e não pode viver nem trabalhar se não obtém deste os artigos e mercadorias existentes, em troca das que promete produzir com seu trabalho... Para fazer com que consinta (isto é, o rico) é forçado a trocar *trabalho feito por trabalho a fazer*, este último com um valor superior ao primeiro" (Sismondi, *De la Richesse commerciale*, Paris, 1803, pp. 36-37, t. I).

O senhor W[ilhelm] Roscher, que, evidentemente, nem sequer suspeita o que disseram os economistas ingleses, e que, além disso, recorda-se intempesivamente de que Senior batizou de "abstinence" ao capital, formula a seguinte observação profissional, e gramaticalmente "correta": "A escola de Ricardo costuma também subsumir o capital ao conceito de trabalho, como trabalho armazenado. Isso é *inadequado*, porque *sem dúvida* (!), o possuidor de capital fez *mais* (!) que a *simples* (!) criação (!) e *manutenção do mesmo* (!); precisamente abstenção do desfrute do mesmo, pelo qual exige, por exemplo, juros." (W. Roscher, obra cit.).

(17) "If in the progress of time a change takes place in their economical position (*der workman*), if they become the workmen of a capitalist who advances their wages beforehand, two things take place. First they *can* now labour

mente, força os operários a prolongar, o mais possível, a duração do processo de trabalho, além dos limites de tempo de trabalho necessário para a reprodução do salário, já que esse *excedente de trabalho* é precisamente o que lhe proporciona a *mais-valia*.¹⁸

continuously; and, secondly, an agent is provided, whose office and whose interest it will be, to see that they do labour continuously . . . Here, then, is an increased continuity in the labour of all this class of persons. They labour daily from morning to night, and are not interrupted by waiting for or seeking the customer . . . But the continuity of labour, thus made possible, is secured and improved by the superintendence of the capitalist. He has advanced their wages; he is to receive the products of their labour. It is his interest and his privilege to see that they do not labour interruptedly or dilatorily".

("Se no curso do tempo se opera uma troca em sua posição econômica (a dos trabalhadores), se se convertem em operários de um capitalista que lhes adianta os salários, ocorrem duas coisas: a primeira, que *podem* trabalhar de maneira contínua; a segunda, que surge um indivíduo cujo ofício e interesse consistirá em fazer que aqueles, efetivamente, trabalhem de modo contínuo. Aqui, pois, existe uma continuidade maior no trabalho de toda essa classe de pessoas. Trabalham, diariamente, de sol a sol, e não interrompem para esperar ou buscar o cliente . . . Mas, a continuidade do trabalho, possibilitada desse modo, é assegurada e se desenvolve graças à supervisão do capitalista. Adiantou os salários dos operários; terá de receber os produtos do trabalho efetuado pelos mesmos. Seu interesse e privilégio residem no fato de velar para que não trabalhem com interrupções e dilatações.") (*Jones, R.*, p. 37 sq. passim).

(18) "Un axiome généralement admis par les économistes est que tout travail doit laisser un excédant. Cette proposition est pour moi d'une vérité universelle et absolue: c'est le corollaire de la loi de la proportionnalité (!), que l'on peut regarder comme le sommaire de toute la science économique. Mais, j'en demande pardon aux économistes, le principe que *tout travail doit laisser un excédant* n'a pas de sens dans leur théorie, et n'est susceptible d'aucune démonstration".

("Um axioma, geralmente admitido pelos economistas, é o de que todo trabalho deve deixar um excedente. Essa proposição é para mim verdade universal e absoluta: é o corolário da lei da proporcionalidade (!), que se pode considerar o compêndio de toda a ciência econômica. Mas, e peço perdão aos economistas, o princípio de que *todo trabalho deve deixar um excedente* não tem sentido em sua teoria e não é passível de qualquer demonstração.") (*Proudhon, Philosophie de la misère*). Em minha obra – *Misère de la philosophie. Réponse à la philosophie de la misère de M. Proudhon*, Paris, 1847, pp. 76-91, demonstrei que o senhor Proudhon não tinha a menor idéia de que é esse "*excédant du travail*", a saber, o *produto excedente*, que representa o trabalho excedente ou trabalho não pago ao operário. Como declara que, na produção capitalista, todo o trabalho deixa tal "*excédant*", procura explicar o fato a partir de certa misteriosa propriedade natural do trabalho, e sair da dificuldade bradando *sesquipedalia verba*, tal como o "corolário da lei de proporcionalidade", etc.

Assim como aos possuidores de mercadorias só lhes interessa o valor de uso enquanto depositário de seu valor de troca, aos capitalistas só interessa o processo de trabalho enquanto veículo e meio do processo de valorização. Inclusive no processo de produção – na medida em que é processo de valorização – os meios de produção continuam sendo simples valor monetário, sem que importe qual a figura material particular, o particular valor de uso em que o valor de troca se apresenta; exatamente do mesmo modo por que, no próprio processo, o trabalho surge, não como atividade produtiva com determinado caráter útil, mas como substância criadora de valor, como trabalho social em geral que se objetiva e no qual só interessa um elemento: *sua quantidade*. Para o capital, pois, cada ramo particular da produção não é mais do que uma esfera particular em que se investe dinheiro para convertê-lo em mais dinheiro, para conservar e aumentar o valor existente ou para apropriar-se do *trabalho excedente*. Em cada esfera particular da produção é diferente o processo de trabalho, e também o são os fatores desse processo. Com fusos, algodão e fiandeiros não se fazem calçados. Mas, a inversão de capital neste ou naquele ramo da produção; as quantidades em que o capital total da sociedade se distribui entre as diferentes esferas da produção, e por último, a proporção em que emigra de uma esfera a outra, tudo isso está determinado pela proporção variável em que a sociedade necessita dos produtos desses ramos particulares da produção, isto é, dos valores de uso das mercadorias criadas por aquelas; e embora se pague unicamente o valor de troca de uma mercadoria, esta é comprada exclusivamente por seu valor de uso. (Como o produto imediato do processo de produção é *mercadoria*, o capitalista só pode realizar o capital que exista no fim do processo sob a forma de *mercadoria*, e, por conseguinte, só pode realizar a *mais-valia* contida [no] mesmo, na medida em que encontre compradores para suas mercadorias.)

O capital, em si mesmo, é indiferente em relação à *particularidade* de cada esfera de produção, e só a maior ou menor dificuldade na venda das mercadorias deste ou daquele ramo produtivo determinará onde aquele será investido, como se investe e em que medida passará de uma esfera a outra da produção ou se modificará sua distribuição entre os diversos ramos produtivos. Em realidade, essa fluidez do capital sofre fricções, que não é caso de examinar aqui em detalhe. Mas, como veremos adiante, por um lado busca os meios de superar essas fricções, enquanto derivam unicamente da natureza inerente à relação de produção; por outro, em virtude do desenvolvimento do

modo de produção que lhe é característico, o capital supera todos os impedimentos legais e extra-econômicos que lhe dificultam a liberdade de movimentos entre as diversas esferas da produção. Antes de tudo, derruba todas as barreiras legais ou tradicionais que o impedem de adquirir, a seu arbítrio, tal ou qual tipo de capacidade de trabalho, ou de apropriar-se, à vontade, deste ou daquele gênero de trabalho. Ademais, ainda que a capacidade de trabalho possua uma forma peculiar em cada esfera particular de produção — como capacidade para fiar, fazer calçados, forjar etc —, e por conseguinte, para cada esfera particular da produção se requiera força de trabalho desenvolvida unilateralmente, uma força de trabalho *especial*, essa mesma fluidez do capital implica em sua indiferença em relação ao caráter peculiar do processo de trabalho de que se apropria, à mesma fluidez ou *versatilidade* no trabalho, e, em consequência, quanto à aptidão do operário no emprego de sua capacidade de trabalho. Veremos como o próprio modo de produção capitalista cria esses obstáculos econômicos que se opõem a sua própria tendência, mas supera todos os entraves *legais e extra-econômicos* contra essa versatilidade.¹⁹ Assim como ao capital, enquanto valor que se valoriza a si mesmo, é indiferente a figura material particular que reveste no processo de trabalho — trate-se de máquina a vapor, um monte de esterco ou de seda — ao operário é igualmente indiferente o *conteúdo particular* de seu trabalho. Seu trabalho pertence ao capital; não é mais do que o valor de uso da mercadoria, que o operário vendeu unicamente para obter dinheiro, e, com este, obter meios de subsistência. A troca de tipo de trabalho só lhe interessa na medida em que todo tipo particular de trabalho exige desenvolvimento diferente da capacidade de trabalho. Quando sua indiferença acerca do conteúdo particular do trabalho não lhe proporcionam a facilidade de mudar sua capacidade de trabalho segundo as ordens dadas, manifesta essa indiferença lançando os que o substituem, a geração subsequente, num ou noutro ramo de trabalho, de acordo com as exigências do mercado. Quanto mais desenvolvida a produção capitalista em um país, maior é a procura de *versatilidade* na força de trabalho, tanto mais indiferente é o

operário com relação ao *conteúdo particular* de seu trabalho, e tanto mais fluido o movimento do capital, que passa de uma esfera produtiva a outra. A economia clássica pressupõe, como axiomas, a *versatilidade* na força de trabalho e a *fluidez* do capital, e tem razão na medida em que é essa a tendência do modo capitalista de produção, a qual se impõe inexoravelmente, em que pesem todos os obstáculos que, em grande parte, o próprio modo de produção cria. Para expor em sua pureza as leis da economia política, é feita abstração das fricções, assim como na mecânica pura se deixam de lado as fricções particulares, que em cada caso particular de sua aplicação é necessário superar.²⁰

Ainda que o capitalista e o operário não se defrontem no mercado senão na qualidade de *comprador* — dinheiro — e *vendedor* — mercadoria — essa relação, desde o começo, se encontra marcada de maneira característica pelo conteúdo peculiar da transação, e ainda pelo fato de, no modo capitalista de produção, existir o pressuposto de que o ingresso de ambas as partes no mercado, na mesma determinação antagonônica, se repete *continuamente* — ou é contínuo. Se considerarmos a relação que se estabelece no mercado entre os possuidores de mercadorias em geral, vê-se que o mesmo possuidor de mercadorias apresenta-se, alternadamente, como vendedor e comprador de merca-

(20) Em nenhum outro país a fluidez de capital, a versatilidade do trabalho e a indiferença do operário pelo conteúdo de seu trabalho são maiores do que nos Estados Unidos. Na Europa, inclusive na Inglaterra, a economia capitalista está minada, e adulterada, por reminiscências feudais. Que na Inglaterra, por exemplo, a fabricação de pão, de calçados etc., mal começa a funcionar de modo *capitalista*, isso se deve atribuir ao fato de o capital inglês estar imbuído de preconceitos feudais de "respeitabilidade". Era "respeitável" vender negro como escravos, mas não era "respeitável" produzir chouriços, calçados ou pão. Disso resulta que toda a maquinaria que, na Europa, submete ao modo capitalista de produção os ramos industriais "não respeitáveis", proceda dos Estados Unidos. Ademais, em nenhum lugar o indivíduo é tão indiferente, como nos Estados Unidos, em relação ao tipo de trabalho a que se entrega; em nenhum lugar é tão consciente de que seu trabalho fornece sempre o mesmo produto: dinheiro; e em nenhum outro país passa-se com tanta displicência pelos mais diversos tipos de trabalho. Essa "versatilidade" da capacidade de trabalho apresenta-se aqui como qualidade nitidamente distintiva do operário livre, por oposição ao trabalhador escravo, cuja força de trabalho é estável e só se pode empregar de acordo com o modo fixado localmente e em definitivo. "O trabalho escravo é eminentemente deficiente no que toca à versatilidade... Se se cultiva tabaco, este se converte no produto principal e único, e é produzido seja qual for a situação do mercado e a qualidade do solo". (*Cairns, John, l.c.*)

(19) "Every man, if not restrained by law, would pass from one employment to another, as the various turns in trade should require" — "Todo mundo, se a lei não impedisse, passaria de um emprego a outro, segundo o requeeressem as diversas mudanças dos negócios". (*Consideration Concerning Taking off the Bounty on Corn Exported*, etc. London, 1753, p. 4).

dorias. Que dois possuidores de mercadorias se distinguem entre si, como comprador e vendedor constitui distinção que desaparece continuamente, já que na esfera da circulação todos desempenham, sucessivamente, os mesmos papéis. Também o operário, após ter vendido sua força de trabalho, tê-la transformado em dinheiro, converte-se em comprador, e os capitalistas se lhe defrontam como simples vendedores de mercadorias. Mas, em suas mãos, o dinheiro não é mais do que um meio de circulação. Em realidade, no *mercado das mercadorias* propriamente dito, o operário, como qualquer outro possuidor de dinheiro, só se distingue enquanto comprador, do possuidor de mercadorias em sua qualidade de vendedor. Mas, no *mercado de trabalho*, ao contrário, o *dinheiro* se lhe defronta sempre como forma monetária do *capital*, e, portanto, o possuidor de dinheiro se contrapõe a ele enquanto capital personificado, enquanto *capitalista*, assim como ele, de sua parte, se contrapõe ao possuidor de dinheiro como simples personificação da capacidade de trabalho, e, por conseguinte, do trabalho, como *operário*.²¹ Não são o simples comprador e o simples vendedor que se contrapõem, mas *capitalista* e *operário*, que na esfera da circulação, no mercado, se defrontam como *comprador* e *vendedor*. Sua relação como *capitalista* e *operário* é a premissa para sua relação como *comprador* e *vendedor*. Diferentemente do que ocorre com outros vendedores de mercadorias, não se trata aqui de uma relação que surge pura e simplesmente da natureza da própria mercadoria, do fato de que ninguém produz diretamente os produtos para suas necessidades vitais, mas de que todos produzem determinado produto como *mercadoria*, com cuja venda cada qual adquire os produtos de outros. Não se trata dessa *divisão social do trabalho*, nem da interdependência recíproca dos diversos ramos do trabalho que convertem, por exemplo, o sapateiro em vendedor de calçados e comprador de couro ou pão, mas da *divisão* entre os *elementos* correspondentes do próprio *processo de produção* e de sua *autonomização* progressiva — que chega até à personificação recíproca — por meio da qual o *dinheiro*, como forma geral do *trabalho objetivado* se converte em *comprador* da capacidade de trabalho, da fonte viva do *valor de troca*, e, em consequência, da riqueza. A riqueza *real* — *dinheiro*, se considerada do

(21) "A relação entre o fabricante e o operário é ... puramente econômica. O fabricante é o "capital" e o operário é "o trabalho". (Engels, *Lage der arbeitenden Klassen*, p. 329.)

ponto de vista do valor de troca, e *meios de subsistência e de produção*, se considerada do ponto de vista do valor de uso — se defronta, como uma pessoa, à *possibilidade* da riqueza, isto é, à capacidade de trabalho, como a uma outra pessoa.

Sendo a *mais-valia* o produto específico do processo de produção, [469 m. seu produto não é apenas mercadoria, mas *capital*. No processo de produção o trabalho transforma-se em capital. A atividade da capacidade de trabalho, isto é, o trabalho, se *objetiva* no processo de produção, converte-se desse modo em valor; mas, como o trabalho antes de começar deixou de pertencer ao próprio operário, o que se objetiva é para ele *objetivação de trabalho alheio*, e, portanto, valor que se contrapõe de maneira autônoma à capacidade de trabalho — *capital*. O *produto* pertence ao capitalista, e frente ao operário representa capital, do mesmo modo que os *elementos de produção*. Por outra parte, o valor existente — o dinheiro — só se converte *realmente* em capital: primeiro, na medida em que aparece como valor que se valoriza a si mesmo, como valor *que se processa* — e que, como tal, aparece quando a atividade da capacidade de trabalho, ou seja, o trabalho, opera no processo de produção como energia incorporada a esse valor e a ele pertencente; e segundo, na medida em que se distingue, como *mais-valia*, de si mesmo enquanto valor pressuposto originariamente, o qual é, por sua vez, resultado da objetivação do trabalho excedente.

No processo de produção o trabalho converte-se em *trabalho objetivado* — por oposição à capacidade viva de trabalho — ou seja, em capital, e em segundo lugar, em virtude dessa mesma absorção e apropriação do trabalho no processo produtivo, o valor pressuposto se converte em valor *que se processa*, e, portanto, em valor que gera uma *mais-valia* diferente de si mesmo. A soma de valor pressuposta, que só potencialmente (*dinamei*) era capital, realiza-se como *capital real* unicamente em virtude de que o trabalho se transforma em capital no decorrer do processo de produção.²² *

(22) "Os operários trocam seu trabalho (dever-se-ia dizer, sua capacidade de trabalho) por trigo (*id est meios de subsistência*). Este converte-se para eles em receita (isto é, corresponde ao consumo individual) ... ao passo que seu trabalho converteu-se para seus patrões em *capital*" (Sismondi, *N.P.*, t. I, p. 90). "Os operários que dão seu trabalho em troca, *transformam-no em capital*". (p. 105).

(*) Nesse ponto, termina a primeira parte intercalada, que se constituía das páginas 469a-469m do manuscrito. Conforme as indicações de Marx, caberia

[...] isto é, obter da produção um valor maior do que a soma de valores adiantada pelo capitalista para aquele (processo de produção) e em seu transcorrer. A própria produção de mercadorias aparece simplesmente como meio para alcançar essa finalidade, assim como, em geral, o processo de trabalho apresenta-se tão-somente como meio do processo de valorização. Este último não deve entender-se aqui no sentido anterior de processo para a formação de valor, mas como processo para formação de mais-valia.

Esse resultado, entretanto, se obtém na medida em que o trabalho vivo que o operário deve efetuar, e, que, portanto, se objetiva no produto de seu trabalho, seja maior que o trabalho contido no capital variável ou dispendido no salário, ou, o que é o mesmo, que o trabalho requerido para a reprodução da força de trabalho. Enquanto o valor adiantado se converte em capital unicamente em virtude da produção da mais-valia, — a gênese do próprio capital, assim como do processo capitalista de produção se funda, antes de tudo, em dois momentos: Primeiro: na *compra e venda da capacidade de trabalho*, um ato que corresponde à esfera da circulação, mas que, se levarmos em conta o *conjunto do processo capitalista de produção* não só constitui um momento e premissa do mesmo, mas também seu resultado constante. Essa compra e venda da força de trabalho implica a separação entre as condições objetivas de trabalho — ou seja, os *meios de subsistência e de produção* — e a própria capacidade viva de trabalho, de tal modo que esta última é a única propriedade à disposição do operário e a única mercadoria que possui para vender. A separação se aprofunda a tal ponto que essas condições de trabalho aparecem ao operário como *pessoas autônomas*, posto que o capitalista, como proprietário delas, é apenas sua personificação, contraposta ao operário como simples possuidor de força de trabalho. Essa separação e autonomia são pressupostas a fim de que se efetue a compra e venda da força de trabalho; ou seja, para que o trabalho vivo se incorpore ao trabalho inanimado como meio para a autoconservação e autocrescimento deste último, portanto, de sua autovalorização. Sem *intercâmbio* do capital variável pela força de trabalho não se faria nenhuma autovalorização do capital total, e, portanto, nenhuma formação do capital ou transformação

intercalar aqui uma segunda parte, as páginas numeradas por Marx 262-264, mas a página 262 perdeu-se. (Nota da edição alemã.)

de meios de produção e de subsistência em capital. O segundo momento é o processo real da produção, isto é, o processo real em que se consome a capacidade de trabalho adquirida pelo possuidor de dinheiro ou de mercadorias.*

No processo real de produção as condições objetivas de trabalho — o material e os meios de trabalho — não apenas servem para que o trabalho vivo se objetiva, mas também para que se objetiva *mais* trabalho que o contido no capital variável. Servem, pois, como meios de absorção e extorsão do trabalho excedente, que se apresenta na mais-

(*) A citação seguinte, cujo começo se perdeu, figura no manuscrito imediatamente depois do texto alemão precedente, com o qual não guarda relação. Trata-se, certamente, da continuação de uma nota em rodapé, referida ao texto da extraviada página 262 (Nota da edição alemã).

"[...] to three capital workmen or to 4 ordinary ones . . . If the three could be hired at 3 l. 10 sh. a piece, while the 4 required 3 l. a piece, though the wages of the three would be higher, the price of the work done by them would be lower. It is true that the causes which raise the amount of the labourers' wages often raise the rate of the capitalist's profit. If, by increased industry, one man performs the work of two, both the amount of wages, and the rate of profits will generally be raised; not by the rise of wages, but in consequence of the additional supply of labour having diminished its price, or having diminished the period for which it had previously been necessary to advance that price. The labourer, on the other hand, is principally interested in the amount of wages. The amount of his wages being given, it is certainly his interest that the price of labour should be high, for on that depends the degree of exertion imposed on him".

"[...] a três operários do capital ou a 4 comuns e correntes. Se se podem assalariar a 3 libras e 10 xelins a peça, ao passo que os 4 exigiam 3 libras por peça, ainda que os salários dos três fossem superiores, o preço do trabalho por eles executado seria menor. É certo que as causas que elevam o montante dos salários operários, amiúde elevam a taxa do lucro capitalista. Se, pelo fato de a indústria haver-se desenvolvido, um homem leva a cabo o trabalho de dois, geralmente crescerão tanto a quantia dos salários como a taxa de lucros; não por causa do aumento dos salários, mas como *conseqüência de que o acréscimo adicional de trabalho reduziu seu preço*, ou abreviou o período pelo qual previamente era necessário adiantar esse preço. O operário, por sua parte, interessa-se principalmente pelo *total dos salários*. Uma vez dada a quantia dos salários, seu interesse consiste certamente em que o preço do trabalho seja alto, pois disso depende o *grau de esforço* que se lhe impõe" (l.c. 14,5). Do mesmo escrito é o seguinte: "A situação do trabalhador não depende da importância que recebe em tal ou qual momento, mas de seu recebimento durante determinado período. . . Quanto mais longo seja esse período, mais exata será a avaliação" (l.c. 7). "O ano é o melhor, como período. Compreende os salários de verão e os de inverno" (l.c., 7).

-valia (e sobreproduto). Se se consideram ambos os momentos, primeiro, o intercâmbio da força de trabalho pelo capital variável; e segundo, o processo real de produção (no qual o trabalho vivo se incorpora como agente ao capital), o processo em seu conjunto apresenta-se como um processo em que: 1) se troca menos trabalho objetivado por mais trabalho vivo, porquanto o que o capitalista recebe realmente (*realiter*) pelo salário é trabalho vivo; e 2) as formas objetivas sob as quais o capital aparece diretamente no processo de trabalho, os meios de produção (uma vez mais, trabalho objetivado), são meios para a extorsão e absorção desse trabalho vivo; o conjunto é um processo que se desenvolve entre o trabalho objetivado e o vivo; um processo que não só transforma o trabalho vivo em objetivado, mas ao mesmo tempo, o trabalho objetivado em capital; e, portanto, também, o trabalho vivo em capital. Por conseguinte, é um processo em que não só se produz mercadoria, porém mais-valia, e em consequência, *capital*.

Os meios de produção apresentam-se aqui, não só como meios para a realização do trabalho, mas, exatamente na mesma medida, como meios para a exploração do trabalho alheio.*

[469]

Sobre o valor ou o dinheiro como objetivação do trabalho social geral médio cabe ainda assinalar o seguinte: o trabalho de fiar, por exemplo, pode estar, em si mesmo, *acima* ou *abaixo* do nível alcançado pelo trabalho social médio. Isto é, certa quantidade de trabalho de fiar pode ser $= > <$ que a mesma quantidade de trabalho social médio, por exemplo, o tempo de trabalho de igual magnitude (duração) objetivado em certa quantidade de ouro. Entretanto, se o trabalho de fiar se efetua com o grau de intensidade normal em sua *esfera*, ou seja, se por exemplo o trabalho utilizado em fios produzidos em uma hora = a quantidade normal de fios que em média se produz em uma hora de trabalho de fiar, teremos que o trabalho objetivado nos fios é *trabalho socialmente necessário*. Como tal, guarda uma relação quantitativamente determinada com o trabalho social médio em geral, que serve de medida, de tal sorte que aquele representa uma quantidade igual, maior ou menor do que este. Exprime, pois, um *quantum determinado* de trabalho social médio.

(*) Conclui aqui o segundo texto intercalado (pp. 262-264 do manuscrito). O que segue é a continuação da página 469 do manuscrito [25 da presente edição] (*Nota de edição alemã*).

Subsúncão Formal do Trabalho ao Capital

O processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital – da fabricação de mais-valia. O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu *próprio* processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio. É isso a que denomino *subsúncão formal do trabalho ao capital*. É a forma *geral* de todo processo capitalista de produção; mas é ao mesmo tempo uma forma *particular*, a par do *modo de produção especificamente capitalista*, desenvolvido, já que a última inclui a primeira, mas a primeira não inclui necessariamente a segunda.

O processo de produção converteu-se em processo do próprio capital; é um processo que se desenvolve com os *fatores do processo de trabalho*, e no qual o dinheiro do capitalista se transforma; é um processo que se efetua sob a direção deste, com o fim de fazer de dinheiro mais dinheiro. [470]

Quando o camponês, antes independente e que produzia para si mesmo, se torna diarista e trabalha para uma agricultor; quando a estrutura hierárquica característica do modo de produção corporativo desaparece ante a simples oposição de um capitalista que faz trabalhar para si os artesãos convertidos em assalariados; quando o escravista de outrora emprega seus ex-escravos como assalariados etc, temos então que processos de produção determinados socialmente de outro modo se transformaram no processo de produção do capital. Com isso, entram em cena modificações analisadas anteriormente. O camponês, antes independente, cai, como fator do processo de produção na dependência do capitalista que o dirige, e sua ocupação depende de um contrato que ele, como possuidor de mercadoria (possuidor de força de trabalho), firmou previamente com o capitalista, na qualidade de possuidor de dinheiro. O escravo deixa de ser instrumento de produção pertencente a seu empregador. A relação entre mestre e oficial desaparece. O mestre, cuja relação anterior com o oficial era a de conhecedor do ofício, se lhe defronta agora apenas como possuidor de capital, assim como o outro se contrapõe a ele simplesmente como vendedor de trabalho. Anteriormente ao processo de produção, todos eles se defrontavam como possuidores de mercadorias e mantinham entre si unicamente uma *relação monetária*; dentro do processo de produção se defrontam como agentes personificados dos fatores que

intervém nesse processo: o capitalista, como "capital"; o produtor direto, como "trabalho", e sua relação está determinada pelo trabalho como simples fator do capital que se autovaloriza.

O capitalista, além disso, está atento a que o trabalho alcance o grau normal de qualidade e intensidade, e prolonga o mais possível o processo de trabalho para que cresça a mais-valia por ele produzida. A *continuidade* do trabalho aumenta quando em lugar dos velhos produtores — dependentes de clientes particulares — os novos produtores, que já não têm mercadorias para vender, têm no capitalista um pagador permanente.

Surge também a mistificação inerente à *relação capitalista*. A faculdade que o trabalho tem de conservar valor apresenta-se como faculdade de autoconservação do capital; a faculdade de o trabalho gerar valor, como faculdade de autovalorização do capital, e em conjunto e por definição, o trabalho *objetivado* aparece como utilizando o trabalho *vivo*.

Em que pese tudo isso, com tal troca (*change*) não se efetuou, *a priori*, mudança essencial no modo real do processo de trabalho, do processo real de produção. Pelo contrário, faz parte da natureza da questão o fato de que a subsunção do processo de trabalho ao capital se opere à base de um *processo de trabalho preexistente*, anterior a essa subsunção ao capital, e que se configurou à base de diferentes processos de produção anteriores e de outras condições de produção; o capital se subsume a *determinado processo de trabalho existente*, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura correspondente à pequena economia camponesa autônoma. Se nesses *processos de trabalho* tradicionais, que ficaram sob a direção do capital, se operam modificações, estas só podem ser *conseqüências* paulatinas da subsunção de determinados processos de trabalho tradicionais ao capital. Que o trabalho se faça mais intensivo ou que se prolongue a duração do processo de trabalho; que o trabalho se torne mais contínuo, e, sob as vistas interessadas do capitalista, mais ordenado etc, não altera em nada o caráter do processo real de trabalho, do modo real de trabalho. Isto constitui um grande contraste com o *modo de produção* especificamente *capitalista* (trabalho em grande escala etc), que, como indicamos, se desenvolve no curso da produção capitalista e *revolucionária* não só as relações entre os diversos agentes da produção, mas, simultaneamente, a índole desse trabalho e a modalidade real do processo de trabalho total. É por oposição a esta última que chamamos a subsunção até aqui considerada do processo de trabalho (de uma modalidade de trabalho já desenvolvida antes que surgisse a relação capitalista)

ao capital, de *subsunção formal do trabalho ao capital*. A relação capitalista, como *relação coercitiva* com o fim de extrair trabalho excedente mediante o prolongamento da jornada de trabalho — *relação coercitiva* que não se baseia em relações pessoais de dominação e dependência, mas que nasce simplesmente de diferentes *funções econômicas* — é comum a ambas modalidades; mas o modo de produção especificamente capitalista conhece, entretanto, outras maneiras de explorar a mais-valia. Ao contrário, à base de um modo de trabalho preexistente, ou seja de *determinado* desenvolvimento da força produtiva de trabalho e da modalidade de trabalho correspondente a essa força produtiva, só se pode produzir mais valia através do *prolongamento do tempo de trabalho*, isto é, sob a forma da *mais-valia absoluta*. Essa modalidade, como forma única de produção de mais-valia, corresponde, pois, a *subsunção formal do trabalho ao capital*.

Os momentos gerais do processo de trabalho, tal como foram expostos no capítulo II, ou seja, por exemplo, a divisão entre as condições objetivas do trabalho em material e meios, contrapostos à própria atividade dos trabalhadores etc, são independentes de todo caráter histórico e especificamente social do processo de produção; trata-se, na verdade, de determinações igualmente válidas para todas as formas em que este possa desenvolver-se — de condições naturais invariáveis do trabalho humano. Isso se verifica, de maneira igualmente cabal, pelo fato de que essas determinações valem para os homens que trabalham e produzem independentemente, não em intercâmbio com a sociedade, mas unicamente com a natureza — Robison etc. De fato, passam a ser, tão logo consigam desprender-se do caráter puramente animal, determinações absolutas do trabalho *humano* em geral.

O que distingue, desde o início, o processo de trabalho subsumido, ainda que apenas formalmente, ao capital — e em relação a que se vai distinguindo cada vez mais, ainda que siga tendo por base a velha modalidade de trabalho tradicional — é a *escala* em que se efetua; ou seja, por um lado, a amplitude dos meios de produção adiantados; e por outro, a quantidade de operários dirigidos pelo mesmo patrão (*employer*). O que — a título de exemplo — à base do modo de produção corporativo aparece como máximo (com relação, suponhamos, ao número de oficiais), pode apenas constituir o mínimo para a relação capitalista. Esta relação, com efeito, pode ocorrer apenas nominalmente no caso de o capitalista não ocupar pelo menos tantos operários quanto o necessário para que a mais-valia por eles produzida seja suficiente para lhe proporcionar renda para seu consumo privado e um

[471]

fundo de acumulação, de tal sorte que fique ele livre do trabalho direto, e só trabalhe como *capitalista*, como supervisor e diretor do processo; que exerça, por assim dizer, a função, dotada de vontade e consciência, do capital encerrado em seu processo de valorização. Essa ampliação da *escala* constitui também a base real sobre a qual se ergue o modo de produção especificamente capitalista em condições históricas favoráveis, como por exemplo as do século XVI, conquanto possa surgir de maneira *esporádica*, em pontos isolados, e sem dominar a sociedade, dentro de formas sociais antigas.

O caráter distintivo da *subsunção formal do trabalho ao capital* se destaca, com maior clareza, mediante comparação com situações nas quais o capital já existe desempenhando determinadas funções subordinadas, mas não ainda em sua função dominante, determinante da forma social geral, em sua condição de comprador direto de trabalho, e apropriador direto do processo de produção. O *capital usurário* serve de exemplo na medida em que (*verbi gratia*, na Índia) adianta aos produtores diretos, matérias-primas, instrumentos de trabalho ou ambos, sob forma de dinheiro. Os enormes juros que obtém, esses juros que, seja qual for seu montante, são extorquidos ao produtor direto, não constituem senão outro nome para a *mais-valia*. Transforma, de fato, dinheiro em capital, arrancando ao produtor direto trabalho não pago, trabalho excedente. Mas, não se imiscui no próprio processo de produção, o qual, tanto como anteriormente, se desenvolve à margem dele, à maneira tradicional. Cresce em parte graças à *atrofia* desse modo de produção, mas em parte é um meio de *atrofiá-lo*, ou de, nas condições mais desfavoráveis, mantê-lo como que vegetando. Aqui, *ainda não* se realizou a *subsunção formal do trabalho ao capital*. Outro exemplo é o do *capital comercial*, na medida em que faz encomendas a uma série de produtores diretos, reúne a seguir seus produtos e os vende; nesta transação pode também adiantar-lhes matéria-prima, etc, ou mesmo dinheiro. A relação capitalista moderna desenvolveu-se até certo ponto a partir dessa forma, que, em alguns casos, constitui ainda a fase de transição para a relação capitalista propriamente dita. Tampouco nesse caso, estamos ante uma *subsunção formal do trabalho ao capital*. O produtor direto mantém-se sempre como vendedor de mercadorias, e ao mesmo tempo como usuário de seu próprio trabalho. Contudo, a transição apresenta-se, aqui, mais claramente do que na relação do capital usurário. Ambas as formas — a respeito da qual voltaremos ocasionalmente a falar — se reproduzem dentro do modo capitalista de produção como formas secundárias e de transição.

No capítulo III, havíamos exposto detalhadamente como, com a *produção da mais-valia relativa* (para o capitalista individual, na medida em que toma a *iniciativa* estimulado pela circunstância de que o valor = ao tempo de trabalho socialmente necessário que se objetivou no produto; estimulado pelo fato de que, por conseguinte, *cria-se mais-valia* para ele quando o *valor individual de seu produto está abaixo de seu valor social*, e que, portanto, *o mesmo pode ser vendido acima de seu valor individual*), modifica-se toda a figura real do modo de produção, e surge (inclusive do ponto de vista tecnológico) um *modo de produção especificamente capitalista*, sobre cuja base e com o qual se desenvolvem ao mesmo tempo as *relações de produção* — correspondentes ao *processo de produção* capitalista — entre os diversos agentes da produção, e em particular entre o capitalista e os assalariados.

As forças produtivas *sociais* do trabalho, ou as forças produtivas do trabalho diretamente *social, socializado* (coletivizado) por força da cooperação; a divisão do trabalho na oficina, a aplicação da *maquinaria*, e em geral a transformação do processo produtivo em *aplicação* consciente das ciências naturais, mecânica, química etc, para fins determinados, a *tecnologia* etc, assim como os *trabalhos em grande escala* correspondente a tudo isso (só esse trabalho socializado está em condições de utilizar no processo *imediato* de produção os produtos *gerais* do desenvolvimento humano, como a matemática etc, assim como, por outro lado, o desenvolvimento dessas ciências pressupõe determinado nível do processo material de produção); esse desenvolvimento da força produtiva do *trabalho objetivado*, por oposição ao trabalho mais ou menos isolado dos indivíduos dispersos etc, e com ele a *aplicação da ciência* — esse produto *geral* do desenvolvimento social — ao *processo imediato de produção*; tudo isso se apresenta como *força produtiva do capital*, não como força produtiva do trabalho; ou como força produtiva do trabalho apenas na medida em que este é idêntico ao capital, e em todo caso nunca como força produtiva quer do operário individual, quer dos operários associados no processo de produção. A *mistificação implícita* na relação capitalista em geral, desenvolve-se agora muito mais do que podia ou teria podido se desenvolver no caso da *subsunção puramente formal do trabalho ao capital*. Ademais, é aqui que o significado histórico da produção capitalista surge

pela primeira vez de maneira cabal (de maneira específica), precisamente por força da transformação do processo imediato de produção e do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho.

Demonstramos (capítulo III) que não só "conceitualmente", mas "efetivamente", o "social" etc. de seu trabalho se defronta ao operário não só como algo alheio, mas hostil e antagônico, e como algo objetivado e personificado no capital.

Do mesmo modo porque se pode considerar a produção da mais-valia absoluta como expressão material da subsunção formal do trabalho ao capital, a produção da mais-valia relativa pode ser considerada como a de subsunção real do trabalho no capital.

De qualquer modo, as duas formas da mais-valia — a absoluta e a relativa — se consideradas isoladamente, como existências separadas (e a mais-valia absoluta precede sempre a relativa) —, correspondem a duas formas separadas de subsunção do trabalho ao capital, ou a duas formas separadas no interior da produção capitalista, das quais a primeira é sempre precursora da segunda, embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir, por sua vez, a base para introdução da primeira em novos ramos da produção.

[473] *Anotações Complementares sobre a Subsunção Formal do Trabalho ao Capital*

Antes de prosseguir com a análise da subsunção real do trabalho ao capital, cabe acrescentar as seguintes anotações adicionais tomadas de meus cadernos.

Denomino *subsunção formal do trabalho ao capital* à forma que se funda no sobrevalor absoluto, posto que só se diferencia *formalmente* dos modos de produção anteriores, sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor (*producer*) atue como empregador de si mesmo (*self-employing*) seja porque o produtor direto deva proporcionar trabalho excedente a outros. A *coerção* que se exerce, o método pelo qual se espolia o trabalho excedente é de outra índole. O essencial na *subsunção formal* é o seguinte: 1) a relação puramente monetária entre o que se apropria do trabalho excedente e o que o fornece; na medida em que surge a *subordinação*, esta deriva do conteúdo determinado da venda, não de uma *subordinação*, precedente à mesma, por força da qual o produtor — devido a circunstâncias políticas etc. — estivesse situado em outra relação do que a monetária (relação entre possuidor de mercadoria e possuidor

de mercadoria) em relação ao explorador de seu trabalho. É *somente* na condição de possuidor das condições de trabalho que, *nesse caso*, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência *econômica*; não existe qualquer relação política, fixada socialmente, de superioridade e subordinação. 2) o que é inerente à primeira relação — pois caso contrário o operário não teria que vender sua capacidade de trabalho — é que suas *condições objetivas de trabalho* (meios de produção) e *condições subjetivas de trabalho* (meios de subsistência) se lhe defrontam como *capital*, monopolizadas pelo comprador de sua capacidade de trabalho. Quanto mais plenamente se lhe defrontam tais *condições de trabalho* como propriedade alheia, tanto mais plenamente se estabelece como *formal a relação entre o capital e o trabalho assalariado*, o que vale dizer: dá-se a subsunção formal do trabalho ao capital, condição e premissa da subsunção *real*.

No próprio modo de produção não se observa ainda qualquer diferença nessa etapa. O *processo de trabalho*, do ponto de vista *tecnológico* se faz exatamente como antes, só que agora no sentido de processo de trabalho *subordinado* ao capital. Não obstante, no próprio processo de produção, tal como se expôs antes, se desenvolvem: 1) uma relação *econômica* de superioridade e subordinação, posto que é o capitalista quem consome a capacidade de trabalho, e, portanto, vigia e dirige; 2) grande continuidade e intensidade de trabalho e uma economia maior no uso das condições de trabalho, pois tudo é feito para que o produto represente apenas o *tempo de trabalho socialmente necessário* (ou melhor [*rather*], ainda menos), e isso tanto no que se refere ao trabalho vivo utilizado para sua produção, como ao trabalho *objetivado*, que, como valor dos meios de produção utilizados, entra no produto formando valor.

Na *subsunção formal* do trabalho ao capital, a *coerção para a produção de trabalho excedente* — e desse modo, por um lado, para a formação de necessidades e de meios para satisfazer essas necessidades, e [por outro] a produção em massa acima do nível das necessidades tradicionais dos operários — e para a obtenção de *tempo livre* para o desenvolvimento, independentemente da produção material, essa coerção, dizíamos, recebe *unicamente* uma forma *diferente* da que possuía nos modos de produção anteriores; mas uma forma que eleva a continuidade e intensidade do trabalho, aumenta a produção, é mais propícia ao desenvolvimento das *variações na capacidade de trabalho*, e com isso, à diferenciação dos modos de trabalho e de aquisição, e finalmente reduz a relação entre o possuidor das condições de trabalho

e o próprio operário a uma simples *relação de compra e venda* ou *relação monetária*, eliminando da relação de exploração todos os enredamentos patriarcais e políticos, ou mesmo religiosos. Sem dúvida, a própria *relação de produção* gera nova relação de *superioridade e subordinação* (que por sua vez produz também suas próprias expressões políticas etc). Quanto menos a produção capitalista consegue liberar-se da relação formal, tanto menos se desenvolve também aquela relação, posto que só pressupõe pequenos capitalistas, que no tocante ao modo de formação e ocupações, pouco se diferenciam dos próprios operários.

[474]

A diferença, quanto ao *tipo de relação de superioridade e subordinação* – omitindo-se, por ora, o próprio modo de produção – revela-se, sobretudo, onde os trabalhos complementares rurais e domésticos, limitados a satisfazer as necessidades familiares, transformam-se em ramos de trabalho capitalista autônomos.

A diferença entre o trabalho *formalmente* subsumido ao capital e o modo precedente de utilização do trabalho revela-se com tanto mais clareza quanto mais aumenta o *volume do capital* empregado pelo capitalista individual, e portanto a *quantidade de operários que este emprega simultaneamente*. Uma vez alcançado um mínimo de capital, o capitalista deixa de ser trabalhador e [começa] a ocupar-se unicamente da direção do processo de trabalho e da comercialização das mercadorias produzidas. Contudo, a *subsunção real* do trabalho ao capital – o *modo de produção capitalista propriamente dito* – não entra em cena enquanto capitais de certa magnitude não se tenham apoderado da produção, seja porque o comerciante se transforma em capitalista industrial, seja porque à base da *subsunção formal* se tenham constituído capitalistas industriais de maior porte.*

(*) [O texto desta nota em rodapé encontra-se em página adicional, escrita posteriormente por Marx, e não numerada. Como, sob o corpo da página 474 do manuscrito, texto a que se refere a nota em rodapé, figura ainda breve parágrafo, Marx incluiu no começo da nota a seguinte observação: “*Este a não se refere ao último parágrafo, mas ao precedente*”. [Depois dessa observação, segue o texto da nota em rodapé (*Nota da edição alemã*).

a) “Um trabalhador livre geralmente tem o direito de mudar de amo; essa liberdade diferencia o escravo de um trabalhador livre, assim como o marinheiro inglês de um navio de guerra se distingue do marinheiro de um navio mercante. . . A situação de um operário é superior à de um escravo, porque o trabalhador *acredita* que é *livre*, e essa convicção, por errônea que seja, exerce não pouca influência sobre o caráter de um povo”. (P. R. Edmonds, *Practical, Moral and Political Economy*, London, 1828, pp. 56-57). “O motivo que incita um homem livre a

Quando a relação de superioridade e de subordinação substitui a escravidão, a servidão e a vassalagem, formas patriarcais etc., de subordinação, apenas se opera uma *transformação em sua forma*. A forma *torna-se mais livre* porque é agora de natureza simplesmente *material*, formalmente voluntária, *puramente econômica*. (Virar [a página] (*Verte*))*.

trabalhar é muito mais violento do que aquele que incita um escravo: um homem livre tem que optar entre trabalhar duro ou *morrer de fome*; . . . um escravo entre . . . e uma boa surra” (l.c., 56). “A diferença entre a situação de um escravo e a de um operário sob o sistema monetário é sumamente insignificante; . . . o amo compreende muito bem seu próprio interesse, quando debilita seus escravos, racionando-lhes a comida; mas, o patrão de um homem livre dá a este o menos possível de comida, porque o *dano infligido ao operário não recai exclusivamente nele mesmo, mas em toda classe patronal*.” (l.c.).

“Na Antiguidade, para que a *humanidade trabalhasse mais do que o exigiam suas necessidades, para que uma parte de um Estado trabalhasse com a finalidade de manter a outra parte gratuitamente*, só se podia recorrer aos escravos; por isso, introduziu-se o sistema geral de escravidão. A escravidão era, então, tão necessária para a multiplicação [da produção], como hoje seria destrutiva. O motivo é simples. *Se a humanidade não fosse obrigada a trabalhar, trabalharia somente para si*; se tem poucas necessidades, o trabalho será pequeno. Mas, quando começam a formar-se os Estados, e os braços ociosos têm necessidade de defendê-los contra a violência de seus inimigos, torna-se imperiosamente necessário dar comida *aos que não trabalham*; e, como em nossa hipótese, as necessidades dos trabalhadores são reduzidas, é preciso encontrar um método para aumentar seu trabalho *acima do nível de suas necessidades*. Com essa finalidade, institui-se a *escravidão* . . . Os escravos viram-se obrigados a lavar o solo que os alimentava e aos ociosos homens livres, como foi o caso de Esparta; ou executavam todos os trabalhos servis que hoje são feitos por homens livres; e se os utilizava, igualmente, como na Grécia e em Roma, para suprir com artigos manufaturados, àqueles cujos serviços eram necessários para o Estado. *Era esse o método violento* para que a humanidade trabalhasse na produção de alimentos. . . Podia-se obrigá-los a trabalhar porque *eram escravos de outros*; agora, são obrigados a trabalhar porque são *escravos de suas próprias necessidades*” (J. Steuart, Dublin Edition, v. 1, p. 38-40).

“No século XVI” – diz Steuart, “enquanto, por uma parte, os lordes despediam seus mercenários, os agricultores – que se transformavam em capitalistas industriais – “despediam as bocas inúteis. A agricultura, de meio de subsistência transformou-se em comércio.” A consequência foi “a retirada . . . de certo número de braços de uma agricultura pouco importante que *obriga, até certo ponto, os agricultores a trabalhar mais duramente; e um trabalho duro num terreno reduzido, produz o mesmo resultado que um trabalho pouco intenso numa grande extensão*.” (l.c., p. 105).

(*) Essa indicação refere-se à observação de Marx incluída em nossa nota anterior. (*Nota da edição alemã*.)

A relação de *superioridade e de subordinação* ocupa ainda no processo de produção o lugar da antiga *autonomia*, como por exemplo, entre os camponeses independentes, agricultores (*selfsustaining peasants, farmers*) que só tinham que pagar renda em espécie, fosse ao Estado, fosse ao latifundiário (*landlord*); e no caso da indústria subsidiária — doméstico-rural — ao *artesanato independente*. Registra-se, aqui, pois, a perda da *autonomia* anterior existente no processo de produção; a relação de superioridade e de subordinação é, ela mesma, produto da implantação do modo capitalista de produção.

Por último, a relação entre capitalista e assalariado pode substituir a que existe entre o *mestre gremial* e seus *oficiais e aprendizes*, transição pela qual, em parte, a manufatura urbana passa em suas origens. A *relação corporativa medieval*, que de maneira análoga se desenvolveu também em círculos restritos de Atenas e de Roma, e que tão decisiva importância teria na Europa para o surgimento dos capitalistas, por um lado, e por outro, para a formação de uma classe de trabalhadores livres, constitui forma *limitada*, inadequada ainda, da relação entre capital e trabalho assalariado. Estamos frente a uma relação entre compradores e vendedores. Há pagamento de salários, e o mestre, o oficial e o aprendiz se defrontam entre si como pessoas livres. A base tecnológica dessa relação é a *oficina artesanal*, na qual o fator decisivo da produção é o manejo mais ou menos habilidoso do *instrumento de trabalho*; o trabalho pessoal autônomo, e, portanto, seu desenvolvimento profissional, que exige um período de aprendizagem maior ou menor, determina nesse caso o resultado do trabalho. Certamente, o mestre se encontra de posse das condições de produção, das ferramentas e do material de trabalho (ainda que as ferramentas possam também pertencer ao oficial): o produto pertence-lhe. Nessa medida, é *capitalista*. Mas, não é como capitalista que é *mestre*. Ele mesmo é, em primeiro lugar, *artesão*, e se supõe (*supposed*) que é mestre em seu ofício. Dentro do próprio processo de produção atua como artesão, do mesmo modo que seus oficiais, e inicia seus aprendizes nos segredos do ofício. Mantém com seus aprendizes exatamente a mesma relação que um professor com seus alunos. Em consequência, sua relação com aprendizes e oficiais não é a do capitalista como tal, mas a de *mestre* no ofício, que em tal condição ocupa na corporação, e, portanto, frente àqueles, posição hierárquica, que *is supposed* se funda sobre sua própria *mestria* no ofício. Seu capital, pois, tanto no que diz respeito à sua forma *material* quanto ao *volume de seu valor*, é um capital vinculado, que de modo algum adquiriu a forma livre do

capital. Não constitui um *quantum determinado de trabalho objetivado* (valor em geral) que pode adotar e adota, a *bel-prazer*, esta ou aquela forma de condições de trabalho segundo se troque, à vontade, por esta ou aquela forma de trabalho vivo para apropriar-se do trabalho excedente. Só depois de haver percorrido as categorias de aprendiz, oficial etc, e de haver realizado seu trabalho de mestre, este pode empregar dinheiro nesse ramo de trabalho *determinado*, em seu próprio ofício, parcialmente nas condições objetivas do trabalho artesanal, parcialmente para comprar (*kaufen*) oficiais e manter aprendizes. Pode converter seu dinheiro em capital apenas em seu próprio ofício, isto é, empregá-lo não só como meio de trabalho pessoal, como também como meio de explorar trabalho alheio. Seu capital está ligado a determinada forma de *valor de uso*, e, portanto, não se defronta com seus trabalhadores como *capital*. Os métodos de trabalho que emprega não só se fundam na experiência, mas são ditados pela corporação — são considerados necessários; e assim, também deste ponto de vista, não é o valor de troca mas o valor de uso do trabalho que surge como objetivo final. Entregar trabalho desta ou daquela qualidade não depende de seu alvitre, mas toda a empresa corporativa está organizada para que se forneça *determinada qualidade*. Do mesmo modo que os métodos de trabalho, o preço deste não fica a seu critério. A forma *limitada* que impede seu pecúlio de funcionar como *capital* se manifesta, ademais, no fato de que, efetivamente, se fixou um *máximo* para o volume que pode alcançar o valor de seu capital. Não pode ter mais do que *certo número de oficiais*, já que a corporação deve assegurar a todos os mestres uma parte alíquota dos lucros da profissão. Temos, finalmente, a relação do mestre com outros mestres como membro da mesma corporação; enquanto tal, o mestre formava parte de uma corporação que [possuía] certas condições comuns de produção (vínculos gremiais etc), direitos políticos, participação no governo da cidade etc. À exceção de trabalhos para os comerciantes, trabalhava por encomenda, com vistas ao valor de uso imediato, e de conformidade com isso regulamentava também o número de mestres. Não se defrontava como *mero comerciante* ante seus trabalhadores. Menos ainda pode o comerciante transformar seu dinheiro em capital produtivo; só pode "contratar" (*verlegen*) as mercadorias, não produzi-las por si mesmo. Não é o valor de troca como tal, nem o enriquecimento, mas uma *existência conforme à sua posição social* que se apresenta aqui como objetivo e resultado da exploração do trabalho alheio. O decisivo aqui é o *instrumento*. Em muitos ramos do trabalho

(por exemplo, na alfaiataria), os próprios clientes fornecem a matéria-prima ao mestre. É lei, aqui, limitar a produção, ajustando-a ao total do consumo previamente existente; não é, pois, regulada segundo os limites do próprio capital. Na relação capitalista, desaparecem essas limitações junto aos laços político-sociais, dentro das quais ainda se move o capital, e onde, por conseguinte, ainda não surge como *capital*.

[476]

A simples transformação formal da oficina artesanal em empresa capitalista — na qual o processo tecnológico a princípio ainda se mantém igual — consiste na *supressão de todas essas limitações*, com o que também se modifica a relação de superioridade e subordinação. O mestre agora já não é capitalista, por ser mestre; mas, mestre, por ser capitalista. A barreira interposta a sua produção já não está condicionada pela limitação a seu capital. O capital (dinheiro) pode trocar-se, à vontade, por *qualquer tipo* de trabalho, e, em consequência, de condições de trabalho. O mestre pode, inclusive, deixar de ser artesão. Com a súbita expansão do comércio, e, com isso, a procura de mercadorias pelo estamento comercial, a empresa corporativa, levada além de seus limites, teve que transformar-se formalmente em empresa capitalista.

Em comparação com o artesão independente que trabalha para clientes desconhecidos (*strange customers*), aumenta naturalmente a continuidade do trabalhador que trabalha para o capitalista, cujo trabalho não reconhece limites na necessidade eventual de tais ou quais clientes (*customers*), mas unicamente na necessidade de exploração que tem o capital que lhe proporciona emprego. Confrontado com o do escravo, esse trabalho se torna mais produtivo, por ser mais intenso; o escravo, com efeito, só trabalha sob pressão de um temor exterior, e não, para *sua existência* — que, ainda que não lhe pertença, não obstante, está *garantida* — ao passo que o trabalhador livre trabalha impulsionado por suas necessidades (*wants*). A consciência (ou melhor, a *representação*) de uma determinação pessoal livre, da liberdade, assim como o sentimento (*feeling*) (consciência) de responsabilidade (*responsability*) ligado àquela, fazem deste um trabalhador muito melhor do que aquele. O trabalhador livre, efetivamente, como qualquer outro vendedor de mercadoria é responsável pela mercadoria que fornece, e que deve entregar com certo nível de qualidade, se não quer ceder terreno a outros vendedores de mercadorias do mesmo gênero (*species*). A *continuidade da relação* entre o escravo e o escravo-vista é tal que nela o primeiro é mantido em tal condição por coerção direta. O trabalhador livre, pelo contrário, é obrigado a manter a

relação, já que sua existência e a de sua família dependem de que renove continuamente a venda de sua força de trabalho ao capitalista.

No caso do escravo, o *salário mínimo* aparece como grandeza constante, independente de seu trabalho. No caso do trabalhador livre, esse valor de sua *capacidade de trabalho* e o *salário médio* que lhe corresponde não estão contidos nesses limites predestinados, independentes de seu próprio trabalho, determinados por suas necessidades puramente físicas. A *média* é aqui mais ou menos *constante* para a *classe*, como o valor de todas as mercadorias; mas não existe nessa realidade imediata para o operário *individual*, cujo salário pode estar acima ou abaixo desse mínimo. O *preço do trabalho*, ora cai abaixo do *valor da força de trabalho*, ora o supera. Ademais, [existe] liberdade de movimentos dentro de estreitos limites (*within narrow limits*) para a *individualidade* do operário, do qual resultam diferenças de salários, em parte entre *diversos ramos de trabalho*, em parte dentro do mesmo *ramo* de trabalho, segundo a diligência, habilidade, vigor etc. do operário; e, sem dúvida, essas diferenças são determinadas, até certo ponto, pela medida de seu rendimento pessoal. Dessa maneira, a quantia do salário varia como resultado de seu próprio trabalho e da qualidade individual deste último. Isso acontece, particularmente onde o trabalho se paga por *empreitada*. Embora, como vimos, isso em nada altere a relação geral entre o capital e o trabalho, entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, a relação, entretanto, se manifesta de maneira diferente para o operário individual, e, mais precisamente, segundo o grau de rendimento pessoal. No caso do escravo, a força ou habilidade particulares podem elevar o *valor venal* de sua pessoa, mas isso não lhe diz respeito. Não acontece o mesmo no caso do trabalhador livre, proprietário exclusivo de *sua força de trabalho*.

O valor superior dessa capacidade de trabalho deve ser pago a ele próprio, e se expressa num salário mais elevado. Aqui dão-se, por conseguinte, grandes diferenças de salários, segundo tal ou qual trabalho requeira ou não uma força de trabalho mais desenvolvida, que demande custos de produção maiores. Isso dá lugar a um campo de ação para a diversidade individual, por um lado; e, por outro, um incentivo ao desenvolvimento da capacidade própria de trabalho. É certo que o volume de trabalho deve compor-se de mais ou menos trabalho simples (*unskilled labour*), e que, também o volume do salário deve determinar-se pelo *valor da força de trabalho simples*. No entanto, a tais ou quais indivíduos é possível sempre, graças a sua particular energia, talento etc, ascender a esferas de trabalho mais elevadas — assim como perma-

[477]

nece aberta a possibilidade abstrata de que este ou aquele operário se transforme em capitalista e explorador do trabalho alheio. O escravo pertence a um senhor (*master*) determinado; o operário, certamente, deve vender-se ao capital, mas não a determinado capitalista, de modo que dentro de certos limites, pode escolher a quem quer vender-se ou mudar de senhor (*master*). Todas essas relações modificadas fazem com que a atividade do trabalhador livre seja mais intensa, contínua, móvel e competente que a do escravo, sem considerar que o capacitam para uma ação histórica inteiramente diferente. O escravo recebe em espécie os meios de subsistência necessários para sua manutenção, e essa forma natural está fixada, tanto por seu gênero, como por seu volume, em valores de uso. O trabalhador livre recebe-os sob a forma de dinheiro, de valor de troca, sob a forma social abstrata da riqueza. Embora o salário não seja, de fato, outra coisa do que a forma *argentea* ou *áurea* ou *cúprica* ou forma-papel adotada pelos meios de subsistência necessários, na qual, incessantemente, têm que dissolver-se — e o dinheiro opera aqui unicamente como forma evanescente do valor de troca, como simples meio de circulação —, na imaginação [do operário], o objetivo e o resultado de seu trabalho continuam sendo a riqueza abstrata, o valor de troca, e não um valor de uso determinado, tradicional e localmente limitado. É o próprio operário quem converte o dinheiro em valores de uso quaisquer, compra com ele tais ou quais mercadorias, e como possuidor de dinheiro, como comprador de mercadorias, se vê frente aos vendedores de mercadorias exatamente na mesma relação que todos os demais compradores. As condições de sua existência — assim como a quantidade de valor do dinheiro ganho por ele — obrigam-no a utilizar esse dinheiro em um círculo muito restrito de meios de subsistência. Ainda assim, é possível alguma variação, tal como, por exemplo, os jornais, que se contam entre os meios de subsistência necessários para o trabalhador urbano inglês. O operário pode poupar algo, entesourar. Pode, do mesmo modo, gastá-lo em aguardente etc. Assim agindo, entretanto, age como homem livre que deve responsabilizar-se por seus atos; ele mesmo é responsável pela maneira por que gasta seu salário (*spends his wages*). Aprende a autodominar-se, diferentemente do escravo, que necessita de um senhor. Sem dúvida, isso é válido unicamente se se considera a transformação de servos ou escravos em trabalhadores livres, assalariados. A relação capitalista apresenta-se, aqui, como uma ascensão na escala social. O contrário se dá onde o camponês ou artesão independentes se transformam em assalariados. Que diferença entre a orgulhosa

*yeomanry** da Inglaterra (*proud yeomanry of England*), de que fala Shakespeare, e os diaristas agrícolas ingleses! Como, no caso dos assalariados, o objetivo único do trabalho é o salário, o dinheiro, um *quantum* determinado de valor de troca no qual se dissolveu toda particularidade do valor de uso, aqueles são inteiramente indiferentes quanto ao conteúdo de seu trabalho, e, portanto, ao tipo particular de sua atividade, ao passo que esta no sistema corporativo ou no de castas era tida por atividade profissional (no caso do escravo, como dos animais de tração, trata-se somente de determinado gênero de atividade, imposto e tradicional, de manifestação de sua força de trabalho). Nessa medida, pois, a divisão do trabalho não unilateralizou totalmente a força de trabalho; em princípio, o trabalhador livre está predisposto e sujeito a qualquer variação de sua capacidade e atividade de trabalho que lhe prometa salário melhor (tal como se vê no caso da população excedente (*surpluspopulation*) do campo, que incessantemente afliu às cidades). Se o operário adulto é, em maior ou menor grau, incapaz dessa variação, considera-se sempre possível para seus descendentes, e a nova geração de jovens operários está sempre disponível para distribuir-se entre os novos ramos de trabalho ou nos especialmente florescentes. Na América do Norte, onde o trabalho assalariado desenvolveu-se libertando-se ao máximo das velhas reminiscências corporativas etc, manifesta-se, também, de maneira particular, essa *versatilidade*, a indiferença cabal com respeito ao conteúdo determinado do trabalho e a passagem de um ramo a outro. É por isso que todos os escritores dos Estados Unidos põem em relevo — como característica certa do trabalho assalariado livre no Norte, oposto ao trabalho escravo no Sul —, a antítese entre essa *versatilidade* e o caráter monótono e tradicional do trabalho escravo, que não varia segundo as relações de produção, mas que, pelo contrário, exige que a produção se adapte ao modo de trabalho estabelecido outrora e transmitido pela tradição. (Ver *Cairns*) A formação constante de novos tipos de trabalho, essa variação incessante — que corresponde à diversidade dos valores de uso, e, portanto, é também desenvolvimento real do valor de troca — e a crescente divisão do trabalho no conjunto da sociedade são possíveis apenas com o modo capitalista de produção. Esse começa com a oficina corporativo-artesanal livre, onde não encontra barreiras no incrustamento de cada ramo determinado de produção.

(*) *Yeomanry*: na Inglaterra, classe dos pequenos camponeses livres, não sujeitos a prestações feudais. (N. dos Ts.).

[478] Após esse apêndice relativo à *subsunção formal* do trabalho ao capital, chegamos à:

Subsunção Real do Trabalho ao Capital

A característica geral da *subsunção formal* continua sendo a direta *subordinação do processo de trabalho* — qualquer que seja, tecnologicamente falando, a forma em que se efetue — *ao capital*. Nessa base, entretanto, se ergue um *modo de produção* tecnologicamente específico que *metamorfoseia a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais: o modo capitalista de produção*. Somente quando este entra em cena, se dá a *subsunção real do trabalho ao capital*.

"Agriculture for subsistence... changed for agriculture for trade... the improvement of the national territory... proportioned to this change." ("Agricultura para a subsistência, transformada em agricultura para o comércio... o cultivo do território nacional... se ajusta a essa troca.") (A. Young, *Political Arithmetic*, London, 1774, p. 49, nota.)

A *subsunção real do trabalho ao capital* se desenvolve em todas as formas que produzem mais-valia relativa, diferentemente da absoluta.

Com a *subsunção real do trabalho ao capital*, dá-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente)^a no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre o capitalista e o operário.

Na *subsunção real do trabalho ao capital* fazem sua aparição no processo de trabalho todas as modificações (*changes*) que analisáramos anteriormente. Desenvolvem-se as *forças produtivas sociais do trabalho*, e, por força do trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o *modo capitalista de produção*, que agora se estrutura como um modo de produção "sui generis", dá origem a uma figura modificada da produção material. Por outro lado, essa modificação da figura material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja figura adequada corresponde, em consequência, a determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho.

(a) *Manifest der Kommunistischen Partei* (1848).

Vimos como um *mínimo* determinação e sempre *crecente de apital* em mãos dos capitalistas individuais é, por um lado, *premissa necessária*, e, por outro, resultado permanente do modo de *produção especificamente* capitalista. O capitalista deve ser proprietário ou possuidor de meios de produção em *escala social*, em um montante de valor que tenha perdido toda relação com a produção possível do indivíduo ou de sua família. O *mínimo de capital* é tanto maior em um ramo da indústria quanto mais se o explora de maneira capitalista, quanto mais desenvolvida está nele a produtividade social do trabalho. Na mesma proporção, deve o capital aumentar em grandeza de valor, e adotar dimensões sociais, isto é, despojar-se de todo caráter *individual*. Precisamente, a produtividade do trabalho, o volume de produção, o volume de população e o volume da superpopulação, envolvidos por tal modo de produção, suscitam, incessantemente — com o capital e o trabalho agora disponíveis — novos ramos produtivos, nos quais o capital pode trabalhar novamente em pequena escala e percorrer, novamente, as diversas fases de desenvolvimento, até que esses novos ramos de atividade também começam a ser explorados em escala social. [É] esse um processo contínuo. Simultaneamente, a *produção capitalista* tende a conquistar todos os *ramos industriais* dos que até então não se apoderara, e nos quais ainda [se dá] apenas a *subsunção formal*. Tão logo se apodera da agricultura, da indústria de mineração, da manufatura das principais matérias têxteis etc, invade os outros setores onde unicamente [se encontram] *artesãos formalmente independentes* ou ainda *independentes [de fato]*. Na análise da maquinaria havíamos assinalado como a introdução desta em um ramo provoca o mesmo fenômeno em outros ramos, e ao mesmo tempo em outros setores do mesmo ramo. A *fiacção mecanizada* leva à *mecanização da tecelagem*; a *fiacção mecanizada* na indústria algodoeira, à *fiacção mecanizada da lã, do linho, da seda* etc. O emprego intensivo de maquinaria nas minas de carvão, nas manufaturas de algodão etc, tomou necessária a introdução do modo de produção em grande escala na construção das próprias máquinas. Abstraindo da ampliação dos meios de transporte, exigida por esse modo de produção em grande escala, temos, por outro lado, que é somente devido à introdução da maquinaria na construção das próprias máquinas — sobretudo de geradores de energia (*prime motors*) cíclicos — que se tornou possível a introdução dos barcos a vapor e das ferrovias, e se revolucionou, integralmente, a construção naval. A grande indústria lança tal massa humana nos ramos ainda não dominados

[479]

por ela, ou neles produz tal superpopulação relativa quanto o necessário para transformar o artesanato ou a pequena empresa, formalmente capitalista, em grande indústria. Ouçamos agora a seguinte "jeremiada" tory: "In the good old times, when "Live and let live" was the general motto, every man contented with one avocation. In the cotton trade, there were weavers, cotton spinners, blanchers, dyers and several other independent branches, all living upon the profits of their respective trades, and all, as might be expected, contented and happy. By and by, however, when the downward course of trade had proceeded to some extent, first one branch was adopted by the capitalist, and then another, till in time, the whole of the people were ousted, and thrown upon the market of labour, to find out a livelihood in the best manner they could. Thus, although *no charter* secures to these men the right to be cotton spinners, manufacturers, printers etc., yet the course of events has invested them *with a monopoly of all*. . . They have become Jack-of-all-trades, and as far as the country is concerned in the business, it is to be feared, they are masters of none". ("Nos bons tempos de antigamente, quando "vive e deixa viver" era lema de aceitação geral, cada qual se contentava com uma só ocupação. Na indústria algodoeira havia tecelões, fiandeiros, branqueadores, tintureiros e vários ramos independentes, mas, todos viviam dos lucros de seus respectivos ofícios, e todos, ao que se sabe, satisfeitos e felizes. Pouco a pouco, porém, quando o curso sucessivo da indústria continuou até certo ponto, o capitalista apropriou-se, primeiro de um ramo, depois, de outro, até que, com o correr do tempo, todo mundo foi despedido e lançado no mercado de trabalho para que ganhasse a vida como melhor pudesse. Dessa maneira, ainda que nenhuma *patente* atribua a esses homens o direito de ser fiandeiros, manufatureiros e estampadores de algodão, o curso dos acontecimentos levou-os a um *monopólio de todos* [esses ofícios]. . . Intrometeram-se em todos os ofícios, e, na medida em que a este país o problema interessa, é de temer que não sejam mestres de nenhum") (Carlisle, *Public Economy Concentrated* etc, 1833, p. 56).

O resultado material da produção capitalista, além do desenvolvimento das *forças produtivas sociais do trabalho*, está constituído pelo aumento do volume de produção, e *acréscimo e diversificação das esferas produtivas* e de suas ramificações. Só depois disso se desenvolve, correspondentemente, o *valor de troca* dos produtos: a *esfera* em que operam ou se realizam como *valor de troca*.

"A produção pela produção" — a produção como fim em si

mesma — já entra em cena, certamente, com a *subsunção formal do trabalho ao capital*, tão logo o fim imediato da produção chegue a ser produzir *mais-valia maior e a mais abundante possível*, tão logo o valor de troca do produto chegue a ser o fim decisivo. Contudo, essa tendência imane da relação capitalista não se realiza de maneira adequada — e não se converte em *condição necessária*, inclusive do ângulo *tecnológico* — enquanto não se tenha desenvolvido o *modo de produção especificamente capitalista* e, com ele, a *subsunção real do trabalho ao capital*.

Antes, analisáramos, em pormenor, esse último ponto, conforme o assunto exige, razão por que, aqui, podemos ser breves. É uma produção que não está ligada a limitações predeterminadas e predeterminantes das necessidades. (Seu caráter antagonico implica barreiras à produção que ela, incessantemente, procura superar. Daí, as crises, a superprodução etc.). Esse é um dos aspectos que a distinguem do modo de produção precedente; se desejais (*if you like*), o aspecto positivo. Temos, por outro lado, o aspecto negativo, o caráter contraditório: *produção* contraposta aos *produtores*, e que faz destes caso omissos. O produtor real como simples meio de produção; a riqueza material como fim em si mesmo. E, portanto, o desenvolvimento dessa riqueza material em contradição com o indivíduo humano e a expensas deste. *Produtividade do trabalho*, em suma = *máximo de produtos com mínimo de trabalho*; daí, o maior barateamento possível das mercadorias. Independentemente da vontade de tais ou quais capitalistas, isso se converte em lei no modo de produção capitalista. E essa lei se realiza somente implicando outra, ou seja a de que *não são as* necessidades existentes que determinam a escala da produção, mas, pelo contrário, é a escala da produção — sempre crescente e imposta, por sua vez, pelo próprio modo de produção — que determina o volume do produto. Seu objetivo [é] que cada produto etc, contenha o *máximo possível de trabalho não pago*, e isso só se alcança mediante a *produção pela própria produção*. Isso se apresenta, *por um lado*, como *lei*, porquanto o capitalista que produz em pequena escala incorporaria no produto um *quantum* de trabalho maior do que o socialmente necessário. Apresenta-se, pois, como aplicação adequada da *lei do valor*, que não se desenvolve plenamente senão à base do modo de produção capitalista. Mas, surge, *por outro lado*, como impulso do capitalista individual, que para violar essa lei ou para *utilizá-la astutamente* em seu benefício procura reduzir o *valor individual* de sua mercadoria *abaixo* de seu valor socialmente determinado.

[480]

Em sua totalidade, essas formas de produção (da mais-valia relativa), [têm] em comum, além do *mínimo crescente de capital necessário à produção*, o fato de que as *condições coletivas* para o trabalho de numerosos operários que cooperam diretamente entre si permitem *economizar*, em contraste com a dispersão dessas condições na produção em pequena escala, posto que a *eficácia dessas condições de produção comuns* não implicam crescimento proporcionalmente igual em seu volume e *valor*. Seu uso *comum e simultâneo* faz com que seu valor *relativo* (em relação ao produto) decresça, por mais que aumente o volume absoluto de valor.

Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo

Queremos antecipar este assunto, brevemente, antes de prosseguir na análise da *figura modificada do capital*, tal como resulta do modo de produção capitalista.

Como o fim imediato e [o] *produto por excelência* da produção capitalista é a *mais-valia*, temos que *só é produtivo aquele trabalho* — e *só é trabalhador produtivo* aquele que emprega a força de trabalho — que diretamente *produza mais-valia*; portanto, *só o trabalho que seja consumido* diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital.

Do simples ponto de vista do *processo de trabalho* em geral, apresentava-se-nos como *produtivo*, o trabalho que se realiza em um *produto*, mais concretamente, em *mercadoria*. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, acrescenta-se a determinação mais precisa: de que é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se *realiza* — sem equivalente para o operário, para seu executante — em mais-valia (*surplusvalue*), representada por um sobreproduto (*surplusproduce*), ou seja, um *incremento excedente de mercadoria* para o monopolizador dos meios de trabalho (*monopoliser dos means of labour*), para o *capitalista*. Só é produtivo o trabalho que põe o capital variável, e, portanto, o capital total, como $C + \Delta C = C + \Delta v$. Trata-se, pois, de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento (*agen* √) de sua *autovalorização*, como meio para a produção de mais-valia

o processo de trabalho capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho. Produz produtos e mercadorias. O trabalho continua sendo produtivo na medida em que se objetiva em

mercadorias como unidade de valor de uso e de valor de troca. Mas, o processo de trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital. É produtivo, pois, o *trabalho que se representa em mercadorias*; mas, se consideramos a mercadoria individual, o é aquele que, em uma parte alíquota desta, representa *trabalho não pago*; ou se levarmos em conta o produto total, é produtivo o trabalho que, em uma parte alíquota do *volume total de mercadorias*, representa simplesmente trabalho não pago, ou seja, *produto* que nada custa ao capitalista.

É *produtivo* o trabalhador que executa *trabalho produtivo*, e é *produtivo o trabalho* que gera diretamente *mais-valia*, isto é, que valoriza o capital.

Somente a estreiteza mental burguesa, que toma a forma capitalista de produção pela forma absoluta, e, em consequência, pela única forma natural de produção, pode confundir a questão do que seja *trabalho produtivo* e *trabalhador produtivo* do ponto de vista do capital com a questão sobre o que seja trabalho *produtivo* em geral, contentando-se assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo trabalho que produz, todo o que redunha em um produto ou em algum valor de uso qualquer; resumindo: em um resultado.

Só é produtivo o operário cujo processo de trabalho = ao *processo de consumo produtivo* da capacidade de trabalho — do depositário desse trabalho — por parte do capital ou do capitalista.

Depreendem-se disso imediatamente duas conclusões:

Primeiro: como com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital* ou do *modo de produção especificamente capitalista*, não é o operário individual, mas uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte no *agente (Funktionär) real* do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, de produtos — este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (*manager*), engenheiro (*engineer*), técnico etc, outro, como capataz (*overlooker*), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante —, temos que *mais e mais funções da capacidade de trabalho* se incluem no conceito *imediatamente de trabalho produtivo*, e seus agentes no conceito de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados em geral a seu processo de valorização e de produção*. Se se considera o *trabalhador coletivo*,

[481]

de que a oficina consiste, sua *atividade combinada* se realiza materialmente (*materialiter*) e de maneira direta num *produto total* que, ao mesmo tempo, é um *volume total de mercadorias*; é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador — simples elo desse trabalhador coletivo — esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Mas, então a atividade dessa capacidade de trabalho coletiva é seu *consumo produtivo direto pelo capital*, vale dizer, o processo de autovalorização do capital, a produção direta de mais-valia, e daí, como analisar-se-á adiante, a *transformação direta da mesma em capital*.

Segundo: as determinações ulteriores do trabalho produtivo derivam dos traços que caracterizam o processo capitalista de produção. Em primeiro lugar, o possuidor da força de trabalho se defronta com o capital ou com o capitalista como *vendedor* daquela — para exprimir, como vimos, irracionalmente —, como vendedor direto de *trabalho vivo, não de uma mercadoria*. É *trabalhador assalariado*. Essa é a *primeira premissa*. Em segundo lugar, entretanto, após esse processo preliminar, correspondente à circulação, sua força de trabalho e seu trabalho incorporam-se diretamente como *fatores vivos no processo de produção do capital*; convertem-se em *um de seus componentes*, e precisamente, no componente *variável* que não só em parte conserva e em parte reproduz os valores de capital adiantados, mas que ao mesmo tempo *umenta-os*, e, em conseqüência, graças tão-somente à criação de mais-valia, transforma-os em valores que se valorizam a si mesmos, em capital. Esse trabalho se *objetiva* diretamente, no curso do processo de produção, como *grandeza de valor fluído*.

Pode ocorrer que *esteja presente a primeira condição sem que esteja a segunda*. Um trabalhador pode ser *trabalhador assalariado*, *jornaleiro* etc. Isso ocorre toda vez que falta o segundo momento. Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo. Quando se compra o trabalho para consumi-lo *como valor de uso*, *como serviço*, — e não para colocá-lo como *fator vivo* em lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção —, o trabalho não é trabalho produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. Seu trabalho é consumido por causa de seu *valor de uso*, não como trabalho que *gera valores de troca*; consome-se-o *improdutiva*, não produtivamente. O capitalista, pois, não se defronta com o trabalho como capitalista, como representante do capital; troca seu dinheiro por esse trabalho na condição de *renda*, não como *capital*. O consumo desse trabalho

não equivale a $D \cdot M \cdot D'$, mas a $M \cdot D \cdot M$ (o último é o *trabalho* ou o próprio *serviço*). O dinheiro funciona aqui unicamente como meio de circulação, não como capital.

Assim como as *mercadorias* que o capitalista compra para consumo privado não são consumidas produtivamente, não se transformam em fatores do capital, tampouco isso ocorre com os *serviços* que compra para seu consumo por vontade própria ou forçado (ao Estado etc.), por causa de seu *valor de uso*. Eles não se convertem em fator do capital. Por conseguinte, não são trabalhos produtivos e seus executantes não são *trabalhadores produtivos*. [482]

Quanto mais se desenvolve a produção em geral como produção de mercadorias, tanto mais cada qual quer e deve converter-se em *vendedor de mercadorias*, fazer dinheiro, seja com seu produto, seja com seus *serviços* — quando o produto, devido a sua natureza, só *existe* sob a forma de *serviço* — e esse *fazer dinheiro* aparece como objetivo último de todo gênero de atividade.^a Na produção capitalista, por um lado a produção dos produtos como mercadorias, e por outro a forma de trabalho como trabalho assalariado, se absolutizam. Uma série de funções e atividades envoltas outrora por uma auréola, e consideradas como fins em si mesmas, que se exerciam gratuitamente ou se pagavam indiretamente (como os profissionais (*professionals*), médicos, advogados (*barristers*) etc, na Inglaterra, que não podiam ou não podem se queixar, para obter o pagamento de seus honorários), por um lado se transformam diretamente em *trabalhos assalariados**, por diferente que possa ser seu conteúdo e pagamento^b; por outro, caem — sua avaliação, o *preço* dessas diversas atividades, desde a prostituta até o rei — *sob as leis que regulam o preço do trabalho assalariado*. Não cabe aqui examinar esse último ponto, mas sim numa análise especial sobre o trabalho assalariado e sobre o salário. Assim sendo, esse fenômeno, o de que com o desenvolvimento da produção capitalista todos os *serviços* se transformam em *trabalho assalariado*, e todos seus executantes em *assalariados*, tendo, pois, essa *característica* em comum com o trabalhador produtivo, leva tanto mais à confusão entre uns e outros porquanto é fenômeno característico da *produção capitalista*, e por ela gerado. Ademais, dá aos apologistas ocasião para converter o traba-

(a) Veja-se Aristóteles.

(*) No original: "trabalhadores assalariados" (*Lohnarbeiter*) (N. dos Ts.).

(b) Manifest der Kommunistischen Partei.

lhador produtivo, pelo fato de ser assalariado, em trabalhador que simplesmente troca seus *serviços* (isto é, o trabalho enquanto valor de uso) por *dinheiro*. Dessa forma, passam felizes por alto sobre a diferença específica desse "trabalhador produtivo" e a produção capitalista como produção de mais-valia, como processo de autovalorização do capital, cujo único instrumento (*agency*), a ele incorporado, é o trabalho vivo. Um soldado é trabalhador assalariado, recebe soldo, mas nem por isso é trabalhador produtivo.

Um erro adicional surge de duas fontes:

Primeiro: Na produção capitalista, certas partes dos trabalhos que produzem mercadorias executam-se de maneira própria aos *modos de produção precedentes*, onde a *relação entre o capital e o trabalho assalariado* ainda não existe de fato, pelo que de nenhuma maneira são aplicáveis as categorias de trabalho *produtivo* e trabalho improdutivo, características do ponto de vista capitalista. Em correspondência com o modo de produção dominante, entretanto, as relações que ainda não se subsumiram realmente àquele, se lhe subsumem idealmente (*idealiter*). O trabalhador autônomo (*selfemploying labourer*), como exemplo, é seu próprio assalariado; seus próprios meios de produção se lhe representam como capital. Na condição de capitalista de si mesmo, auto-emprega-se como assalariado. Semelhantes anomalias oferecem campo propício às leviandades sobre o trabalho produtivo e improdutivo.

[483]

Segundo: certos trabalhos *improdutivos* podem estar vinculados incidentalmente (*incidentaliter*) com o processo de produção; é possível, inclusive, que seu preço entre no *preço da mercadoria*, ou seja, que o dinheiro gasto neles até certo ponto (*so far*) forme uma *parte do capital adiantado*, e, por conseguinte, que o trabalho apareça como trabalho que não se troca por *renda*, mas diretamente por *capital*.

Passemos ao último caso, o dos *impostos*, do preço por serviços estatais, etc. Mas, isso está contido nos falsos custos de produção (*faux frais de production*), e é uma forma em si mesma *acidental* do processo capitalista de produção, e de nenhum modo *condicionada* por ele, e que lhe seja necessária e imanente. Se — exemplifiquemos — todos os impostos *indiretos* se transformassem em *diretos*, nem por isso se deixaria de pagá-los, mas já não constituiriam adiantamento de capital, e sim um *dispendio de renda*. A possibilidade dessa transmutação formal mostra sua exterioridade, indiferença e acidentalidade em relação ao processo capitalista de produção. Pelo contrário, se

mudasse a forma do trabalho produtivo, cessariam de existir a renda do capital e o próprio capital.

Além disso, por exemplo, os documentos materiais, as escrituras públicas, etc. Tudo isso se relaciona com as estipulações entre os possuidores de mercadorias como compradores e vendedores, e nada tem a ver com a relação entre o capital e o trabalho. Dessa maneira, os funcionários podem converter-se em assalariados do capital, mas, nem por isso se transformam em trabalhadores produtivos.

Trabalho produtivo não é senão expressão sucinta que designa a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos de *trabalho produtivo*, falamos, pois, de *trabalho socialmente determinado*, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho. O trabalho produtivo troca-se diretamente por *dinheiro enquanto capital*, isto é, por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital, e que como capital se contrapõe à força de trabalho. Em consequência, trabalho produtivo é aquele que, para o operário, reproduz somente o valor previamente determinado de sua força de trabalho, ao passo que em sua condição de atividade geradora de valor valoriza o capital; e *opõe* ao operário os valores criados por essa atividade, na condição de *capital*. A relação específica entre o *trabalho objetivado* e o *trabalho vivo*, transforma o primeiro em capital, e o segundo em *trabalho produtivo*.

O produto específico do processo capitalista de produção — a mais-valia — é gerado somente pela troca com o *trabalho produtivo*.

O que constitui o *valor de uso específico* [do trabalho produtivo] para o capital não é seu caráter útil determinado, como tampouco as qualidades úteis peculiares ao produto no qual se objetiva, mas seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia).

O processo capitalista de produção não é simplesmente produção de mercadorias. É processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de sucção de trabalho não pago.

Do que precede resulta que *trabalho produtivo* é uma determinação daquele trabalho que em si mesmo nada tem a ver com o *conteúdo determinado* do trabalho, com sua utilidade particular ou valor de uso peculiar no qual se manifesta.

Um *trabalho de idêntico conteúdo* pode ser, portanto, produtivo e improdutivo. [484]

Milton – sirva-nos de exemplo – que escreveu o *Paraíso Perdido* (*who did the paradise lost*), era um trabalhador improdutivo. Pelo contrário, o escritor que proporciona trabalho como de fábrica a seu livreiro, é trabalhador produtivo. Milton produziu o *Paradise Lost* tal como um bicho-da-seda produz a seda, como manifestação de sua natureza. A seguir, vendeu o produto por cinco libras, e desse modo converteu-se em negociante. O literato proletário de Leipzig que produz livros – por exemplo, compêndios de economia política – por encargo do livreiro, está próximo a ser trabalhador produtivo, porquanto sua produção está subsumida ao capital, e não se leva a termo senão para valorizá-lo. Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário (*entrepreneur*), que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que *produz* diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário (*entrepreneur*) da instituição que trafica com o conhecimento (*knowledge mongering institution*), é trabalhador produtivo. Ainda assim, a maior parte desses trabalhos, do ponto de vista da forma, mal se subsumem formalmente no capital: pertencem às formas de transição.

Em suma: os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores – e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas – ainda que se os possa explorar de maneira diretamente *capitalista*, constituem magnitudes insignificantes se comparados com o volume da produção capitalista. Por isso, se deve fazer caso omissos desses trabalhos, e tratá-los somente a propósito do trabalho assalariado, sob a categoria de trabalho assalariado que não é ao mesmo tempo trabalho produtivo.

O mesmo trabalho, por exemplo, jardinagem, alfaiataria (*gardening, tailoring*), etc, pode ser realizado pelo mesmo trabalhador (*workingman*) a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto. Em ambos os casos, estamos ante um assalariado ou diarista, mas, num caso trata-se de trabalhador *produtivo*, e noutro, de *improdutivo*, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital e no outro não; porque num caso seu trabalho constitui um momento do processo de autovalorização do capital, e no outro não.

Grande parte do produto anual que é consumido como renda, e não ingressa renovadamente no processo produtivo na qualidade

de meios de produção, é composto dos produtos (valor de uso) mais nefastos, que satisfazem as paixões, caprichos (*fancies*), etc, mas deploráveis. Esse conteúdo é de todo indiferente para a determinação do trabalho produtivo (ainda que, naturalmente, o desenvolvimento da riqueza encontraria um freio (*check*) se uma parte desproporcionada se reproduzisse dessa maneira, em lugar de converter-se novamente em meios de produção e de subsistência que voltam a entrar na reprodução, ora de mercadorias, ora da própria força de trabalho; em poucas palavras, em lugar de consumir-se produtivamente). Esse gênero de trabalho produtivo produz valores de uso, objetiva-se em produtos destinados somente ao consumo improdutivo, e que, em realidade, como artigos, não têm nenhum *valor de uso* para o processo de reprodução (podem tê-lo unicamente por *troca de substâncias*, pelo intercâmbio com valores de uso reprodutivos). Mas, isso é só um deslocamento (*displacement*). Em alguma parte (*somewhere*) têm que ser consumidos de maneira não reprodutiva. Outros artigos do mesmo gênero que entram no processo improdutivo de consumo poderiam, caso necessário, funcionar de novo como capital. Disso, ocupar-nos-emos em detalhe no capítulo III, livro II, a propósito do processo de reprodução. Aqui, cabe apenas antecipar esta observação: à economia vulgar é impossível dizer uma só palavra sensata do ponto de vista da produção capitalista, sobre os entraves à produção de luxo. A questão é muito simples, sempre que se analisem na devida forma os momentos do processo de reprodução. Do ponto de vista da produção capitalista o luxo é condenável se o processo de reprodução se vê dificultado, ou quando seu progresso – visto que se encontra condicionado pelo progresso natural da população – tropeça com o uso desproporcionado desse *trabalho produtivo* que se apresenta em artigos não reprodutivos, com o que se reproduzem muito poucos meios de subsistência necessários, ou meios de produção etc. Além disso, o luxo constitui absoluta necessidade em um modo de produção que cria riqueza para os não produtores, e, que, portanto, deve dar-lhe formas necessárias para que seja apropriado pela riqueza dedicada somente ao desfrute. Para o próprio operário, o trabalho produtivo, como qualquer outro, não é mais do que um meio para a reprodução de seus meios necessários de subsistência. Para o capitalista, a quem a natureza do valor de uso e o caráter do trabalho concreto utilizado é totalmente indiferente em si mesmo, o trabalho produtivo é puramente meio de obter dinheiro, de produzir mais-valia (*moyen de battre monnaie, de produire la survalue*).

A mania de definir o trabalho *produtivo* e o *improdutivo* por seu conteúdo *material* origina-se de três fontes:

1) A concepção fetichista, peculiar ao modo de produção capitalista, e derivada de sua essência, que considera as determinações formais econômicas, tais como ser *mercadoria*, ser trabalho *produtivo*, etc, como qualidade inerente em si mesma aos depositários materiais dessas determinações formais ou categorias.

2) Que, se se considera o processo de trabalho como tal, só é *produtivo* o trabalho que resulta em um *produto* (produto material, já que aqui se trata unicamente de riqueza material).

3) Que no processo *real* de reprodução — considerando-se seus momentos reais — relativamente à formação, etc., de riqueza, existe grande diferença entre o trabalho que se manifesta em artigos reprodutivos e o que o faz em simples artigos suntuários. (Exemplo: quer eu compre uma calça ou compre tecido e ponha a trabalhar em minha casa um oficial alfaiate, e lhe pague seu *serviço* (*id est*, trabalho de alfaiataria), isto me é totalmente indiferente. Se compro ao comerciante, na alfaiataria (*merchant tailor*), é porque assim sai mais barato. Em ambos os casos, transformo o dinheiro que gasto em valor de uso, destinado a meu consumo individual e que deve satisfazer minha necessidade individual, não em capital. O oficial alfaiate presta-me o mesmo *serviço* quer trabalhe para mim na *alfaiataria* ou em minha casa. Mas, ao contrário, o *serviço* que o mesmo oficial alfaiate empregado por um *alfaiate-comerciante* presta a este capitalista consiste em que trabalha 12 horas, e só percebe o pagamento de 6. O *serviço* que lhe presta, pois, consiste em trabalhar 6 horas de graça. O fato disso ocorrer sob a forma de confecção de calças, não faz mais do que *ocultar* a transação real. Por isso o *alfaiate-comerciante*, logo que possa, procura transformar novamente, as calças em dinheiro, ou seja, em uma forma da qual desapareceu por completo o caráter determinado de trabalho de alfaiataria, e onde o *serviço* prestado se exprime no fato de que um táler se converteu em dois.

Serviço não é, em geral, senão uma expressão para o *valor de uso particular* do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade. Dou para que faça; faço para que faça; faço para que dê; dou para que dê (*Do ut facias, facio ut facias, facio ut des, do ut des*); são formas equivalentes da mesma relação, ao passo que na produção capitalista, *do ut facias* exprime uma relação extremamente específica entre a riqueza objetiva e o trabalho vivo. Precisamente porque nessa *compra de serviços* não se encontra nunca a relação

específica entre o trabalho e o capital — ou se acha inteiramente apagada ou é de todo inexistente — é natural que seja a forma predileta de Say, Bastiat e consortes para exprimir a *relação entre o capital e o trabalho*.

O operário também compra *serviços* com dinheiro, o que constitui uma maneira de gastar dinheiro, mas não de transformá-lo em capital.

Nenhum homem compra “prestações de serviços” médicas ou legais como meio de transformar em capital o dinheiro assim desembolsado.

Grande parte dos *serviços* entra nos custos de consumo das mercadorias, como [o da] cozinha, etc.

A diferença entre o *trabalho produtivo* e o *improdutivo* consiste tão-somente no fato de o trabalho trocar-se por *dinheiro como dinheiro* ou por *dinheiro como capital*. Por exemplo, no caso do trabalhador independente, do artesão (*selfemploying labourer, artisan*) etc, de quem compro a *mercadoria*, a categoria está inteiramente fora de questão, porque não [se dá] troca direta entre dinheiro e trabalho de qualquer espécie, mas entre *dinheiro* e *mercadoria*.

No caso de produção não material, ainda que esta se efetue exclusivamente para a troca e produza mercadorias, existem duas possibilidades:

1) O resultado são mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor, ou seja, que podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo: livros, quadros, todos os produtos artísticos que se diferenciam da atividade artística do artista executante. A produção capitalista só se aplica aqui em forma muito limitada. Essas pessoas, sempre que não contraem oficiais etc, na qualidade de escultores (*sculptors*) etc, comumente (salvo se forem autônomos) trabalham para um capital comercial, como, por exemplo, livreiros, uma relação que constitui apenas uma forma de transição para o *modo de produção apenas formalmente capitalista*. Que nessas formas de transição a exploração do trabalho alcance um grau superlativo, não altera a essência do problema.

2) O produto não é separável do ato de produção. Aqui, também, o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada, e pela própria natureza da coisa, não se dá senão em algumas esferas. (Necessito do *médico*, não de seu moleque de recados.) Nas instituições de ensino, por exemplo, os docentes podem ser meros assalariados para o empresário da fábrica de conhecimentos. Não se deve considerar o mesmo para o conjunto da produção capitalista.

"*Productive labourer*, o que *directly* aumenta *his master's wealth*". (Trabalhador produtivo é o que aumenta diretamente a riqueza de seu patrão) (Malthus, *Principles of Political Economy*. 2ª ed., London, 1836).

A diferença entre *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo* [é] importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui uma das condições da reconversão da *mais-valia* em capital.

O capitalista, como representante do *capital* que entra no processo de valorização do *capital produtivo*, desempenha uma função *produtiva* que consiste, precisamente, em dirigir e explorar o trabalho produtivo. Contrariamente aos co-usufrutuários da *mais-valia* que não se encontr[am] em tal relação direta e ativa com sua produção, a classe do capitalista é a *classe produtiva* por excelência (*par excellence*). (Como condutor do processo de trabalho, o capitalista pode executar *trabalho produtivo* no sentido de que seu trabalho se integra no processo de trabalho coletivo objetivado no produto.) Até aqui não conhecemos senão o capital no processo imediato de produção. Somente mais adiante poder-se-á desenvolver como se comportam as outras funções do capital e os agentes de que ele se serve no desenrolar dessas funções.

A determinação do *trabalho produtivo* (e por conseguinte, também, a do *improdutivo*, como seu contrário) funda-se, pois, no fato de que a produção do capital é produção de *mais-valia*, e em que o trabalho empregado por aquela é trabalho produtor de *mais-valia*.

[487] *Produto Bruto e Produto Líquido*

(Talvez seja melhor incluí-lo no livro III, cap. III.)

Como a finalidade da produção capitalista (e, portanto, do *trabalho produtivo*) não [é] a existência dos produtores, mas a produção de *mais-valia*, todo trabalho necessário que não produza sobretrabalho é supérfluo e carente de valor para a produção capitalista. O mesmo é válido para uma nação de capitalistas. Todo *produto bruto* (*produit brut*) que só reproduz o trabalhador, ou seja, que não reproduz nenhum *produto líquido* (*produit net*) — sobreproduto (*surplusproduce*) — é tão supérfluo como o próprio trabalhador. Ou então, os operários que em certa etapa do desenvolvimento da produção eram necessários para produzir *produto líquido* (*produit net*), se tornam supérfluos em etapa mais avançada da produção que já não mais os necessita

Dito em outras palavras, só é necessária a quantidade de homem lucrativa (*profitable*) para o capital. O mesmo é válido para uma nação de capitalistas. "O interesse real de uma nação não é o mesmo (como o de um capitalista privado, para quem, contanto que o lucro de seu capital de 20.000 "em nenhum caso desça abaixo de 2.000", pouco importa "empregar 100 ou 1.000 homens"); se seu rendimento líquido e real (*revenu net et réel*), suas rendas e lucros (*rents y profits*) são os mesmos, que importa estar composta de 18 ou de 12 milhões de habitantes? . . . Se 5 milhões de pessoas puderem produzir alimento e vestimenta para 10 milhões, a alimentação e a vestimenta desses 5 milhões seriam o rendimento líquido (*revenu net*). Constituiria alguma vantagem para o país o fato de que, para produzir o mesmo rendimento líquido (*revenu net*) fossem necessários 7 milhões de indivíduos, isto é, que se empregasse 7 milhões de pessoas para produzir alimentação e vestimentas para 12 milhões? A alimentação e a vestimenta seriam sempre o rendimento líquido (*revenu net*)".

Nem mesmo a filantropia poderia pôr reparos a essa tese de Ricardo, já que é sempre melhor que de 10 milhões só vegetem 50% como simples máquinas produtivas para 5 milhões do que de 12 milhões 7, ou seja, 58 3/4[%] vegetem como tais.

"*Of what use in a modern kingdom would be a whole province thus divided (entre selfsustaining little farmers, como nos first times of ancient Rome), however well cultivated, except for the mere purpose of breeding men, which, singly taken, is a most useless purpose.*" ("Qual seria a utilidade, num reino moderno, de uma província inteira assim dividida (entre pequenos camponeses independentes, como nos primeiros tempos da Roma antiga), por bem cultivada que estivesse, salvo com o único fim de procriar homens, o que em si constitui um fim inutilíssimo?") (Arthur Young, *Political Arithmetic*, etc., London, 1774, p. 47).

Que a finalidade da produção capitalista seja o *produto líquido* (*net produce*) — na verdade, unicamente sob a forma de *sobreproduto* (*surplusproduce*), no qual se apresenta a *mais-valia* (*surplusvalue*) — deriva-se do fato de a produção capitalista ser, *essentiellment*, *produção de mais-valia*.

Isso contrasta, por exemplo, com o ponto de vista correspondente a modos de produção anteriores, segundo o qual os magistrados urbanos etc. haviam proibido, entre outras coisas, os inventos, para não tirar o pão da boca dos trabalhadores; estes, com efeito, valiam apenas como um fim em si mesmo, e seu ofício estamental era como um privi-

légio em cuja conservação a ordem antiga estava interessada coletivamente. Contrapõe-se, também, à tese, ainda impregnada de nacionalismo do sistema protecionista (por oposição ao livre câmbio (*free-trade*)) segundo a qual devem-se proteger, nacionalmente, as indústrias etc, como fonte de existência de grande contingente de pessoas, contra a competição estrangeira. Mas, igualmente, vai contra a opinião de A[dam] Smith, segundo a qual, por exemplo, a inversão de capital na agricultura é "mais produtiva", porque o mesmo capital emprega quantidade maior de braços. Todas essas concepções são, para o modo de produção capitalista desenvolvido, antiquadas, inexatas e falsas. Um grande produto bruto (no que toca à parte variável do capital (*as far as the variable part of capital is concerned*)) em proporção a um produto líquido reduzido é = a uma menor força produtiva de trabalho, e, portanto, do capital.

[488] Tradicionalmente, não obstante, vinculam-se a essa distinção entre produto bruto e produto líquido toda classe de idéias confusas. Isso tem origem, em parte, na *fisiocracia* (ver livro IV); em parte também, em A[dam] Smith, quem aqui e acolá, confunde a produção capitalista com a produção para produtores diretos.

Se um capitalista individual envia dinheiro para o estrangeiro, pelo que recebe juros de 10%, em lugar de dar ocupação em seu país a uma massa de população excedente (*surpluspeople*), do ponto de vista capitalista merece uma coroa cívica, pois esse virtuoso burguês cumpre a lei que distribui o capital no mercado mundial, ou no marco de uma sociedade, conforme a taxa de lucro que os setores particulares da produção proporcionam, o que, precisamente, os equilibra, dispondo, proporcionalmente, a produção. (Pouco importa que o dinheiro seja entregue, por exemplo, ao imperador da Rússia para que guerreie contra a Turquia, etc.) Com isso, o capitalista individual não faz mais do observar a lei imanente, e, portanto, moral do capital: produzir tanto mais-valia quanto seja possível (*to produce as much surplus-value as possible*). Não obstante, isso nada tem a ver com a análise do processo imediato de produção.

Ademais, costuma-se contrapor a *produção capitalista* à *não capitalista*, por exemplo, a agricultura de subsistência (*agriculture for subsistence*), a qual ocupa muitos braços, à agricultura comercial (*for trade*), que lança no mercado um produto muito maior, e, portanto, permite aos que antes se ocupavam da agricultura retirar, um produto líquido na manufatura. Mas, essa oposição não é uma determinação íntima ao modo capitalista de produção.

Vimos, em suma, que a lei de produção capitalista é aumentar o capital constante, em relação ao variável e à mais-valia, o produto líquido (*net produce*). Em segundo lugar, aumentar o produto líquido (*net produce*) com relação à parte do produto que substitui o capital, *id est*, o salário. Essas duas coisas se confundem. Se o produto total é denominado produto bruto, este cresce na produção capitalista em relação ao produto líquido; se se denomina produto líquido a parte do produto que se pode decompor em salário + produto líquido, este aumenta em relação ao produto bruto. Somente na agricultura (graças à transformação de terras de plantio em pastagens, etc.) o produto líquido costuma crescer a expensas do bruto (do volume total de produtos) por força de certas determinações peculiares da renda, que não cabe analisar aqui.

Quanto ao mais, a tese do *produto líquido* como fim último e supremo da produção não é mais do que a expressão brutal, mas correta, de que a alma que move a produção capitalista é a *valorização do capital*, e, portanto, a criação da mais-valia, sem a menor consideração pelo trabalhador.

Como ideal supremo — correspondente ao crescimento relativo do produto líquido (*produit net*) — da produção capitalista, [tem-se] a maior diminuição possível dos que vivem de salário e o maior aumento possível dos que vivem do produto líquido (*produit net*).

Mistificação do Capital etc.

Como o trabalho vivo — no processo de produção — está já incorporado ao capital, todas as *forças produtivas sociais do trabalho* apresentam-se como *forças produtivas* do capital, como propriedades que lhe são inerentes, da mesma forma que, no caso do dinheiro, o caráter geral do trabalho, na medida em que este cria valor, aparecia como propriedade de uma coisa. Tanto mais que neste caso: 1) precisamente o trabalho, como *exteriorização da força de trabalho*, como esforço, pertence ao *operário individual* (é com ele que o operário realmente (*realiter*) paga ao capitalista o que este lhe dá), ainda que objetivado no produto e pertencente ao capitalista; *pelo contrário*, a *combinação social*, na qual as diversas forças de trabalho funcionam tão-somente como órgãos particulares da capacidade de trabalho que constitui a oficina coletiva, não pertence a estas, mas se lhes contrapõe como *ordenamento (arrangement) capitalista*, é-lhes imposta; 2) essas *forças produtivas sociais do trabalho*, ou *forças produtivas do trabalho*

social não se desenvolvem historicamente senão com o modo de produção especificamente capitalista, e, portanto, aparecem como algo imamente à relação do capital e dele inseparável; 3) as *condições objetivas de trabalho*, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, assumem uma forma modificada em consequência das dimensões em que, e da economia com que são utilizadas (abstraindo-se por completo da forma da maquinaria etc.). Tomam-se mais desenvolvidas como meios de produção concentrados, representantes de riqueza *social*, e o que realmente esgota a totalidade — graças à amplitude e ao resultado das *condições de produção* do trabalho combinado *socialmente*. Pondo de lado a combinação do próprio trabalho, esse *caráter social das condições de trabalho* — inclusive, entre outras coisas, sua forma como maquinaria e capital fixo de qualquer gênero — apresenta-se como algo absolutamente autônomo, existente separadamente do operário, como *modo de existência do capital*, e, portanto, também como algo organizado pelos *capitalistas* independentemente dos operários. Assim como o *caráter social* de seu próprio trabalho, o *caráter social*, que as condições de produção assumem como condições de produção *coletivas* do trabalho combinado, aparece mais ainda como *capitalista*, como caráter inerente a essas condições de produção enquanto tais, independentemente dos operários.

Com respeito ao (ad) 3, queremos fazer notar o seguinte que, em parte, antecipa desenvolvimentos futuros: o *lucro*, diferentemente da mais-valia, pode aumentar por força da utilização econômica das condições de trabalho *coletivas*, seja, por exemplo, porque se economiza nas edificações, no aquecimento, na iluminação etc, porque o valor da força motriz (*prime motor*) não cresce na mesma medida de sua potência; economias no preço da matéria-prima, nova utilização dos resíduos, diminuição dos custos de administração, dos grandes depósitos no caso de produção em massa etc; todas essas baixas de preços *relativas* do capital constante, junto ao aumento absoluto de seu valor, se fundamentam em que tais meios de produção — meios e materiais de trabalho — empregam-se *coletivamente*, e essa utilização *coletiva* tem como premissa absoluta a *cooperação conjunta* de operários conglomerados, e, portanto, ela mesma não é mais do que a expressão *objetiva* do *caráter social do trabalho* e da força produtiva *social* que disso resulta; assim como em sua maior parte a forma particular dessas condições — por exemplo, maquinaria — não é aplicável fora do trabalho associado. Não obstante, frente ao operário que cai sob estas condições, elas se apresentam como *dadas e independentes*

dele, como *figura do capital*. A isso se deve, também, por exemplo, que o economizar as mesmas (e suas conseqüências, o aumento do lucro e o barateamento das mercadorias) aparece como algo inteiramente distinto do *trabalho excedente* do operário, como *obra e manifestação* diretas do *capitalista*, que aqui opera em geral como personificação do caráter *social* do trabalho, da *oficina coletiva*. A *ciência*, como o produto intelectual em geral do desenvolvimento social, apresenta-se, do mesmo modo, como diretamente incorporada ao capital (sua aplicação como ciência, separada do saber e da potencialidade dos operários considerados individualmente, no processo material de produção); e o desenvolvimento geral da sociedade — porquanto é usufruído pelo capital em oposição ao trabalho e opera como força produtiva do capital contrapondo-se ao trabalho —, apresenta-se como *desenvolvimento do capital*; e isso porque para a grande maioria, esse desenvolvimento corre paralelo com o *esvaziamento da força de trabalho*.

O próprio capitalista só é poderoso enquanto personificação do capital (por isso, na contab[il]idade italiana figura constantemente como figura dupla, por exemplo, como devedor (*debtor*) de seu próprio capital). {490}

A *produtividade* do capital, tendo-se em conta a subsunção *formal*, consiste antes de tudo, simplesmente, na *coerção ao trabalho excedente*; coerção que o modo de produção capitalista compartilha com modos de produção anteriores, mas que exerce de forma mais favorável a produção.

Inclusive, se levarmos em conta a relação simplesmente *formal* — a forma *geral* da produção capitalista, compartilhada tanto por sua modalidade menos desenvolvida quanto por sua modalidade mais desenvolvida — os *meios de produção*, as *condições objetivas de trabalho*, não aparecem subsumidas ao operário, mas este subsumido a elas. O capital *utiliza* o trabalho (*Capital employs labour*). Já essa relação [é], em sua simplicidade, personificação das coisas e coisificação das pessoas.

Mas, a relação se torna mais complicada e aparentemente mais misteriosa quando, com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista, essas coisas — esses produtos do trabalho, tanto como valores de uso, quanto como valores de troca — não só se alçam diante do operário e se lhe contrapõem como “*capital*”, mas apresentam-se ante a forma social do trabalho como *formas de desenvolvimento do capital*, e, como conseqüência, as forças produtivas do trabalho social assim desenvolvidas [se apresentam] como

forças produtivas do capital. Na condição de forças sociais e frente ao trabalho, estão "*capitalizadas*". Efetivamente, a unidade *coletiva* na cooperação, a combinação na divisão do trabalho, o emprego das forças naturais e das ciências, dos produtos do trabalho como *maquinaria*, tudo isso se contrapõe aos operários individuais autonomamente, como algo *alheio, objetivo, preexistente* a eles, que ali estão, sem a sua participação, e frequentemente contra ela, como meras formas de existência dos *meios de trabalho* que os *dominam* e que são independentes deles na medida em que [são] *objetivas*; e a inteligência e vontade da oficina coletiva, encarnadas no capitalista ou seus representantes (*understrappers*), na medida em que essa oficina coletiva é formada pela própria combinação destes operários, [se lhes contrapõem] como *funções* do capital que vive no capitalista. As formas sociais de seu próprio trabalho — subjetiva e objetivamente — ou a forma de seu próprio trabalho social constituem relações que se formaram independentemente dos operários individualmente considerados; estes, quando subsumidos ao capital, convertem-se em elementos dessas formações sociais, que, entretanto, não lhes pertencem. Essas formações sociais se lhes contrapõem, pois, como *figuras* do próprio capital, como combinações que, diferentemente de sua capacidade de trabalho isolada, pertencem ao capital, dele surgem e a ele se incorporam. Isso reveste formas tanto mais reais quanto, por um lado, sua própria força de trabalho é modificada de tal sorte por essas formas, que ela, em sua autonomia — isto é, *à margem* desse contexto capitalista — se torna impotente; sua capacidade produtiva se quebra; e por outro lado, com o desenvolvimento da maquinaria as condições de trabalho também surgem como dominando o trabalho do ponto de vista tecnológico, e ao mesmo tempo o substituem, oprimem-no, tornam-no supérfluo em suas formas autônomas. Nesse processo, no qual as características *sociais* do trabalho se contrapõem aos operários de maneira, por assim dizer, *capitalizada* — tal como, por exemplo, na maquinaria os produtos visíveis do trabalho aparecem como dominadores deste —, ocorre o mesmo com as forças naturais e a ciência — o produto do desenvolvimento histórico geral em sua quinta-essência abstrata — que se lhes opõem como *potências* do capital. De fato, separam-se da habilidade e do saber do operário individual, e, ainda que observadas em sua origem sejam, por sua vez, produto do trabalho, surgem em toda ocasião em que ingressam no processo de trabalho, como *incorporadas* ao capital. O capitalista que utiliza uma máquina, não precisa compreendê-la. (Ver Ure) Mas, *na máquina*, a ciência

realizada apresenta-se ante os operários como *capital*. Na realidade, toda essa utilização — fundada no *trabalho social* — da ciência, das forças naturais e dos produtos do trabalho em grandes quantidades, não surge ante o trabalho senão como *meios de exploração* do trabalho. como meios de apropriar-se do trabalho excedente, e, portanto, como *forças* pertencentes ao capital. O capital, naturalmente, só utiliza *esses meios* para explorar o trabalho; mas para explorá-lo tem que aplicá-los à produção. E desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas *sociais* do trabalho e as condições desse desenvolvimento apresentam-se como *obra do capital*, ante as quais não só o operário individual se conduz passivamente, mas que agem em oposição a ele.

O próprio capital tem duplo caráter, já que se compõe de mercadorias:

[1] *Valor de troca* (dinheiro), mas *valor que se valoriza a si mesmo*, valor que cria valor, *crece como valor*, obtém um incremento, razão porque é valor. Tudo isso se reduz à troca de um *quantum* dado de trabalho objetivado por um *quantum* maior de trabalho vivo.

[2] *Valor de uso*, e aqui o capital se apresenta, no processo de trabalho, conforme suas relações determinadas. Precisamente aqui, o capital não continua sendo simplesmente material e meios de trabalho aos quais o *trabalho* pertence e que o incorporaram; mas, juntamente com o trabalho, também incorporaram suas *combinações sociais* e o desenvolvimento dos meios de trabalho correspondentes a essas combinações sociais. A produção capitalista desenvolve, pela primeira vez em grande escala, as condições do processo de trabalho, tanto as objetivas como as subjetivas — separa-as do trabalhador individual autônomo — mas, desenvolve-as como poderes que dominam o *operário individual*, e lhe são *alheios*.

Desse modo, o capital converte-se em um ser extremamente misterioso.

As condições de trabalho elevam-se ante o operário como *poderes* [491] *sociais*, e nessa forma são *capitalizadas*.

O capital é, portanto, *produtivo*:

1) Como *coerção ao trabalho excedente*. O trabalho é *produtivo* precisamente enquanto executante desse trabalho excedente, devido à diferença entre o valor da força de trabalho e sua valorização.

2) Na condição de *personificação e representante*, forma objetivada das "forças produtivas sociais do trabalho" ou das forças produtivas do trabalho social. De como obriga a isso a lei da produção

capitalista - a criação da mais-valia, etc - foi discutido anteriormente. Apresenta-se como coerção que os capitalistas exercem entre si e sobre os operários; na realidade, portanto, como lei do capital contra ambos. A força natural social do trabalho não se desenvolve no *processo de valorização* enquanto tal, mas no *processo real de trabalho*. Em consequência, apresenta-se como propriedades inerentes ao capital enquanto coisa, como seu valor de uso. O trabalho produtivo - como produtor de valor - defronta-se sempre com o capital como trabalho dos operários *isolados*, sejam quais forem as combinações sociais nas que possam entrar os operários durante o processo de produção. Enquanto que, desse modo, o capital representa ante os operários a força produtiva social do trabalho, o trabalho produtivo representa sempre, ante o capital, unicamente o trabalho dos operários *isolados*.

No *processo de acumulação*, vimos como o momento pelo qual o trabalho já passado - sob forma de forças produtivas e condições de produção produzidas - aumenta a reprodução conforme o valor de uso e o valor de troca - e tanto a massa de valor que *contém* um *quantum* determinado de trabalho vivo, como a *massa de valores de uso* que aquele cria pela primeira vez - apresenta-se como *força imanente ao capital*, porque o *trabalho objetivado* funciona sempre, frente ao operário, como capitalizado.

"Le capital c'est la puissance démocratique, philanthropique et égalitaire par excellence" ("O capital é o poder democrático, filantrópico e igualitário por excelência") (F. Bastiat, *Gratuité du crédit*, etc., Paris, 1850, p. 29).

"Stock cultivates land; stock employs labour" ("O capital cultiva a terra; o capital emprega o trabalho") (A. Smith, 1. c. b., cap. II, edit. Buchanan, 1814, v. III, p. 309).

"Capital is... collective force" ("O capital é... uma força coletiva"). (John Wade, *History of the Middle and Working Classes* etc. 3 ed., London, 1835, p. 162). "O Capital é apenas outro nome para *civilização*" (104, 1. c.).

"La classe des capitalistes, considérée en bloc, se trouve dans une position normale, en ce que son bien-être suit la marche du progrès social" ("A classe dos capitalistas considerada em conjunto, encontra-se em posição normal, enquanto seu bem-estar segue o curso do progresso social") (*Riche ou Pauvre*, Cherbuliez, p. 75.). "Le capitaliste est l'homme social par excellence, il représente la civilisation". ("O capitalista é o homem social por excelência, representa a *civilização*") (1. c., p. 76).

Vulgarmente: "A capacidade produtiva do capital (*Productive power of capital*) não é mais do que a quantidade de capacidade (*productive power*) real que o capitalista pode dirigir por meio de seu capital". (J. St-Mill: *Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy*, London, 1844, p. 91).

"The accumulation of capital, or the means of employing labour... must in all cases depend on the *productive powers of labour*." ("A acumulação de capital, ou os meios de empregar trabalho... depende necessariamente em todos os casos das *capacidades produtivas do trabalho*") (Ricardo, *Principles*, 3ª ed., 1821, p. 92). Um comentador de Ricardo assinala a respeito: "If the *productive powers of labour* mean the smallness of that aliquot part of any produce that goes to those whose manual labour produced it, the sentence is nearly identical". ("Se por capacidades produtivas de trabalho se entende a pequenez daquela parte alíquota de qualquer produto que se atribui àqueles cujo trabalho manual produziu, a frase é praticamente idêntica"). (*Observations on Certain Verbal Disputes in Political Economy*, London, 1821, p. 71.)

A incessante transposição do trabalho no capital, está bem expressa nas ingênuas frases de *Destutt de Tracy* que se seguem: "Ceux qui vivent de profits (les capitalistes industrieux) alimentent tous les autres, et seuls augmentent la fortune publique et créent tous nos moyens de jouissance. Cela doit être, *puisque le travail est la source de toute richesse*, et puisque eux seuls donnent une *direction utile* au travail actuel, en faisant un usage utile du travail accumulé" ("Aqueles que vivem dos lucros (os capitalistas industriais) alimentam todos os outros, e só eles aumentam a fortuna pública e criam todos nossos meios de desfrute. Isso deve ser assim, *já que o trabalho é a fonte de toda riqueza*, e porque só eles imprimem *direção* útil ao trabalho atual, utilizando de maneira útil o trabalho acumulado"). (Destutt de Tracy, l. c., p. 242 ["*Traité d'Economie Politique*"]). Posto que o trabalho é a fonte de toda riqueza, o capital é o multiplicador de toda riqueza. "Nos facultés sont notre seule richesse originaire; notre travail produit tous les autres, et tout travail bien dirigé est productif". ("Nossas capacidades constituem nossa única riqueza originária; nosso trabalho produz todos os outros, e todo trabalho bem dirigido é produtivo") (1. c., p. 243). Nossas capacidades são nossa única riqueza originária. Por isso, a capacidade de trabalho não é riqueza. O trabalho produz todas as demais riquezas, vale dizer, produz riquezas para todos os outros, exceto para si, e ele próprio não é riqueza, mas apenas seu

produto o é. Todo trabalho bem dirigido é produtivo; isto é, todo trabalho produtivo, todo trabalho que produz lucro para o capitalista é bem dirigido.

A transposição das forças produtivas sociais do trabalho em propriedades objetivas do capital, instala-se a tal ponto na imaginação, que as vantagens da maquinaria, a aplicação da ciência, dos inventos etc., se representam em forma *alienada*, como forma *necessária*, e, portanto, tudo isso se apresenta como *propriedades do capital*. O que aqui serve de base é: 1) a forma sob a qual, baseando-se na produção capitalista, e, portanto, também na consciência dos que nela estão implicados, a questão se apresenta; 2) o fato histórico de que pela primeira vez, e diferentemente dos modos de produção anteriores, esse desenvolvimento tem lugar no modo de produção *capitalista*, pelo que o caráter *oposto* desse desenvolvimento parece *imamente* a ele.

[II* – A PRODUÇÃO CAPITALISTA É PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO ESPECIFICAMENTE CAPITALISTAS]

O produto da produção capitalista não é somente *mais-valia*: é *capital*.

O capital é, como vimos, D-M-D', *valor* que se *valoriza* a si mesmo, valor que gera valor.

Primeiramente, após sua transformação nos fatores do processo de trabalho – em meios de produção, capital *constante* – e em *capacidade de trabalho* – em que se converteu o capital variável – a soma de dinheiro ou de valor adiantado somente *em si*, só potencialmente (*dinamei*) é capital; e o é *somente* antes de sua transformação nos fatores do processo real da produção. Tão-somente, dentro do mesmo, graças à incorporação *real* do trabalho vivo nas formas objetivas de existência do capital; tão-somente, por força da absorção real do trabalho adicional é que, não só *esse trabalho* se transforma em capital, mas a soma de valor adiantado se transforma, de capital possível, de capital segundo sua determinação, em capital real e atuante. Que aconteceu durante o processo total? O operário vendeu a disponibi-

lidade sobre sua força de trabalho, para conseguir os meios necessários de subsistência, por um valor dado, determinado pelo valor de sua força de trabalho. Qual é, pois, no que a ele se refere, o resultado? Simples e puramente a reprodução de sua força de trabalho. Que cedeu em troca disso? A atividade conservadora de valor, criadora e multiplicadora de valor: seu trabalho. Em consequência, e deixando à parte o desgaste de sua força de trabalho, sai do processo tal qual como entrou, como simples força de trabalho subjetiva que, para conservar-se, terá que percorrer renovadamente o mesmo processo.

O capital, pelo contrário, não sai do processo tal como entrou. No transcurso deste transformou-se pela primeira vez em capital real, em valor que se valoriza a si mesmo. O produto total é agora a forma sob a qual existe como capital realizado, e como tal, enquanto propriedade do capitalista; enquanto poder autônomo e criado pelo próprio trabalho, novamente se contrapõe a este. O processo de produção, por conseguinte, não foi apenas seu processo de reprodução, mas seu processo de produção como capital. Anteriormente, as condições de produção se contrapunham [ao operário] enquanto capital, na medida em que este as *encontrava* diante de si como preexistentes e *autonomizadas*. Agora, encontra diante de si o produto de seu próprio trabalho, enquanto condições de produção transformadas em *capital*. O que era premissa, é agora resultado do processo produtivo.

Que o processo de produção gera *capital*, é, pois, outra maneira de dizer que gerou *mais-valia*.

Mas, com isso, a questão não está encerrada. A *mais-valia* reconverte-se em capital adicional; apresenta-se como formadora de novo capital ou de capital acumulado. Dessa maneira, o *capital* gerou *capital*, e não apenas se realizou como capital. O próprio *processo de acumulação* não é mais do que um momento imamente do processo capitalista da produção. Implica em nova *criação de assalariados*, meios para a realização e aumento do capital existente, seja porque subsume partes da população ainda não abarcadas pela produção capitalista, como crianças e mulheres, seja porque graças ao crescimento natural da população lhe é submetida uma massa crescente de operários. Observando mais atentamente, verifica-se que o capital *regula*, conforme suas necessidades de exploração, essa produção da força de trabalho, a produção da massa humana que ele irá explorar. O capital, então, não produz apenas capital; produz massa operária crescente, a única matéria por meio da qual pode funcionar como capital adicional. Deste modo, o trabalho não só produz, em oposição a si mesmo,

(*) [No manuscrito:] ad 3) (Nota da Edição alemã).

e em escala sempre mais ampla, as condições de trabalho enquanto *capital*, mas o capital produz em escala cada vez maior os *assalariados produtivos* que requer. O trabalho produz suas condições de produção enquanto *capital*, e o capital produz o trabalho como trabalho assalariado, como meio de sua realização enquanto capital. A produção capitalista não é somente reprodução da relação: é sua reprodução em escala sempre crescente; e na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também a riqueza acumulada em oposição ao operário, como *riqueza que o domina*, como *capital*; estende-se frente a ele o mundo da riqueza que mundo alheio e que o domina, e na mesma proporção se desenvolvem, por oposição, sua pobreza, indigência e sujeição subjetivas. Seu *esvaziamento* e essa *abundância* se correspondem e andam a par. Ao mesmo tempo, cresce a massa desses meios de produção vivos do capital: o *proletariado* trabalhador.

[493] O crescimento do *capital* e o aumento do *proletariado* apresentam-se, portanto, como *produtos* concomitantes, ainda que polarmente opostos, do mesmo processo.

A relação não só se reproduz, não só produz em escala cada vez mais acentuada, de modo a não só absorver mais operários e se apoderar, continuamente, também de ramos produtivos que antes não dominava, mas também como foi exposto na análise do modo de produção especificamente capitalista, essa relação se reproduz sob condições cada vez mais propícias para uma das partes, para os capitalistas, e mais desfavoráveis para a outra — os assalariados.

Levando-se em conta a continuidade do processo produtivo, o salário é tão-somente uma *parte* do produto constantemente criado pelo operário, a que se transforma em meios de subsistência, e, portanto, em meios para a conservação e aumento da capacidade de trabalho necessária ao capital para sua autovalorização, para seu processo vital. Essa conservação e aumento da capacidade de trabalho, como resultados do processo, se apresentam, então, somente como reprodução e ampliação de suas condições de reprodução e de acumulação — mas que pertencem ao capital. (Ver “o ianque”.)

Com isto desaparece também a *aparência* que a relação apresentava na superfície, segundo a qual *possuidores de mercadorias* com direitos iguais se defrontam na circulação, no mercado, os quais, como os demais *possuidores de mercadorias*, só se diferenciam entre si pelo conteúdo material de suas mercadorias, pelo valor de uso particular das mercadorias que têm para vender entre si. Ou então essa

forma *originária* da relação subsiste só como *aparência* da relação que lhe serve de base, da relação *capitalista*.

Deve-se distinguir dois momentos pelos quais a *reprodução da própria relação* em escala constantemente mais ampla se diferencia, enquanto resultado do processo *capitalista de produção*, da primeira forma tal como esta, por um lado, entra em cena *historicamente*, e por outro lado, apresenta-se incessante e renovadamente, na superfície da sociedade capitalista desenvolvida.

1) *Primeiro, em relação ao processo introdutório* que se efetua dentro da circulação: a *compra e venda da força de trabalho*.

O processo capitalista de produção não é apenas a *transformação em capital* do valor ou da mercadoria que o capitalista, em parte, traz ao mercado, e, em parte, retém no processo de trabalho; mas, esses produtos *transformados* em capital não são seus produtos, mas do operário. O capitalista vende-lhe, constantemente, uma parte de seu produto — meios necessários de subsistência — em troca de trabalho, para conservação e aumento da capacidade de trabalho do próprio *comprador*, e empresta-lhe, continuamente, outra parte de seu produto, as condições objetivas de trabalho, como meios para a autovalorização do capital, como *capital*. Enquanto o operário reproduz seus produtos como *capital*, o capitalista reproduz o operário como *assalariado*, e, portanto, como vendedor de seu trabalho. A relação entre simples vendedores de mercadorias implica em que estes troquem seus próprios *trabalhos*, encarnados em diversos valores de uso. A compra e venda da força de trabalho como resultado incessante do processo capitalista de produção implica em que o operário deve *readquirir*, constantemente, uma parte de seu próprio produto em troca de seu trabalho vivo. Com isso se *desfaz* a *aparência* de simples relação entre *possuidores de mercadorias*. Essa compra e venda continua da força de trabalho e o constante confronto da mercadoria produzida pelo próprio operário, como *compradora* de sua força de trabalho ou como capital constante, apresentam-se apenas como *forma mediadora* de sua submissão ao capital, do trabalho vivo como simples meio para conservação e aumento do trabalho que se lhe defronta como *objetivado*, como autônomo. Essa perpetuação da relação entre o capital, como comprador, e o operário, como vendedor de trabalho constitui uma *forma* de mediação imanente, a esse modo de produção; mas, é forma que apenas formalmente se diferencia de outras formas mais diretas da submissão do trabalho e da *propriedade* por parte dos possuidores das condições de produção. *Encobre*, como simples *relação*

monetária, a transação real e a dependência perpétua que o processo intermediário de compra e venda renova incessantemente. Não só se reproduzem de maneira constante as condições desse comércio, mas o que um compra e o outro precisa vender é resultado do processo. A renovação constante dessa relação de compra e venda não faz senão mediar a continuidade da relação específica de dependência, e confere-lhe a aparência falaz de uma transação, de um contrato entre possuidores de mercadorias dotados de iguais direitos e que se contraem de maneira igualmente livre. Essa relação introdutória apresenta-se, inclusive, como momento imanente dessa dominação, gerada na produção capitalista, do trabalho objetivado sobre o vivo.

Erram, em consequência, aqueles que consideram o trabalho assalariado, a venda do trabalho ao capital, e com isso a forma de trabalho assalariado, como exteriores à produção capitalista; trata-se de uma forma essencial, produzida renovadamente pela relação capitalista de produção, de mediação dela própria; erram também aqueles que descobrem, nessa relação superficial, nessa formalidade essencial ou aparência da relação capitalista, sua própria essência, e, portanto, procuram caracterizar a relação — e fazer-lhe a apologia — subsumindo operários e capitalista na relação geral entre possuidores de mercadorias, suprimindo-lhes a diferença específica.

2) Para que surja a relação capitalista em geral, são pressupostos um nível histórico e uma forma de produção social determinados. É mister que se tenham desenvolvido, no interior do modo de produção precedente, meios de circulação e de produção, assim como necessidades, que impulsionem no sentido de superar as antigas relações de produção e de transformá-las em relação capitalista. Entretanto, necessitam estar apenas suficientemente desenvolvidas para que se opere a subsunção do trabalho ao capital. Com base nessa relação modificada desenvolve-se, não obstante, um modo de produção especificamente transformado que, por um lado, gera novas forças produtivas materiais e, por outro, não se desenvolve a não ser à base destas, com o que cria para si mesmo novas condições reais. Inicia-se, assim, uma revolução econômica total, que, por uma parte, cria pela primeira vez condições reais para a dominação do capital sobre o trabalho, aperfeiçoa-as e lhes dá forma adequada; e, por outra, gera nas forças produtivas do trabalho, nas condições de produção e relações de circulação por ela desenvolvidas em oposição ao operário, as condições reais de um novo modo de produção que elimine a forma antagônica do modo capitalista de produção, e cria, desse modo, a base material de um

processo de vida social com uma nova configuração, e, com isso, de uma nova formação social.

Essa é uma concepção essencialmente diferente da sustentada pelos economistas burgueses, eles próprios presos às representações capitalistas, os quais vêem, sem dúvida, como se produz dentro da relação capitalista, mas não como se produz essa própria relação, nem como, ao mesmo tempo, nela se produzem as condições materiais de sua dissolução, com o que se suprime sua justificação histórica como forma necessária do desenvolvimento econômico, da produção da riqueza social.

Vimos, pelo contrário, não só como o capital produz, mas como ele próprio é produzido; e como quando surge do processo produtivo é essencialmente diferen[te] de quando entrou. Por um lado, o capital dá forma ao modo de produção; por outro, essa forma modificada do modo de produção e certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais constituem base e condição — a premissa — de sua própria configuração.

Resultado do Processo Imediato de Produção

[495]

Não só as condições objetivas do processo de produção, mas igualmente o caráter especificamente social delas apresentam-se como resultado deste; as relações sociais, e, portanto, a posição social dos agentes da produção entre si, as próprias relações de produção são produzidas, são o resultado, incessantemente renovado, do processo*

Transição [dos Parágrafos] 1 e 2 deste Capítulo para o 3, que a Princípio Tratamos como 1**

[454]

Vimos que a produção capitalista é produção de mais-valia, e, enquanto produção de mais-valia (na acumulação) é ao mesmo tempo produção de capital e produção e reprodução de toda a relação capitalista em escala cada vez mais extensa (ampliada). Mas, a mais-valia só se produz como parte do valor da mercadoria, tal como, efetivamente, se representa em um quantum determinado de mercadoria ou sobre-

(*) Com essa frase interrompe-se o texto do cap. VI (Nota da edição alemã).

(**) Ver a segunda nota da presente edição. (N. dos Ts.).

produto (*surplusproduce*). O capital só produz *mais-valia* e não se reproduz senão como *produtor de mercadorias*. Em conseqüência, é antes de tudo com a *mercadoria*, enquanto seu *produto imediato*, que devemos nos ocupar novamente. As *mercadorias*, entretanto, como vimos, consideradas em relação à *forma* (à sua determinação formal econômica) são *resultados incompletos*. Devem, primeiramente, passar por certas mudanças de forma — devem reingressar no processo de troca, onde sofrem essas metamorfoses — antes de poder funcionar novamente como riqueza, seja sob a forma de dinheiro, seja como valor de uso. Devemos, portanto, considerar, em pormenor, a *mercadoria* como resultado mais direto do processo capitalista de produção, e mais adiante, os demais processos que ela deve atravessar. (As mercadorias são os elementos da produção capitalista, e são seu *produto*; são a forma sob a qual reaparece o capital ao fim do processo de produção.)

[444] Partimos da mercadoria, dessa forma especificamente social do produto, base e premissa da produção capitalista. Tomamos um produto isolado e analisamos as determinações formais que contém enquanto mercadoria, que lhe imprimem o selo de mercadoria. Anteriormente à produção capitalista, grande parte do produto não se produzia como mercadoria, não para ser mercadoria. Além disso, grande parte dos produtos que entram na produção não são mercadorias, não entram no processo de produção como mercadorias. A transformação dos produtos em mercadorias só se verifica em pontos isolados; abarca apenas o excedente da produção, ou só algumas esferas da produção (produtos manufaturados) etc. Os produtos não entram em sua totalidade no processo como artigos comerciais, nem deles saem, enquanto tais, em toda extensão²³. Não obstante, circulação de mercadorias e circulação monetária dentro de determinados limites, e, portanto, determinado grau de desenvolvimento do comércio, são *premissa e ponto de partida da formação de capital* e do modo de produção capitalista. Consideramos que tal premissa é a mercadoria na medida em que partimos dela como o elemento mais simples da produção capitalista. Por outro lado, entretanto, a *mercadoria* é produto, resultado da produção capitalista. O que primeiramente se apresentava como elemento desta, surge mais tarde como seu próprio produto. Apenas à base dessa produção ser mercadoria converte-se

(23) Veja-se a obra francesa, de cerca de 1752, na qual se afirma que antes de (...) na França apenas o trigo era considerado artigo comercial.

em forma geral do produto, e quanto mais se desenvolve a produção capitalista, tanto mais os ingredientes da produção entram no processo como mercadoria*.

**[III] — AS MERCADORIAS COMO PRODUTO DO CAPITAL [441]

A *mercadoria*, como forma elementar da riqueza burguesa, foi nosso ponto de partida, a premissa da gênese do capital. Em troca, as *mercadorias* apresentam-se agora como *produto do capital*.

Essa progressão em círculo de nossa análise corresponde ao *desenvolvimento histórico* do capital, do qual a *troca de mercadorias*, o *comércio*, constitui uma das condições de surgimento. Essa mesma condição, entretanto, forma-se à base de diversas fases da produção às quais é comum a circunstância de que nelas a produção capitalista não existe em absoluto, ou só existe esporadicamente. Além disso, a troca desenvolvida de mercadorias e a *forma da mercadoria* como forma social, necessária e geral do próprio produto, são apenas o resultado do *modo capitalista de produção*.

Se, ao contrário, consideramos as sociedades de *produção capitalista desenvolvida*, a mercadoria aparece tanto na condição de premissa (condição de existência) elementar e constante do capital, como, por outra parte, enquanto resultado imediato do processo capitalista de produção.

Mercadoria e dinheiro são, ambos, premissas elementares do capital, mas apenas sob certas condições se desenvolvem até chegar a capital. A formação do capital não pode dar-se a não ser com base na circulação de mercadorias (que inclui a circulação monetária), isto é, em uma fase dada, e desenvolvida até certo ponto, do comércio; ao passo que, inversamente, a produção e circulação de mercadorias de nenhum modo pressupõem para sua existência o modo capitalista de produção; ou como analisamos anteriormente²⁴ também “perten-

(*) Depois do subtítulo dos textos anteriores, Marx anotou: “Cf. p. 444”. De acordo com isso, situamos nesse lugar o texto do parágrafo precedente, que na página 444 do manuscrito está destacado por múltiplos parêntesis. (*Nota da edição alemã*).

(**) No manuscrito: “1”. Ver nota 1 da presente edição.

(24) *Zur Kritik der politischen Ökonomie*, Berlin, 1859, p. 74.

[442] cem a formas de sociedade pré-burguesas". São a *premissa histórica* do modo capitalista de produção. Além disso, apenas à base da produção capitalista a mercadoria converte-se em *forma geral do produto*, todo produto deve adotar a forma da mercadoria; a compra e venda abrangem não só o excedente da produção como sua própria substância e as diversas condições de produção apresentam-se de maneira geral como *mercadorias*, que, saindo da circulação, ingressam no processo de produção. Se, em consequência, a *mercadoria* aparece por um lado como premissa da formação do capital, por outro, a *mercadoria*, na medida em que é *forma elementar e geral do produto*, aparece essencialmente como produto e resultado do processo capitalista de produção. Nas fases precedentes da produção, os produtos revestem *parcialmente* a forma de mercadoria. Pelo contrário, o capital produz seu produto, necessariamente, como *mercadoria*²⁵. À medida que se desenvolve a produção capitalista, isto é (*id est*) o capital, realizam-se, também, por conseguinte, as leis gerais desenvolvidas com respeito à mercadoria, por exemplo, as que concernem ao valor na forma diferente da circulação monetária.

Vê-se aqui como categorias econômicas correspondentes a épocas anteriores de produção adquirem, à base do modo capitalista de produção, caráter histórico especificamente diferente.

A transformação do dinheiro — o qual é apenas forma modificada da mercadoria — em capital só se faz quando a força de trabalho se transformou em mercadoria para o próprio trabalhador; ou seja, quando a categoria de comércio de mercadorias já se apoderou de uma esfera que antes estava excluída dela, ou só incluída esporadicamente. Só quando a população trabalhadora cessou de fazer parte das condições de trabalho *objetivas*, ou de aparecer no mercado como produtores de mercadorias; só quando vende, em lugar do produto de seu trabalho, o próprio trabalho, ou, com maior exatidão, sua força de trabalho, só então a produção, em sua totalidade, em toda profundidade e amplitude, converte-se em *produção de mercadorias*; todo produto se transforma em mercadoria, e as condições objetivas de cada esfera da produção apresentam-se como mercadoria. Só à base da produção capitalista a mercadoria converte-se realmente em *forma elementar e geral da riqueza*. Se o capital, por exemplo, ainda não se apoderou da agricultura, grande parte do produto será produzido ainda diretamente como meios de subsistência, não como merca-

(25) Sismondi.

doria. Grande parte da população trabalhadora não se terá ainda transformado em assalariados, e grande parte das condições de trabalho ainda não se terá convertido em capital. Nisso está implícito que a divisão desenvolvida do trabalho, tal como se apresenta *fortuitamente* no interior da sociedade, e a divisão capitalista do trabalho no interior da oficina, se condicionam e se produzem mutuamente. A *mercadoria*, com efeito, como forma necessária do produto — daí a alienação do produto como forma necessária de sua apropriação — supõe uma *divisão do trabalho social* plenamente desenvolvida, ao passo que só à base da produção capitalista, e em consequência, só à base da *divisão capitalista do trabalho* no interior da oficina, é que todo produto reveste, necessariamente, a forma de mercadoria, e todos os produtores são, pois, necessariamente, produtores de mercadorias. Por conseguinte, é somente com a produção capitalista que o valor de uso é medido de modo geral pelo valor de troca.

Três Pontos:

1) A produção capitalista é que, pela primeira vez, converte a mercadoria em forma geral de todos os produtos.

2) A produção de mercadorias conduz, necessariamente, à produção capitalista, tão logo o operário deixe de ser parte das condições de produção (escravidão, servidão) ou a comunidade primitiva (Índia) deixe de ser a base. Desde o momento em que a própria força de trabalho se converteu de modo geral em mercadoria.

3) A produção capitalista suprime a base da produção de mercadorias, a produção isolada e independente, e a troca de possuidores de mercadorias ou a troca de equivalentes. A troca entre o capital e a força de trabalho torna-se formal.

Desse ponto de vista é totalmente indiferente a forma pela qual as próprias condições de produção ingressam no *processo de trabalho*; se, como no caso do capital constante, a maquinaria etc, só gradualmente cede seu valor ao produto; ou se, como a matéria-prima, é absorvida materialmente por aquele; se uma parte do produto, como por exemplo as sementes na agricultura, se consome de novo diretamente pelos mesmos produtores como meios de trabalho; ou se primeiro é vendida, e então se transforma uma vez mais em meio de trabalho. Todos os meios de trabalho produzidos, independentemente do serviço que prestam como valores de uso no processo de produção, funcionam agora ao mesmo tempo como elementos do *processo de*

[443]

valorização. Enquanto não se transformam em dinheiro real, convertem-se em moeda de cálculo e são tratados como valores de troca, e se calcula exatamente o elemento de valor que de uma ou outra maneira acrescentam ao produto. Na mesma medida em que, por exemplo, a agricultura se converte em ramo industrial explorado de modo capitalista, a produção capitalista radica-se no campo —; na mesma medida em que a agricultura produz para o mercado, produz *mercadorias*, artigos para a venda e não para consumo próprio e direto, na mesma medida calcula suas inversões, trata cada item (quer compre de terceiros ou de si mesma, *da produção*) como mercadoria; e, na mesma medida, a mercadoria é tratada como valor de troca autônomo, como *dinheiro*. Posto que o trigo, o feno, o gado, as sementes de todo tipo etc, se *vendem* como mercadorias — e sem a venda em geral não são tidas como produtos — entram na produção como *mercadorias*, ou ainda, como dinheiro. Na mesma medida em que os *produtos*, também as *condições de produção, os elementos dos produtos* — que são coisas idênticas a esses produtos — transformam-se logo em mercadorias, e na medida em que se tem em conta o processo de valorização, são calculados sob a forma autônoma de valor de troca, como *grandezas monetárias*. O processo imediato da produção é aqui, de maneira permanentemente indissolúvel, *processo de trabalho e processo de valorização*, assim como o produto é *unidade de valor de uso e de valor de troca*, isto é, *mercadoria*. Prescindindo desse aspecto formal, na medida em que o agricultor (*farmer*), por exemplo, *compra* suas *inversões*, desenvolve-se o comércio de sementes, adubos, os negócios de criação de gado etc, enquanto *vende* seus rendimentos; dessa maneira, pois, para o agricultor individual tais condições de produção passam, também, realmente da circulação ao processo produtivo; a circulação converte-se de fato em premissa de sua produção, ao serem elas*, cada vez mais, mercadorias realmente *adquiridas* (ou *adquiríveis*). Para ele, de todos os modos, são já mercadorias, enquanto artigos, meios de trabalho, que por sua vez constituem *componentes do valor* de seu capital. (Por isso, ele as calcula como vendidas a si próprio *na qualidade de (qua) produtor*, quando as restitui *in natura* à produção.) Isso, precisamente, se desenvolve na mesma proporção em que o modo capitalista de produção da agricultura se desenvolve; em que esta é explorada cada vez mais em moldes fábris.

(*) Isto é, as condições de produção (*Nota da edição alemã*).

A *mercadoria* como *forma geral necessária do produto*, como peculiaridade específica do modo capitalista de produção revela-se, de maneira palpável, na produção em grande escala promovida pelo desenvolvimento da produção capitalista, na unilateralidade e na *enormidade do produto*, que lhe impõe um caráter social e estritamente ligado às inter-relações sociais, e que, ao contrário, faz com que sua relação direta como valor de uso para satisfação das necessidades do produtor apareça como algo inteiramente fortuito, indiferente e não essencial. Esse produto maciço deve realizar-se como valor de troca, sofrer a metamorfose da mercadoria, não só como necessidade para a subsistência do produtor que produz como capitalista, mas como necessidade para a renovação e continuidade do próprio processo de produção. Portanto, cai também na esfera do comércio. Seu comprador não é o consumidor direto, mas o comerciante que faz da metamorfose da mercadoria seu próprio negócio²⁶. Finalmente, o produto desenvolve seu caráter de mercadoria, e com isso seu caráter de valor de troca, ao multiplicar-se incessantemente, com a produção capitalista, a diversidade das esferas da produção, e portanto, a esfera da trocabilidade do produto²⁷.

[444]

A *mercadoria*, tal como surge da produção capitalista, é determinada de modo diferente da mercadoria tal como dela partimos enquanto elemento, premissa da produção capitalista. Havíamos partido da mercadoria individual como artigo autônomo no qual se objetiva determinado *quantum* de tempo de trabalho, e que, por isso, tem um valor de troca de determinada grandeza.

A mercadoria apresenta-se agora determinada em forma dupla:

1) O que nela está objetivado — excetuando-se seu valor de uso é um determinado *quantum* de trabalho socialmente necessário; mas, enquanto no caso da mercadoria enquanto tal, é incerto (e em realidade é indiferente) de quem procede esse trabalho objetivado etc, a *mercadoria* como *produto do capital* contém em parte trabalho pago, e em parte, trabalho não pago. Assinalamos, há pouco, que essa expressão não é correta, porquanto o próprio trabalho não se compra nem se vende diretamente. Mas, na mercadoria está *objetivada* uma soma total de trabalho. Uma parte desse trabalho objetivado (abstração

(26) Sismondi.

(27) Cf. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*, p. 14. V. também *Wakefield*.

feita do capital constante, pelo qual se paga um equivalente) se troca pelo equivalente do salário; outra parte é apropriada pelo capitalista sem equivalente algum. Ambas as partes estão objetivadas, e, portanto, existem como partes do valor da mercadoria. Caracterizar uma como trabalho pago, outra como trabalho não pago é útil em termos de simplificação.

[445]

2) A mercadoria individual apresenta-se, não só materialmente, como parte do produto total do capital, mas como parte alíquota da porção (*lot*) por ele produzida. Não estamos, em absoluto, ante a mercadoria individual autônoma, o produto individual. Como resultado do processo não aparecem mercadorias isoladas, mas uma *massa de mercadorias*, na qual se reproduziu o valor do capital adiantado + a mais-valia — o trabalho excedente usurpado —, e cada uma das quais é depositária do valor do *capital* e da mais-valia por ele produzida. Já não é o caso de calcular o trabalho utilizado em cada mercadoria, e isso por causa do cálculo médio, que é estimativa ideal e se aplica tanto à parte do capital constante, que só entra a título de desgaste (*déchet*) no valor do produto total, como em geral às condições de produção consumidas coletivamente; e também não é necessário em virtude de que o trabalho diretamente social se iguala e se avalia no trabalho médio de numerosos indivíduos cooperantes. Esse trabalho só vale na medida em que é parte alíquota do trabalho total que recai sobre a mercadoria e é estimado *idealmente*. Na *determinação do preço* da mercadoria individual apresenta-se como simples parte ideal do produto total em que se reproduz o capital.

3) Enquanto tal — depositária do valor total do capital + mais-valia, diferentemente da mercadoria que de começo se nos apresentava como autônoma — enquanto *produto do capital*, em realidade, enquanto forma modificada do capital que se valorizou por si mesmo, a *mercadoria* mostra-se agora no *volume* e nas *dimensões da venda* que se deve operar para que se realizem o velho valor do capital e o da mais-valia por ele produzida, o que de nenhum modo acontece se se vendem por seu valor as mercadorias singulares ou uma parte delas.

Anteriormente, vimos que a mercadoria, para estar em condições de entrar em circulação, deve assumir duplo modo de existência. Deve ser vista pelo comprador não só como artigo de determinadas qualidades úteis, como um determinado *valor de uso* que satisfaz determinadas necessidades, seja de consumo individual, seja de consumo produtivo. Seu valor de troca deve ter assumido *forma* diferente e distinta de seu valor de uso, autônoma, embora ideal. Deve *apresen-*

tar-se como a unidade (mas, ao mesmo tempo como dual) do valor de uso e do valor de troca. O valor de troca da mercadoria recebe *essa* forma autônoma, inteiramente independente do valor de uso, como simples modo de existência do tempo de trabalho social materializado em seu *preço*, nessa expressão em que o valor de troca se exprime como valor de troca, ou seja, como *dinheiro*, e se expressa, precisamente, em *moeda de cálculo*.

Assim sendo, existem de fato algumas mercadorias, como por exemplo, as estradas de ferro, grandes construções etc, que, por um lado são de natureza tão contínua, e por outro, de tal porte, que o produto total do capital inicial apresenta-se como uma *única* mercadoria. Aqui, aplicar-se-ia a lei, já indicada durante a análise das mercadorias individuais, segundo a qual seu *preço* não é outra coisa senão seu valor expresso em dinheiro. O valor total do capital + mais-valia estariam contidos na mercadoria individual e expressos em moeda de cálculo. A determinação do preço de tal mercadoria não se diferenciaria da efetuada no caso da mercadoria singular, posto que o *produto total* do capital existiria neste caso realmente como *mercadoria singular*. É desnecessário, então, estender esse ponto.

A maior parte das mercadorias, entretanto, são de natureza discreta (inclusive as mais contínuas podem ser tratadas, no plano ideal, como grandezas discretas), isto é, consideradas como massas de certo artigo, são divisíveis segundo as *medidas* que, consuetudinariamente lhes correspondem enquanto valores de uso peculiares, por exemplo: *a* quartis de trigo; *b* quintais de café; *c* varas de tecido; *x* dúzias de facas, em que a própria mercadoria serve de unidade de medida etc. [446]

Ocupar-nos-emos, antes de tudo, do *produto total* do capital, o qual, sempre como mercadoria *única* — seja qual for seu volume, e seja seu caráter discreto ou contínuo — se pode considerar como um único valor de uso, cujo valor de troca, por conseguinte, aparece também no *preço total*, como expressão do valor total desse produto total.

Ao analisar o *processo de valorização*, viu-se que uma parte do capital constante adiantado — edifícios, maquinaria etc, — apenas cede ao produto determinadas quotas de valor, as quais perde na qualidade de meios de trabalho durante o processo de trabalho; que o capital constante não entra nunca, materialmente (*materialiter*) sob forma de seu próprio valor de uso, no produto; que, no decurso de longo período, continua servindo, no processo de trabalho, à pro-

dução de mercadorias; e que a parte do valor que cede ao produto criado durante esse período, se avalia segundo a proporção entre esse período e o período total no decorrer do qual aquele capital se desgasta como meio de trabalho, com o qual perde seu valor total, transferindo-o ao produto, de tal sorte, por exemplo, que se presta serviços durante dez anos, conforme cálculo médio terá acrescentado ao produto de um ano 1/10 de seu valor; 1/10 de seu valor ao produto anual do capital. Na medida em que essa parte do capital constante, após a saída de certo volume de produtos, continua servindo como meio de trabalho — e, segundo a avaliação média citada mais acima, segue representando determinado valor —, não entra na formação de valor do volume dos produtos que saíram. Seu valor total só é determinante para o valor do volume de produtos que saíram (do volume de produtos para cuja produção acaba de contribuir) na medida em que o valor cedido por ela durante certo período de tempo é avaliado como parte alíquota de seu valor total, está determinado pela proporção entre o período no qual prestou serviços e cedeu uma parte de seu valor, e o período total durante o qual presta serviços e cede ao produto seu valor total. Além disso, seu valor ainda existente não é levado em conta para valorização do volume das mercadorias que já saíram; em relação a esta pode-se considerá-lo como igual a zero. Ou então, o que dá o mesmo resultado, em relação aos objetivos presentes, a questão pode ser considerada, para efeitos de simplificação, como se o *capital total* — incluída a parte de sua parte constante que só se incorpora completamente ao produto em períodos de produção mais prolongados — estivesse contido inteiramente, tivesse sido integralmente absorvido no produto que temos de considerar, no produto do capital total.

Suponhamos, pois, que o produto total é = 1 200 varas de tecido. O capital adiantado é = 100 £, das quais 80 £ representam o capital constante, 20 £ o capital variável, e a taxa de mais-valia seja = 100%, de tal sorte que o operário trabalha a metade da jornada de trabalho para si e a outra metade, grátis, para o capitalista. Nesse caso, a mais-valia produzida é = 20 £, e o valor total das 1.200 varas = 120 £, das quais 80 £ representam o valor posto pelo capital constante e 40 £ representam novo trabalho acrescentado; dessas últimas, a metade substitui o salário, e a outra metade representa trabalho excedente, ou constitui a mais-valia.

Como, à exceção do trabalho novo acrescentado, os próprios elementos da produção capitalista entram no processo de produção

na condição de mercadorias, isto é, com preços determinados, temos que o valor que o capital constante acrescenta, já está dado como preço; por exemplo, no caso acima, 80 £ para o linho, maquinaria etc. No que diz respeito, entretanto, ao trabalho recém-agregado, se o salário determinado pelos meios de subsistência necessários = 20 £ e a mais-valia é da mesma grandeza que o trabalho pago, aquele deverá representar-se em um preço de 40 £, já que o valor no qual se representa o trabalho acrescentado depende de seu *quantum*, e de modo algum das condições em que se o paga. O preço total das 1.200 varas produzidas pelo capital de 100 £ é, portanto = 120 £.

Assim sendo, como determinar o valor de cada mercadoria singular, neste caso, o da vara de tecido? Obviamente, dividindo o *preço total* do produto total pelo número das partes alíquotas nas quais o produto, em relação à medida dada, se divide ou se subdivide; dividindo o *preço total* do produto pelo número de [unidades de] medida nas quais o *valor de uso* contém sua medida, ou seja, por exemplo, no caso presente: $\frac{120 \text{ £}}{1.200 \text{ varas}}$; isso dá para cada vara de tecido o preço de 2 sh*. Se a vara, que serve de medida do tecido, se desenvolve adicionalmente como escala de medida, por força da divisão da mesma em mais partes alíquotas, poderemos determinar, além disso, o preço da meia vara etc. Desse modo, o preço de cada mercadoria se determina calculando seu valor de uso como parte alíquota do produto total, e seu preço como parte alíquota correspondente ao valor total gerado pelo capital.

Vimos que o mesmo tempo de trabalho se representa por um *quantum* muito diferente de produtos, ou um valor de troca de igual grandeza em *quanta* muito diferentes de valores de uso, de acordo com os diversos graus da *produtividade* ou *força produtiva do trabalho*. Suponhamos que no caso presente se quadruplicasse a produtividade do trabalho têxtil. O capital constante — linho, maquinaria etc, — posto em movimento pelo trabalho representado em 40 £ era = 80 £. Se se quadruplica a produtividade do trabalho têxtil, ele porá em movimento o quádruplo do capital constante, ou seja 320 £ de linho etc. E o número de varas quadruplicar-se-ia; passaria de 1.200 a 4.800 varas. O trabalho têxtil recém-agregado, entretanto, representar-se-ia,

(*) Considere-se que 1 libra (£) = 20 shilling (sh.); 1 shilling (sh.) = 12 pence (d.) (N. dos Ts.).

[448]

agora como antes, em 40 £, já que seu *quantum* ter-se-ia mantido invariável. O preço total das 4.800 varas, em consequência, é agora = 360 £ e o preço de cada vara = 360 £/4.800 varas = 1 vara a 1 1/2 sh. O preço de cada vara teria baixado de 2 sh ou 24 d. a 1 1/2 sh. ou 18 d., baixado, portanto, em 1/4, porque o capital constante contido na vara, ao transformar-se em tecido teria absorvido 1/4 menos de trabalho vivo adicional, ou porque o mesmo *quantum* de trabalho têxtil distribuir-se-ia em um *quantum* maior do produto. Para o fim que perseguimos, não obstante, é melhor tomar um exemplo no qual se mantenha igual o capital total adiantado, mas onde a força produtiva do trabalho — devido a simples condições naturais, como por exemplo, que uma estação seja propícia ou desfavorável — represente[-se] em diferentes *quanta* do mesmo valor de uso (trigo, por exemplo). Suponhamos que o *quantum* de trabalho empregado num acre de campo (*spent upon an acre of land*), no caso, por exemplo, para a produção de trigo (*production of wheat*) se representasse em 7 £, das quais 4 £ representassem trabalho adicional novo e 3 £ representassem trabalho já objetivado no capital constante. Das 4 £, 2 £ representam salário e 2 £, mais-valia, segundo a relação pressuposta de $\frac{\text{mais-valia}}{\text{salário}} = \frac{100}{100}$. Mas, a colheita (*crop*) deve variar (*vary*) com a variação [das condições da] estação.

Total de qrs.	Um qr.	Valor ou preço do produto total
quando tem (When he has)	podê vender a ... he can sell about)	
5	28 sh.	7 £
4 ½	31	idem
4	35	idem
3 ½	40	idem
3	46 sh. 8 d.	idem
2 ½	56	idem
2	70	idem ²⁸

(28) *An Inquiry into the Connections etc.*, By a Farmer, Lond., 1773, p. 107.

O valor ou preço do produto total do capital adiantado de 5 libras por acre, mantém-se aqui invariável = 7 £, já que a soma antecipada de trabalho objetivado e de trabalho novo adicional permanece constante. Esse mesmo trabalho representa-se, entretanto, em diferentes *quanta* de *quarters*, e por conseguinte cada *quarter*, a mesma parte alíquota do produto total, tem preços muitos diferentes. Essa variação nos preços das mercadorias singulares produzidas com o mesmo capital de nenhuma maneira modifica a taxa de mais-valia, a relação entre a mais-valia e o capital variável ou a proporção em que a jornada de trabalho global se distribui entre trabalho pago e trabalho não pago. O valor total no qual se representa o trabalho adicional novo permanece o mesmo, posto que, como antes, se acrescentou ao capital constante* o mesmo *quantum* de trabalho vivo, e a proporção entre a mais-valia e o salário, ou entre a parte paga e a não paga do salário, não muda se, ao aumentar a produtividade do trabalho, o preço da vara passa de 2 sh. a 1 1/2. O que mudou, com respeito a cada vara, é o *quantum* total de trabalho têxtil que se lhe acrescentou, mas a proporção segundo a qual esse *quantum* total se divide entre trabalho pago e não pago permanece igual para cada parte alíquota desse *quantum* total contida em cada vara, por maior ou menor que seja. Do mesmo modo, sob a condição *dada*, o aumento do preço do *quarter* no segundo caso, com a diminuição da produtividade do trabalho, isto é, o fato de que o trabalho adicional novo se distribua entre menos *quarters*, e, portanto, recaia em cada *quarter* um *quantum* maior de trabalho adicional novo não alterará em nada a proporção segundo a qual esse *quantum* maior ou menor de trabalho absorvido por cada *quarter* se distribui entre o trabalho pago e o não pago; não modificará a mais-valia total que o capital produziu, nem a parte alíquota de mais-valia contida no valor de cada *quarter*, com relação ao novo valor a ele acrescentado. Se sob as condições dadas, a um determinado *quantum* de meios de trabalho se acrescenta mais trabalho vivo, se lhes acrescenta, na mesma proporção, mais trabalho pago e trabalho não pago; e, se menos, na mesma proporção se lhe acrescenta menos trabalho pago e menos trabalho não pago; mas a *proporção* entre ambos os componentes de trabalho adicional novo se mantém inalterada. [449]

(*) No manuscrito de Marx, lapso evidente: "variablen", em lugar de "konstanten" (Nota da edição alemã).

Prescindindo de diversas influências perturbadoras, cuja consideração é indiferente para nosso propósito atual, a tendência e o resultado do modo capitalista de produção consiste em elevar constantemente a produtividade do trabalho, portanto, no aumento incessante dos meios de produção transformados em produtos graças a esse mesmo trabalho adicional; consiste em repartir, continuamente, por assim dizer, o novo trabalho adicionado entre um volume maior de produtos, e, portanto, reduzir o preço de cada mercadoria, ou *baratear* o preço das mercadorias em geral. Mas, esse barateamento do preço das mercadorias não implica, em si mesmo, nenhuma modificação nem no *volume* da mais-valia produzida pelo mesmo capital variável, nem na parte proporcional, contida em cada mercadoria na qual o novo trabalho adicionado se divide em pago e não pago, e tampouco na taxa da mais-valia realizada em cada mercadoria. Se determinado *quantum* de linho, fusos etc, para sua conversão em uma vara de tecido absorve menos trabalho têxtil, isso em nada modifica a proporção segundo a qual esse trabalho maior ou menor cinde-se em pago e não pago. O *quantum absoluto* de novo trabalho vivo acrescentado a determinado *quantum* de trabalho já objetivado em nada altera a *proporção* em que esse *quantum* maior ou menor, variável em cada mercadoria, se subdivide em trabalho pago e não pago. Por conseguinte, a despeito de uma variação nos preços das mercadorias, derivada de uma variação na produtividade do trabalho, ou apesar de uma baixa nesses preços e do barateamento das mercadorias, a proporção entre trabalho pago e não pago, ou seja, a taxa de mais-valia realizada pelo capital, pode permanecer *constante*. Se se operasse uma variação, não na força produtiva do novo trabalho acrescentado aos meios de trabalho, mas na força produtiva do trabalho que cria os meios de trabalho, cujo preço, portanto, subiria ou baixaria, é igualmente claro que essa variação assim operada nos *preços das mercadorias* não alteraria a divisão constante do trabalho vivo adicional nelas contido em pago e não pago.

Ao contrário: se a *variação nos preços das mercadorias* não exclui uma taxa constante de mais-valia, uma distribuição constante do trabalho adicional em pago e não pago, tampouco a *constância dos preços das mercadorias* exclui uma variação na taxa de mais-valia, mudança na divisão proporcional do novo trabalho acrescentado em pago e não pago. Para simplificar a coisa, queremos supor que no ramo de trabalho em questão não ocorre qualquer *variação na força produtiva de todo o trabalho nele contido*, ou seja, por exemplo, no caso acima, nenhuma variação na produtividade do trabalho têxtil ou do trabalho

que produz linho, fusos etc. Segundo a suposição acima, investem-se 80 £ em capital constante e 20 £ em variável. Essas 20£ terão de representar 20 dias (dias úteis, digamos) de 20 tecelões. De acordo com a hipótese, produziam 40 £, e, portanto, trabalhavam meio dia para si e meio para o capitalista. Mas, suponhamos que a jornada de trabalho, que era = 10 horas, se prolongue agora por 12, com o que o trabalho excedente aumentaria em 2 horas por pessoa. A jornada total de trabalho teria sido crescida em 1/5, passando de 10 a 12 horas. Como 10:12 = 16 2/3: 20, então seriam necessários unicamente 16 2/3 tecelões para pôr em movimento o mesmo capital constante de 80 £ e assim produzir 1200 varas de tecido. (Posto que 20 homens que trabalham 10 horas, trabalham 200, e 16 2/3 que trabalham 12 horas, trabalham também 200). Ou se deixarmos, como antes, os 20 operários, estes acrescentariam atualmente 240 horas de trabalho em lugar de 200. E, como o valor de 200 horas diárias por semana se exprime em 40 £, o de 240 horas diárias se exprimiria em 48 £. A força produtiva do trabalho etc, porém, se mantendo igual, e a 40 £ correspondendo 80 £ de capital constante, a 48 £ corresponderiam 96 £ de capital constante. O capital inicial ascenderia, portanto, a 116 £ e o valor das mercadorias por ele produzidas = 144 £*. Mas, como 120 £ = 1200 varas, 128 £ são = 1280. Desse modo, a vara

custaria $\frac{128 \text{ £}}{1280} = \frac{1}{10} \text{ £} = 2 \text{ sh.}$ O preço de cada vara permaneceria invariável, já que esta, como antes, teria custado o mesmo *quantum* total de trabalho objetivado nos meios de trabalho e de novo trabalho têxtil acrescentado. Mas, a mais-valia contida em cada vara ter-se-ia acrescido. Anteriormente, de 1200 varas saíam 20 £ de mais-valia, ou seja, de 1 vara $\frac{20 \text{ £}}{1200} = \frac{2}{120} = \frac{1}{60} = \frac{1}{3} \text{ sh.} = 4 \text{ d.}$ Agora, de 1280 varas saem 28 £, [de 1 vara] $5 \frac{1}{3} \text{ d.}^{**}$, já que $5 \frac{1}{3} \times 1280 = 28 \text{ £}$, que é a soma real da mais-valia contida nas 1280 varas. Analogamente, as 8 £ adicionais de mais-valia são = 80 varas (a 2 sh. por vara), e com efeito, a quantidade de varas aumentou de 1200 para 1280 varas.

O *preço das mercadorias* permanece aqui invariável; a força produtiva do trabalho se mantém igual. O capital antecipado em salá-

(*) No original alemão "148 £". No entanto, o valor das mercadorias produzidas por esse capital é de 144 £. Trata-se, evidentemente, de um lapso (N. dos Ts.).

(**) No manuscrito: "28 £ agora 5 1/4 d" (Nota da edição alemã).

rios permanece o mesmo. Não obstante, o total da mais-valia aumenta de 20 para 28, ou seja, em 8, que representa $2 \frac{1}{2}$ ou $\frac{5}{2}$ de 20, já que $8 \times \frac{5}{2} = \frac{40}{2} = 20$; ou seja, aumenta em 40%. É essa a percentagem em que se viu acrescida a mais-valia total. No que respeita à taxa de mais-valia, entretanto, a princípio era de 100%, e agora é de 140%.

[451] Oportunamente poderemos corrigir esses malditos números. No momento, basta considerar que dados os preços constantes das mercadorias, a mais-valia cresce porque o mesmo capital variável põe em movimento mais trabalho, e portanto, não só produz mais mercadorias do mesmo preço, como mais mercadorias que contêm mais trabalho não pago.

O cálculo exato mostra-se no quadro seguinte. Antes assinalaremos que: se 20 v originariamente = 20 dias de dez horas (que, como dias úteis podem multiplicar-se por 6, o que nada mudaria), e a jornada de trabalho = 10 horas, temos que esse trabalho total = 200 horas. Se a jornada de 10 horas aumenta para 12 (e a mais-valia, de 5 para 7), o trabalho total dos 20 será = 240 horas. Se 200 horas de trabalho representam-se em 40 £, as 240 serão representadas em 48 £. Se 200 horas põem em movimento um capital constante de 80 £ 240 horas põem em movimento 96 £. Se 200 horas produzem 1200 varas, 240 horas, por seu lado, produzirão 1440 varas.

Passemos, agora, à seguinte tabela:

	c	v	p	Valor do produto total	Taxa de mais-valia	Total da mais-valia	Vara	Preço da vara	Quantum de trabalho têxtil na vara	Trabalho excedente	Taxa do trabalho excedente
I	80 £	20 £	20 £	120 £	100%	20	1 200	2 sh.	8 d.	4 d.	4:4 = 100%
II	96 £	20 £	28 £	144 £	140%	28	1 440	2 sh.	8 d.	4 $\frac{2}{3}$ d.	4 $\frac{1}{3}$:3 $\frac{2}{3}$ = 140%
											7:5 = número de horas aumentado de 5 a 7.

Em consequência do aumento da mais-valia absoluta, id est, pelo prolongamento da jornada de trabalho, a relação no quantum

total do trabalho empregado passou de 5:5 para 7:5, de 100% para 140%, e essa relação manifesta-se igualmente em cada vara. O volume total da mais-valia, entretanto, está determinado pelo número de operários utilizados para alcançar essa taxa mais elevada. Se este, em virtude do prolongamento da jornada de trabalho, diminuisse — se só se mantivesse o mesmo quantum de trabalho de antes, e em virtude da jornada de trabalho prolongada se reduzisse o número de operários utilizados — o aumento da taxa de mais-valia manter-se-ia igual, mas não o de seu total absoluto.

Suponhamos, agora, ao contrário, que a jornada de trabalho se mantivesse invariável = 10 horas, mas que em virtude de um aumento na produtividade do trabalho — não no capital constante que utiliza trabalho têxtil, nem no próprio trabalho têxtil, mas em outros ramos industriais, cujos produtos entram no salário — o trabalho necessário se reduzisse de 5 para 4 horas, de sorte que os operários trabalhassem agora 6 horas em vez de 5 para o capitalista, e 4, em lugar de 5 para si mesmos. A relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário era de 5:5 = $\frac{100}{100}$, 100%; é agora de 6:4 = $\frac{150}{100}$, 150%. [452]

Como antes, 20 homens utilizados durante 10 horas = 200 horas; põem em movimento, como antes, o mesmo capital constante de 80 £. O valor do produto total é como antes de 120 £, o número de varas = 1200, o preço da vara = 2 sh. Absolutamente nada se modificou nos preços de produção. O produto total (quanto ao valor) de 1 [operário] era = 2 £, e o de 20 = 40. Mas, se 5 horas diárias = 20 [£], por semana, 4 serão = 16 [£], com as quais o operário adquire o mesmo volume de meios de subsistência que antes. O pagamento dos 20 [operários], que agora só cumprem 4 horas de trabalho necessário = 16 £, em lugar das 20 de antes. O capital variável caiu de 20 para 16 [£], mas põe em movimento a mesma quantidade de trabalho absoluto que antes. Esse quantum, entretanto, distribui-se de maneira diferente. Antes, 1/2 era pago, 1/2 não pago. Agora, de 10 horas se pagam 4, e 6 não; ou seja, 2/5 se pagam e 3/5, não; ou então, em lugar da relação de 5:5, temos a de 6:4, e portanto, em vez de uma taxa de mais-valia de 100%, uma de 150%. A taxa de mais-valia subiu em cerca de 50%. Na vara, teremos 3 $\frac{1}{5}$ d. de trabalho têxtil pago, e 4 $\frac{4}{5}$ d. de trabalho não pago, o que equivale a $\frac{24}{5}$: $\frac{16}{5}$ ou 24:16, como acima. Teríamos

então:

	c	v	p	Valor do produto total	Taxa de mais-valia	Montante da mais-valia	Varas	Preço da vara	Quantum de trabalho têxtil	Trabalho excedente	Taxa do trabalho excedente
III	80	16	24	120£	150%	24	1 200	2 sh.	8 d.	4 1/5 d.	$4\frac{1}{5} : 3\frac{1}{5} = 24 : 16 = 150\%$

Verifica-se aqui que o total da mais-valia é somente de 24, em lugar de 28, como em II. Mas, se em III se tivesse investido o mesmo capital variável de 20, o *quantum total* do trabalho utilizado seria maior, já que utilizando um capital variável de 16 ele se mantém igual. Seria maior em 1/4, posto que 20 é maior em 1/4 do que 16. *Teria aumentado o quantum total do trabalho utilizado, e não apenas a PROPORÇÃO entre o trabalho excedente e o trabalho pago.* Como nessa nova proporção 16 [£] proporciona 40 £, 20 proporciona 50, das quais 30 de mais-valia. Se 40 £ = 200 horas, 50 = 250 horas. E se 200 põem em movimento 80 c, 250 porção 100 c. Finalmente, se 200 horas produzem 1 200 varas, 250 produzirão 1 500. O cálculo seria então o seguinte:

	c	v	p	Valor total	Taxa de mais-valia	Total de mais-valia	Varas	Preço da vara	Quantum de trabalho têxtil	Trabalho excedente	Taxa
IIIa	100	20	30	150	150%	30	1 500	2 sh.	8 d.	4 1/5 d.	150%

É de notar, em geral, que em consequência da redução do salário (devido aqui à força produtiva aumentada) é necessário *menos capital variável* para utilizar o mesmo *quantum* de trabalho, e, por conseguinte, para utilizar o mesmo *quantum de trabalho com maior vantagem* para o capital, posto que a parte paga deste *quantum* diminui em relação à não paga; em troca, o capitalista continua investindo o

mesmo volume de *capital variável*; ganha o dobro, porque não só [percebe], sobre o mesmo *quantum* total, uma *taxa aumentada da mais-valia*, senão que com essa *taxa aumentada da mais-valia* explora um *quantum maior de trabalho*, ainda que seu capital variável não tenha aumentado em magnitude (*although his variable capital has not increased in magnitude*).

Ficou, pois, demonstrado:

[453]

1) quando *variam os preços das mercadorias*, a taxa e o volume da mais-valia podem *permanecer constantes*, e

2) quando *os preços das mercadorias permanecem constantes*, podem *variar* a taxa e o volume da mais-valia.

Como expusemos na análise da produção da mais-valia, os preços das mercadorias em geral influem sobre esta apenas na medida em que entram nos custos de reprodução da capacidade de trabalho, e, portanto, afetam seu próprio valor; incidência que, em períodos mais curtos, pode ser neutralizada por influências contrapostas.

Do item 1 se depreende que a redução dos preços das mercadorias, derivada do desenvolvimento da força produtiva do trabalho — fazendo-se abstração da parte de mercadorias que ao baratearem reduzem o preço da própria capacidade de trabalho (assim como ao encarecer, encarecem-na) —, implica, certamente, em que se materializou menos trabalho em cada mercadoria; ou que o mesmo trabalho se representa em volume maior de mercadorias, razão porque sobre cada mercadoria recai uma parte alíquota menor do mesmo; mas, não implica, em si mesmo, que se tenha modificado a *divisão proporcional* do trabalho contido em cada mercadoria, entre trabalho *pago* e *não pago*. As duas leis desenvolvidas [aqui] têm validade geral para todas as mercadorias, isto é, também para aquelas que não entram direta ou indiretamente na reprodução da capacidade de trabalho, e cujo barateamento ou encarecimento são, portanto, indiferentes para a determinação do *valor* da própria capacidade de trabalho.

Do item 2 se deduz (ver III e IIIa), que ainda que os *preços das mercadorias* se mantenham os mesmos, e que o mesmo ocorra com a força produtiva do trabalho vivo utilizada diretamente no ramo produtivo, e da qual resultam essas mercadorias, a *taxa e o volume da mais-valia* podem aumentar. (Poder-se-ia também desenvolver o *caso inverso*: podem diminuir se a jornada total de trabalho se reduz; ou, permanecendo igual a jornada de trabalho, em virtude do encarecimento de outras mercadorias, aumenta o *tempo de trabalho necessário*). Isso acontece porque um *capital variável de determinada gran-*

deza pode utilizar *quanta* bem desiguais de trabalho de determinada força produtiva (e o preço das mercadorias se mantém igual, enquanto a força produtiva do trabalho não se modifique) ou porque um *capital variável de grandeza variável* utiliza *quanta* iguais de trabalho de determinada força produtiva. Em suma, um capital variável de determinada grandeza de valor nem sempre põe em movimento os mesmos *quanta* de trabalho vivo, e por conseguinte, na medida em que se o considera como simples símbolo dos *quanta* de trabalho que põe em movimento, é símbolo de *grandeza variável*.

Essa última reflexão (acerca de (ad) 2 e a lei 2) mostra que a mercadoria, como *produto do capital*, como *componente alíquota do capital*, como portadora do capital que se valorizou, e a qual, portanto, contém em si uma parte alíquota da mais-valia gerada pelo capital, deve ser considerada de maneira diferente da que havíamos mostrado no começo de nossa análise das mercadorias singulares e autônomas.

(Quando falamos de preços de mercadorias, supomos sempre que o *preço total* do volume de mercadorias produzidas pelo capital = ao *valor total* desse volume, e, por conseguinte, o *preço* da parte alíquota de cada mercadoria = à parte alíquota desse valor total. O *preço* em geral [é] aqui tão-somente a expressão monetária do *valor*. Em nossa análise, não figuram ainda, até aqui, preços diferentes dos valores).

[454] A *mercadoria singular* — como produto do capital, e, em realidade, como parte elementar do capital reproduzido e valorizado — se diferencia daquela mercadoria singular de que havíamos partido como premissa para a formação do capital; [se diferencia] da mercadoria considerada de maneira *autônoma*, também em que — à parte o que foi dito até aqui, os pontos concernentes à determinação do preço — quando a mercadoria é vendida por seu preço não se realiza o *valor* do capital adiantado para sua produção, e, ainda menos o da *mais-valia* gerada por esse capital. Como simples portadoras do capital — não só materialmente, como parte do valor de uso de que se compõe o capital, mas como depositárias do *valor* de que está composto o capital — as mercadorias podem ser vendidas ao preço correspondente a seu valor, e, não obstante, *abaixo* de seu valor como *produto do capital* e como *componentes do produto total no qual existe, a princípio, o capital que se valorizou por si mesmo*.

Em nosso exemplo anterior, um capital de 100 £ reproduzia-se em 1200 varas de linho, a um preço de 120 £. Conforme a explicação

dada anteriormente, como tínhamos $80, 20, 20$, podíamos representar o fato de modo que as 80 £ de capital constante estivessem representadas em 800 varas ou $2/3$ do produto total; 20 £ de capital variável ou salário em 200 varas ou $1/6$ do produto total, e 20 £ de mais-valia igualmente em 200 varas ou um segundo $1/6$ do produto total. Assim sendo, se se vendesse, não uma vara, mas, por exemplo, 800 a seu preço = 80 £ e se as outras duas partes fossem invendáveis, ter-se-iam apenas reproduzido $4/5$ do capital originário de 100. Como depositárias do capital total, isto é, como único *produto atual* do capital total de 100, as 800 varas ter-se-iam vendido *abaixo de seu valor*; e precisamente $1/3$ abaixo de seu valor, já que o valor do produto total = 120, e 80 é apenas = $2/3$ do produto total; mas, o *quantum* do valor faltante — 40 [£] — equivale ao outro terço desse produto. Essas 800 varas, inclusive, equivalem ao outro terço desse produto. Essas 800 varas, consideradas isoladamente, poder-se-iam mesmo vender *acima* de seu valor, e, não obstante, *por* seu valor, enquanto portadoras do capital total; por exemplo, se se vendessem a 90, mas as restantes 400 varas a apenas 30 £. Não obstante, queremos deixar de lado a venda de porções isoladas do volume de mercadorias *acima* ou *abaixo* de seu valor, já que, segundo nossa hipótese, as mercadorias em geral se vendem *por* seu valor.

Não se trata aqui somente — como no caso da mercadoria autônoma — de que seja vendida por seu valor, mas de sua venda por seu valor (preço) enquanto portadora do capital adiantado para sua produção, e, por conseguinte, enquanto *parte alíquota do produto total do capital*. Se desse produto total de 1200 varas = 120 £ só se vendem 800, essas 800 não representam as $2/3$ partes alíquotas do valor total, mas o valor total íntegro; e, portanto, representam um valor de 120, e não de 80; e cada mercadoria não é = $\frac{80}{100} = \frac{8}{10} = \frac{4}{5} = \frac{2}{2.5} \text{ £} = 2 \text{ sh.}$, mas $\frac{120}{800} = \frac{12}{80} = \frac{3}{20} = 3 \text{ sh.}$ Assim, cada mercadoria ter-se-ia vendido 50% mais caro, a 3 sh., em lugar de 2. Como parte alíquota do valor total produzido, cada mercadoria deve vender-se por seu preço, e, por conseguinte, como *parte alíquota* do produto total vendido. Não deve vender-se como mercadoria autônoma, mas, por exemplo, como $1/1200$ do produto total, e, em conseqüência, como complemento dos restantes $1199/1200$. Trata-se de que cada mercadoria se venda por seu preço X pelo *número* que constitui o denominador comum dela mesma como parte alíquota.

[455]

(Daí se depreende que com o *desenvolvimento da produção capitalista* e o conseqüente barateamento das mercadorias cresce *seu volume*, aumenta o número de mercadorias que devem ser vendidas, e, portanto, é necessária contínua *expansão do mercado*, [o que] constitui uma necessidade para o modo capitalista de produção. Não obstante, esse ponto (*this point*) corresponde mais ao livro seguinte (*better to the subsequent book.*) (Vemos, aqui, também porque um capitalista que pode fornecer, por exemplo, 1200 varas a 2 sh., não poderia fornecer 1300 por esse preço: isso porque as 100 adicionais talvez requeressem variações no capital constante que seriam viáveis para uma produção adicional de 1200 varas por esse preço, mas não para a de 100, por esse preço etc.).

Disso se depreende que a mercadoria, como *produto do capital* se diferencia da *mercadoria singular*, considerada em sua autonomia, e essa diferença terá cada vez mais relevo e afetará também, tanto mais a real determinação de preços da mercadoria etc., quanto mais de perto tenhamos seguido os processos capitalistas de produção e circulação.

Esse ponto, a respeito do qual gostaria ainda de chamar, especialmente, a atenção é o seguinte:

No capítulo II, 3, deste primeiro livro, vimos como as diferentes partes do valor do produto do capital — valor do capital constante, valor do capital variável e mais-valia — por um lado, se repetem em suas *partes proporcionais*, representando-se em cada mercadoria individual como parte alíquota do *valor de uso total* produzido, e como parte alíquota do *valor total produzido*; por outro lado, como o produto total pode dividir-se em certas porções e quotas-partes do valor de uso ou artigo produzido — uma das quais representa unicamente o valor do capital constante, a outra, a do variável e a terceira, finalmente, só a da mais-valia. Essas duas representações, ainda que no fundo idênticas (como anteriormente assinalamos) se *contradizem* em seu modo de expressar-se. Na última concepção, com efeito, as mercadorias isoladas que, por [exemplo], pertencem ao *lote 1*, que simplesmente reproduz o valor do capital constante, aparecem como se apenas antes do processo de produção representassem trabalho objetivado. Assim, por exemplo, as 800 varas = 80 £ = ao valor do capital constante adiantado representam apenas o valor do fio de algodão; ou azeite, carvão, maquinaria etc., mas nem uma só partícula de valor do novo trabalho têxtil acrescentado; enquanto que, por outra parte, considerada como *valor de uso*, cada vara de tecido contém, além do

linho etc., nela incluído, determinado *quantum* de trabalho têxtil que, precisamente, lhe deu forma de tecido; em seu *preço* de 2 sh., a vara de tecido contém 16 d. como reprodução do capital constante nela consumido, 4 d. pelo salário, 4 d. pelo trabalho não pago nela materializado. Essa aparente contradição — que ao não ser solucionada, como veremos adiante, deu motivo a erros (*blunders*) fundamentais na análise — é tão *desconcertante* à primeira vista (*at the first view*) para quem só tem em vista o *preço* da mercadoria singular, como o é a tese recém-formulada de que se pode vender a mercadoria singular (ou determinado *quantum* do produto total) *por* seu preço vendendo-a *abaixo* do preço; que se pode vendê-la *acima* de seu preço vendendo-a *por* seu preço, ou ainda, vendê-la *acima* de seu preço vendendo-a *abaixo* de seu preço; um exemplo dessa confusão, Proudhon (virar, (verte) [a página])*.

(O preço da vara, no exemplo mais acima, não [está] determinado isoladamente, mas como parte alíquota do produto total).

(O *desenvolvido* mais acima sobre a *determinação de preço* eu [456] o expus, anteriormente, da seguinte maneira (talvez conviesse introduzir algumas dessas expressões na exposição precedente[]):

De início, concebíamos *autonomamente a mercadoria singular*, como resultado e produto direto de determinado *quantum* de trabalho. Agora, quando ela [é] *resultado, produto do capital*, o assunto altera-se *formalmente* (e mais adiante, *realmente*, nos preços de produção) desta maneira: o volume de valores de uso produzido representa um *quantum de trabalho* = ao valor do *capital constante contido e consumido no produto* (do *quantum de trabalho materializado, transferido* por aquele ao produto) + o do *quantum de trabalho* que se troca pelo capital variável; uma das partes desse *quantum* substituiu o valor do capital variável, e a outra constitui a *mais-valia*. Se o tempo de trabalho contido no capital expresso em dinheiro = 100 £, das quais 40 £ formam o capital variável, e se a taxa de mais-valia = 50%, o volume total do trabalho contido no produto expressar-se-á em 120 £. Antes que a mercadoria possa circular, seu *valor de troca* deve transformar-se em *preço*. Daí decorre que se o produto total não é uma coisa única e contínua — de tal modo que todo o capital se reproduza em uma única mercadoria, como por exemplo, uma casa — o capital deverá calcular o *preço* da mercadoria singular, isto é, representar

(*) Essa indicação refere-se à página 457 do manuscrito [133] (*Nota da edição alemã*).

em moeda de cálculo o valor de troca da mercadoria singular. De acordo com a diferente produtividade do trabalho, o *valor total* de 120 £ *distribuir-se-á* entre mais ou menos produtos, de modo que o *preço* da mercadoria singular representará, em *relação inversa* ao número total das mercadorias, uma parte alíquota maior ou menor, por unidade, das 120 £. Se, como exemplo, o produto total é = 60 toneladas de carvão, 60 toneladas serão então = 120 £ = 2 £ por tonelada = $\frac{120 \text{ £}}{60}$; se o produto é = 75 toneladas, a tonelada será = $\frac{120}{75} = 1 \text{ £ } 12 \text{ sh.}$; se o produto é = 240 toneladas, será = $\frac{120}{240} = \frac{12}{24} = 1/2 \text{ £}$, etc. O *preço* da mercadoria singular é, pois

$$= \frac{\text{ao preço total do produto}}{\text{o número total dos produtos}} ;$$

ou seja, ao preço total dividido pelo número total dos produtos, os quais se medem com diferentes medidas, em cada caso, segundo o valor de uso do produto.

Se, portanto, o preço da mercadoria singular é = ao preço total do volume de mercadorias (número de toneladas) produzida pelo capital de 100 £ *dividido* pelo número total das mercadorias (aqui, de toneladas), por outro lado, o *preço total* do produto total = ao preço da mercadoria singular *multiplicado* pelo número total das mercadorias produzidas. Se, com a [maior] produtividade*, aumenta o volume das mercadorias, o mesmo ocorrerá com seu número, ao passo que terá caído o preço da mercadoria singular. Inversamente, se a produtividade se reduz, aumenta, então, um fator, o preço, e diminui o outro fator, o número. Enquanto se mantenha *igual o quantum* de trabalho *investido*, este expressar-se-á no mesmo *preço total* de 120 £, seja qual for a parte que recaia na mercadoria, com seu volume que varia em proporção à produtividade do trabalho.

Se a parte do preço — a parte alíquota do valor total — que recai sobre o produto singular é menor, por causa do maior número de produtos, ou seja, por causa da maior produtividade do trabalho, será menor, também, a parte da mais-valia que recai sobre aquele, a parte

(*) No manuscrito está: "... produtividade das mercadorias, o volume..." (Nota da Edição alemã).

alíquota do preço total na qual se expressa a mais-valia de 20 £, e que está ligada ao produto. Nem por isso, entretanto, *alterar-se-á a relação* estabelecida entre aquela parte do preço da mercadoria singular que expressa a mais-valia e aquela parte do preço da mercadoria que representa o salário ou o trabalho pago.

Certamente, ao considerar o processo de produção capitalista pôde-se [comprovar] que — fazendo-se abstração do prolongamento da jornada de trabalho — com o barateamento das mercadorias que, por entrarem no consumo necessário do operário determinam o valor da capacidade de trabalho, dá-se a tendência a baratear a própria força de trabalho, e por conseguinte, e ao mesmo tempo, a reduzir a parte *paga* do trabalho e a ampliar a parte *não paga*, permanecendo igual a duração da jornada de trabalho.

Enquanto na hipótese anterior, o preço da mercadoria singular participa também da *mais-valia* na mesma proporção em que constitui parte alíquota do valor total, na mesma proporção em que participa do preço total, agora, apesar do preço decrescente do produto, aumenta a parte desse preço que representa a mais-valia. Isto se dá unicamente porque no *preço total* do produto, por causa da maior produtividade do trabalho, a mais-valia ocupa lugar proporcionalmente maior. À mesma causa deve-se a redução no *valor da capacidade de trabalho*; a crescente produtividade do trabalho (ocorreria o *contrário* no caso de produtividade decrescente), pela qual o mesmo *quantum* de trabalho, o mesmo valor de 120 £, se faz representar em um volume maior de produtos, pelo que, baixa o *preço* da mercadoria singular. Ainda que, em consequência, *baixe o preço da mercadoria singular*; ainda que o *quantum* total do trabalho nela contido, e, portanto, seu valor decresçam, aumenta a parte proporcional desse preço que consiste em mais-valia; ou então, no menor *quantum* total de trabalho contido na mercadoria singular, por exemplo, em uma tonelada, encerra-se um *quantum de trabalho não pago* maior que anteriormente, quando o trabalho era menos produtivo, menor a massa de produtos, e mais alto o preço da mercadoria singular. O *preço total* de 120 £, e, portanto, cada parte alíquota dessas 120 £ contém, atualmente, mais trabalho não pago [)].

Quebra-cabeças análogos desconcertam Proudhon, já que este só vê o preço da mercadoria singular, autônoma, e não a mercadoria como *produto do capital total*, e por isso não leva em conta a relação na qual se divide, conceitualmente, o produto total com seus respectivos preços. [457]

"Il est impossible que l'intérêt du capital (esta é apenas uma maneira especial de denominar a parte da 'mais-valia') s'ajoutant dans le commerce au salaire de l'ouvrier pour composer le prix de la marchandise, l'ouvrier puisse racheter ce qu'il a lui-même produit. Vivre en travaillant est un principe qui, sous le régime de l'intérêt, implique contradiction". ("como o juro do capital se adiciona no comércio ao salário do operário para formar o preço da mercadoria. é impossível que o operário possa voltar a comprar o que ele mesmo produziu. Viver trabalhando é princípio que, sob o regime de juros, implica em contradição.") (*Gratuité du Crédit. Discussion entre M. Fr. Bastiat et M. Proudhon*, Paris, 1850, p. 105.)

Inteiramente correto. Para esclarecer o assunto, suponhamos que o operário, "l'ouvrier" de que se trata, é a classe operária em conjunto. O dinheiro que recebe semanalmente, e com o qual deve adquirir meios de subsistência etc, é gasto em um volume de mercadorias, cujo preço, considerando-as uma a uma e todas juntas, contém, além de uma parte = salário, uma parte = à *mais-valia*, da qual o juro citado por Proudhon constitui apenas uma parte proporcional, e talvez apenas uma parte relativamente pequena. Como é possível, então, que a classe operária, com seu ingresso semanal, que é apenas = ao salário, deva comprar um volume de mercadorias = a salário + *mais-valia*? Como o salário semanal, considerado para a classe em conjunto, é apenas = à soma semanal dos meios de subsistência, vê-se, com meridiana clareza, que com a soma de dinheiro recebida o operário *não* pode comprar os meios de subsistência necessários. Efetivamente, a soma de dinheiro recebida por ele é = ao salário semanal, ao preço que lhe é pago semanalmente por seu trabalho, ao passo que o preço dos meios de subsistência, semanalmente necessários, é = ao preço semanal do trabalho neles contido + o preço no qual se representa o trabalho excedente não pago. Logo: "il est impossible que... l'ouvrier puisse racheter ce qu'il a lui-même produit. *Vivre en travaillant*" implica, pois, sob tais premissas, uma "*contradiction*". Proudhon está inteiramente certo, no que toca à *aparência*. Se, porém, em lugar de considerar, autonomamente, a mercadoria, considera-se-a como produto do capital, saberia que o produto semanal se decompõe: em uma parte cujo preço = ao salário, = ao capital variável investido durante a semana, não contém qualquer *sobrevalor* etc; e em outra, cujo preço é = somente ao sobrevalor etc; ainda que o preço da mercadoria inclua todos esses elementos etc, é precisamente apenas a primeira parte que o operário readquire (e para nosso propósito atual

é indiferente que o merceiro (*epicier*) possa enganá-lo, e efetivamente o engane etc.).

Isso é o que acontece, geralmente, com os paradoxos econômicos prudhonianos, aparentemente profundos e inextricáveis. Consistem em proclamar como lei dos fenômenos econômicos a *confusão* que estes lhe produzem na cabeça.

(Em realidade, a sua tese é ainda pior, porque implica na premissa de que o verdadeiro preço da mercadoria é = ao salário nela contido, = ao *quantum* de trabalho pago que ela contém, e que a *mais-valia*, os juros etc, nada mais são do que um *suplemento* arbitrário sobre o verdadeiro preço da mercadoria.)

Ainda pior é a crítica exercida contra ele pela economia vulgar. Por exemplo, o senhor *Forcade* (citar aqui* o trecho) faz notar a Proudhon não só que sua tese, por um lado, é excessivamente demonstrativa, já que segundo a mesma a classe operária de nenhum modo poderia viver, mas que, por outro lado, não vai muito longe na formulação do paradoxo, posto que o preço das mercadorias compradas pelo operário, inclui ainda, além do salário + os juros etc, também a matéria-prima, etc. (em suma, os elementos de preço do capital constante). Perfeitamente, Forcade. Mas e o resto? (*But what next?*). Forcade demonstra que o problema na realidade é muito mais difícil do que o apresenta Proudhon — e vê nisso um bom motivo, não só para *não* resolvê-lo na proporção em que o colocou P[roudhon], mas para fugir pela tangente com uma frase vazia**. Na realidade, o que é

(*) Forcade, no original. (*Nota da Edição alemã*).

(**) Na tradução castelhana do presente texto (a cargo de Pedro Scaron, Siglo Veintiuno, B. Aires, 1974) encontramos a seguinte indicação: "No tomo III de *Das Kapital*, sec. VII, cap. 49, nota 56, Marx desenvolve esse ponto de vista da seguinte maneira: "Proudhon manifesta sua incapacidade de compreender isso com a fórmula simplista de que l'ouvrier ne peut pas acheter son propre produit [o operário não pode comprar de volta seu próprio produto], porque nele estão contidos os juros acrescentados ao *prix-de-revient* [custo de fabricação]. Mas, como remenda o senhor Eugène Forcade? "Se a objeção de Proudhon fosse justa, não só afetaria o lucro do capitalista, mas aniquilaria a possibilidade de existência da indústria. Se o operário é obrigado a pagar 100 pela coisa, pela qual não recebeu mais do que 80; se o salário só pode comprar de um produto o valor que pôs nele, poder-se-ia dizer que o operário não pode voltar a comprar nada; que o salário nada pode pagar. Em realidade, no custo de produção há sempre algo mais do que o salário do operário, e no preço de venda algo mais do que o lucro do empresário; por exemplo, o custo da matéria-prima, que amideve de ser paga ao estrangeiro. Proudhon esquece o crescimento incessante do

458] bom no procedimento de Proudhon é que, na medida em que expõe abertamente, com arrogância sofisticada, o emaranhado dos fenômenos econômicos, em oposição aos economistas vulgares, que procuram encobri-los, mas incapazes de compreendê-los, a indigência teórica destes últimos apresenta-se à luz do dia. Assim, o senhor W[ilhelm] Thucydides Roscher* caracteriza "Qu'est-ce que [a] propriété?", de Proudhon, como "confuso e desconcertante". Na expressão "desconcertante", manifesta-se o sentimento de impotência da economia vulgar ante tal confusão. Ela não é capaz de resolver as contradições da produção capitalista sequer na forma confusa, superficial e sofisticada com que Proudhon as concebe e lhas atira à cabeça. Não lhes resta outro recurso — diante da coleção de sofismas, para eles teoricamente insolúveis — senão o de apelar ao senso "comum", e de se reportarem ao fato de que, certamente, as coisas seguem seu curso. Agradável consolo para os pretensos "teóricos".

(Nb. Todo esse trecho sobre Proudhon caberia muito melhor no Cap. III, livro II; ou mesmo depois.)

capital nacional; esqueceu que esse crescimento se verifica em relação a todos os trabalhadores, tanto para os empresários como para os operários". (*Revue des deux Mondes*, 1848, t. 24, p. 998). Eis aqui o otimismo da ofuscação burguesa, na forma sapiente que melhor lhe assenta. Em primeiro lugar, o senhor Forcade acredita que o operário não poderia viver, se, além do valor produzido por ele, não recebesse um valor superior, quando, ao contrário, o modo capitalista de produção seria impossível se o operário recebesse realmente o valor que produz. Em segundo lugar, generaliza corretamente a dificuldade que Proudhon enunciara apenas de um ponto de vista limitado. O preço da mercadoria não só contém um excedente sobre o salário, mas também sobre o lucro, a saber: a parte constante do valor. De modo que, segundo o raciocínio de Proudhon, o capitalista com seu lucro não poderia comprar novamente a mercadoria. E como Forcade resolve o enigma? Com uma frase extemporânea: o crescimento do capital... A indulgente boa vontade em descobrir no mundo burguês o melhor de todos os mundos possíveis substitui, na economia vulgar, as exigências do amor à verdade e do impulso à investigação científica." (N. dos Ts.).

(*) Da tradução em língua castelhana citada, extraímos também a seguinte indicação: "Roscher chamava-se, em realidade, Wilhelm Georg Roscher, mas no prólogo de seu livro — *Os Fundamentos da Economia Política* — havia-se comparado a si mesmo com o historiador grego, e por isso se explica o apodo que ele deu Marx" ... Proclamou-se, modestamente, como o Tucídides da economia política. Sua identificação com Tucídides deriva, talvez, da idéia que dele faz, a saber: que confundia continuamente a causa com o efeito" (*Theorien über den Mehrwert*, parte III, anexos, p. 149 da edição citada.)

Agora, também, está resolvida a dificuldade apresentada no capítulo I. Se as *mercadorias*, que constituem o produto do capital, se vendem aos preços determinados por seu valor, a classe dos capitalistas, em conjunto, venderá então as mercadorias *por seu valor*, e cada um deles realizará mais-valia, isto é, venderá aquela parte do valor das mercadorias que nada lhe custou, que não foi paga. Dessa maneira, o lucro que obtém reciprocamente não é alcançado enganando-se mutuamente — o qual só poderia consistir em que um arrebatesse ao outro parte da mais-valia que lhe era atribuída —; não é obtida por meio da venda de suas mercadorias acima do valor, mas vendendo-as *por seu valor*. Essa premissa — de que as mercadorias se vendem por preços correspondentes a seu valor, forma também a base de investigações constantes do livro seguinte.

O resultado direto do processo imediato da produção capitalista, seu produto, são *mercadorias*, em cujo preço não só é substituído o valor do capital adiantado, consumido durante sua produção, mas em que, por sua vez, o trabalho excedente, consumido durante essa mesma produção, está materializado, objetivado, na qualidade de *sobrevvalor*. Enquanto *mercadoria*, o produto do capital deve entrar no processo de troca das mercadorias, e desse modo, não só entra no metabolismo real mas, ao mesmo tempo, experimenta essas mutações formais que vimos apresentando como metamorfoses das mercadorias. No que diz respeito apenas a transformações formais — à conversão dessas mercadorias em dinheiro e sua reconversão em mercadorias — já analisamos o processo naquilo que denominamos de "circulação simples", na circulação de mercadorias como tais. Mas, essas mercadorias são agora, por sua vez, portadoras do capital; são o próprio capital valorizado, impregnado de mais-valia. E a esse respeito, sua circulação, que agora [é] ao mesmo tempo processo de reprodução do capital, inclui novas determinações alheias à consideração abstrata da circulação de mercadorias. Portanto, devemos considerar agora a circulação de mercadorias como *processo de circulação do capital*. Disso, ocupá-nos-emos no livro seguinte*.

(*) [Aqui finaliza o verdadeiro tema do capítulo VI (na numeração dada por Marx ao manuscrito, páginas 441-495, com a intercalação das páginas 469a-469m e 263-264). O texto que segue, a partir daqui, constitui-se de páginas soltas, que, evidentemente, deviam ser retocadas, e logo intercaladas na versão já existente. Reproduzimo-las na sucessão fortuita que resulta quando se segue a numeração de Marx, a qual apresenta grandes lacunas. (Nota da edição alemã).

[PÁGINAS AVULSAS]

<uma disposição temporária sobre> sua capacidade de trabalho. Tão logo começa realmente seu trabalho, este deixa de pertencer-lhe, e, portanto, já não pode *vendê-lo*.

A natureza peculiar dessa mercadoria específica, da força de trabalho, implica que, com a celebração do contrato entre vendedor e comprador, apenas então a mercadoria vendida passou realmente como valor de uso às mãos do comprador.* O valor de troca dessa mercadoria, como o de qualquer outra, é determinado anteriormente à sua entrada na circulação, posto que é vendida como capacidade, como força, e para produzir essa capacidade, essa força, necessitou-se de determinado tempo de trabalho. Por conseguinte, o valor de troca dessa mercadoria existe antes de sua venda, mas seu valor de uso consiste, antes de tudo, na exteriorização posterior dessa força. A alienação da força e sua exteriorização real, isto é, sua existência como valor de uso, não coincidem, portanto, no tempo. Dá-se como se me houvessem vendido o uso de uma casa por um mês. O valor de uso só me será entregue, totalmente, quando eu tiver vivido um mês na casa. Do mesmo modo, o valor de uso da força de trabalho não me é entregue enquanto não o tenha utilizado; e na verdade, enquanto não a tenha feito trabalhar para mim. No caso de tais valores de uso, entretanto, em que não coincidem no tempo a alienação formal da mercadoria, por meio da

(*) No manuscrito lê-se: "vendedor" (*Nota da edição alemã*).

venda, e a cessão real de seu valor de uso ao comprador, o dinheiro do comprador opera, como vimos anteriormente, na qualidade de *meio de pagamento*. A força de trabalho *vende-se* por dia, por semana etc., mas, não é *paga* senão depois que se a consumiu durante um dia, uma semana etc. Em todos os países em que a relação capitalista se desenvolveu, a força de trabalho não é *paga* senão depois que tenha funcionado. Por conseguinte, em todas as partes, o operário *adianta* ao capitalista o uso de sua mercadoria, deixa-a ser consumida pelo comprador, *credita-a*, antes de cobrar seu valor de troca. Em épocas de crise, inclusive quando ocorrem bancarrotas isoladas, é visível que esse constante crédito dos operários em relação aos capitalistas — que surge da natureza especial do valor de uso vendido — não é nenhuma fantasia oca.²⁹

(29) "L'ouvrier prête son industrie. ("O operário *empresta* sua atividade") — Storch, *Cours d'économie politique*, edição de São Petersburgo, 1815, t. II, p. 36; mas, astutamente Storch acrescenta: "*nada arrisca, salvo de perder... son salaire... L'ouvrier ne transmet rien de matériel ("perder seu salário... O operário nada transmite de material")*" (l.c. 37). "All labour is paid after it has ceased". ("Todos os trabalhos se pagam depois de findos") (104, *An Inquiry into those Principles, Respecting the Nature of Demand* etc., London, 1821). Outras conseqüências práticas derivadas desse modo de pagamento — que ademais se funda na natureza da relação — não se incluem no campo de nossa análise. Não obstante, um exemplo pode ser oportuno. Em Londres, existem duas classes de padeiros, os "*full priced*", que vendem o pão pelo *preço total*; e os "*undersellers*", que o vendem abaixo do preço. A última categoria abrange mais de 3/4 de todos os padeiros (p. XXXII), informe (*report*) do comissário governamental H.S. Tremehere sobre as "*Grievances Complained of by the Journeymen Bakers* etc.", London, 1862). Esses "*undersellers*", comumente, adulteram o pão, acrescentando-lhe alume, sabão, potássio purificado, cal, pedra de Derbyshire em pó etc. (Ver o livro azul (*Blue book*) recém citado, e também o informe do "*Committee of 1855 on the Adulteration of Bread*" e C. Hassall's, *Adulterations Detected*, London, 1861, IIª Edição). Sir John Gordon explicou perante o comitê (*committee*) de 1855 que, em conseqüência de tais adulterações, "the poor men who lived on 2 lbs. of bread a day did not take in one fourth of that amount of nutrition" ("os pobres que vivem com 2 libras diárias de pão não recebem nem a quarta parte dessa quantidade em valor nutritivo"), para não falar dos "injurious effects on health" ("efeitos danosos para a saúde"). Um motivo por que "grande parte da classe operária" mesmo estando a par da adulteração, recebe pela compra o alume, a pedra em pó etc., é mencionado por Tremehere (l.c. p. XLXVIII) e consiste em que, para aquela, "a matter of necessity is to take, from their baker, or from the chandler's shop whatever bread may be offered to them" ("é inevitável aceitar do padeiro ou do armazém qualquer tipo de pão que se lhes ofereça"), porque os operários, que não recebem o salário antes que acabe a semana, "only pay for the week's supply to the family at the week's end" ("não pagam

Não obstante, nada muda quanto à natureza da troca de mercadorias, se o dinheiro funciona como meio de compra ou meio de pagamento. Na compra, estabelece-se contratualmente o preço da força de trabalho, ainda que esta se realize mais tarde. Essa forma de pagamento tampouco modifica o fato de que a determinação de preço se refira ao *valor da capacidade de trabalho* e não ao *valor do produto* nem ao *valor do trabalho*, que, enquanto tal, não é, de modo algum, mercadoria.

O *valor de troca* da força de trabalho, como se viu, é pago ao ser pago o preço dos meios de subsistência habitualmente necessários em determinado estado da sociedade, e isso a fim de que o operário possa exercer sua força de trabalho com o necessário grau de força, saúde, capacidade vital, e se perpetue por meio de substitutos.³⁰

o sortimento familiar antes do fim da semana"). Tremehere, citando declarações de testemunhas, acrescenta que "it is notorious that bread composed of those mixtures, is made expressly for sale in this manner" ("é óbvio que o pão composto de tais misturas, é preparado expressamente para ser vendido dessa maneira").

(30) *Petty* determina o valor do salário diário como valor do "*daily food*" (sustento diário) que baste ao operário "so as to live, labour and generate" ("como para viver, trabalhar e procriar"). *Political Anatomy of Ireland* (1672) ed. London, 1691, p. 69. Cito de acordo com *Dureau la Malle*.

"The price of labour is always constituted of the price of necessities" ("o preço do trabalho tem sido constituído sempre pelo preço dos artigos imprescindíveis"). O operário não recebe salário correspondente "whenever the price of necessities is such, that the labouring man's wages will not, suitably to his low rank and station, as a labouring man, support such a family as is often the lot of many of them to have" ("sempre que o preço dos artigos imprescindíveis seja tal que o salário do trabalhador não chegue para manter, conforme sua categoria e posição social, uma família tal como, amiúde cabe por destino a muitos deles") (Jacob Vanderlint, *Money Answers all Things*, London, 1734, p. 19).

"Le simple ouvrier, qui n'a que ses bras et son industrie, n'a rien qu'autant qu'il parvient à vendre à d'autres sa peine... En tout genre de travail il doit arriver et il arrive en effet, que le salaire d'ouvrier se borne à ce qui lui est nécessaire pour lui procurer sa subsistance" ("O simples operário, que não possui senão seus braços e seu ofício, nada possui, salvo se puder vender a outros sua labuta... Em todo tipo de trabalho *deve* ocorrer, e, com efeito *ocorre*, que o salário do operário se reduz ao que lhe é preciso para buscar sua subsistência") (Turgot, *Réflexions sur la formation et la distribution des richesses* (1766), *Oeuvres*, T. I, p. 10, ed. Daire, Paris, 1844).

"The price of the necessities of life is, in fact, the cost of producing labour". ("O preço dos artigos necessários à subsistência é, de fato, o custo do

Se o homem se distingue de todos os outros animais por serem ilimitadas e elásticas suas necessidades, não existe, por outro lado, nenhum animal que possa restringi-las no mesmo e incrível grau, e que possa reduzir a esse mesmo mínimo suas condições de vida; em uma palavra, que tenha o mesmo talento para *irlandizar-se*. Quando se trata do valor da capacidade de trabalho, não se está tratando desse *mínimo físico* de existência. Do mesmo modo que para qualquer outra mercadoria, o preço da força de trabalho pode subir *acima* de seu valor ou cair *abaixo* dele, isto é, variar num ou noutro sentido o preço, que não é senão a expressão monetária do próprio valor. O nível das próprias necessidades vitais, cujo valor total constitui o valor da força de trabalho, pode ascender ou descender. Não é este, entretanto, o lugar indicado para analisar essas oscilações, que devem ser tratadas na teoria sobre o salário. No curso dessa investigação, ver-se-á que, para análise do capital, é indiferente que se pressuponha alto ou baixo o nível das necessidades dos operários. Do mesmo modo que na teoria, também na prática parte-se do *valor* da força de trabalho como de uma *grandeza*

trabalho que produz”) (Nota. Malthus, Inquiry into etc. Rent., London, 1815, p. 48). “De uma tabela comparativa entre os preços dos cereais e os salários, desde o governo do rei Eduardo III, desde há 500 anos, portanto, extraímos que o recebimento diário de um operário nesta terra, frequentemente se situa abaixo de um “peck” de trigo (= 1/4 “bushel”); que um “peck” de trigo constitui uma espécie de ponto médio, ou melhor, algo acima do ponto médio, em torno do qual os salários – expressos em grão – oscilam segundo a oferta e a procura”. (Malthus, Principles of Political Economy, 2nd. Ed., London, 1836, p. 254.)

“The natural price of any article, is that . . . bestowed upon its production . . . Its (labour’s) natural price . . . consists in such a quantity of the necessities and comforts of life, as, from the nature of the climate and the habits of the country, are necessary to support the labourer, and to enable him to rear such a family as may preserve, *in the market*, an undiminished supply of labour . . . The natural price of labour . . . though it varies under different climates, and with the different stages of national improvement, may, in any given time and place be regarded as very nearly stationary”. (“O preço natural de qualquer artigo é o . . . empregado em sua produção . . . Seu preço natural (o do trabalho) . . . consiste na quantidade de meios de subsistência e de bem-estar que, conforme a natureza do clima e os hábitos do país, sejam necessários para sustentar o trabalhador e capacitá-lo a criar uma família tal que possa manter, *no mercado*, uma força de trabalho não diminuída . . . O preço natural do trabalho . . . se bem que varie sob climas diferentes e em diferentes estágios de progresso nacional, pode ser considerado, em qualquer época e lugar dados, como quase inteiramente estacionário”). (R. Torrens, An Essay on the External Corn Trade, London, 1815, pp. 55-65 *passim*).

dada. Um possuidor de dinheiro que, por exemplo, queira converter seu dinheiro em capital, digamos, no capital de exploração de uma fábrica de fiação de algodão, antes de tudo procura informar-se sobre o nível médio dos salários na localidade em que tenciona construir a fábrica. Sabe que, do mesmo modo que os preços do algodão, o salário continuamente se distancia do termo médio; mas sabe, igualmente, que essas oscilações se compensam. Por isso, em seus cálculos orçamentários, o salário entra como *grandeza de determinado valor*. De outro lado, o valor da força de trabalho constitui a base consciente e manifesta das *trades’ unions*, cuja importância para a classe operária inglesa dificilmente pode superestimar-se. As *trades’ unions* não têm outro objetivo senão o de impedir que o *nível* do salário *desça* abaixo do limite tradicionalmente dado nos diversos ramos da indústria; que se reduza o *preço* da força de trabalho abaixo de seu *valor*. Sabem, naturalmente, que uma mudança na relação entre a oferta e a procura* provoca mudança no preço de mercado. Por um lado, entretanto, a ocorrência de uma tal mudança é muito diferente do fato de o comprador, neste caso o capitalista, sustentar, unilateralmente, que tenha ocorrido tal mudança. Por outro lado, existe uma “grande diferença entre o nível salarial determinado pela oferta e a procura, isto é, o nível que resulta da honesta (*fair*) operação de troca de mercadorias, quando o comprador e o vendedor negociam em pé de igualdade, e o nível salarial que o vendedor, o operário, tem que aceitar quando o capitalista negocia *individualmente* com cada homem e impõe uma redução, explorando a miséria fortuita de operários individuais (que não depende da relação geral entre a oferta e a procura). Os operários *associam-se* para, até certo ponto, se porem em pé de *igualdade* com o capitalista *no contrato sobre a venda de seu trabalho*. Isso é o racional (o fundamento lógico) das *trades’ unions*”.³¹ O que pretendem é que “a indigência imediata e ocasional de um operário não o force a contentar-se com salário menor do que o estabelecido *anteriormente* pela oferta e a procura para determinado ramo de trabalho”,³² e, com isso, reduzir para abaixo de seu nível habitual o *valor* da força

(*) [No manuscrito lê-se:] Zufrage [N. da edição alemã.]

(31) J.T. Dunning (Secretary to the London Consolidated Society of Bookbinders) *Trades, Unions and Strikes: their Philosophy and Intention*, London, 1860, p. 6, 7.

(32) Obra. cit., p. 7.

de trabalho em determinada esfera. Esse valor da capacidade de trabalho é "considerado pelos próprios operários como o mínimo de salário; pelo capitalista, como *salário uniforme, constante*, de todos os operários de uma empresa.³³ Por isso, os sindicatos nunca permitem a seus membros trabalhar *abaixo* desse salário mínimo.³⁴

São sociedades de seguros fundadas, para tal fim, pelos próprios trabalhadores. Um exemplo pode esclarecer o objetivo dessas coalizões operárias constituídas para proteger o valor da força de trabalho.

(33) Obra cit., p. 17.

(34) Compreende-se que os capitalistas denunciem essa "uniform rate of labour" ("tarifa uniforme de trabalho") como intromissão na liberdade pessoal do operário, como obstáculo que impede o capitalista de seguir os impulsos de seu coração e recompensar especialmente os talentos peculiares. O senhor Dunne,* cujo escrito recém-citado não só vai direto ao fato, mas trata-o com feliz ironia, responde que as "trades unions" permitem ao capitalista "to pay for superior skill, or working ability, as much more as he pleases" ("pagar, como queira, uma superior destreza ou capacidade de trabalho"), mas o impede de reduzir 99/100 do volume de salários, isto é, o salário da "common run of men" ("gente comum e corrente"), dos operários médios em cada ramo da produção, abaixo do "salário mínimo", isto é, o impedem de reduzir o valor habitual da força de trabalho média. É sumamente compreensível que um reviewer [crítico] de Edimburgo (Sobre as *Combinations of Trades* - 1860) tenha denunciado as alianças operárias contra o despotismo do capital, tachando-as de escravidão a que se submetiam, voluntariamente, com incompreensível cegueira, os britânicos nascidos livres (*freedom Britons*). Na guerra, cada qual deseja que o exército inimigo não se submetta ao despotismo da disciplina. Mas, o crítico (reviewer), moralmente indignado, descobre algo ainda pior. As *trades unions* perpetram um sacrilégio, pois infringem as leis do livre comércio (*free trade*)! Que horror! (*Quelle horreur!*). O senhor Dunne* responde entre outras coisas: "It would not be a *free exchange of blows*, if one of the parties were to have, one arm disabled or tied down, while the other had the free use of both . . . The employer wishes to deal with his men singly, so that he whenever he pleases, may give the "sweaters" price for their labour; their right arm as bargainers being tied down by their necessities in its sale. This he calls *free trade*, but the freedom is all on his own side. Call it *trade*, if you will, it is not *free exchange*". ("Não estaríamos anie um livre intercâmbio de golpes se um dos contendores tivesse um braço inutilizado ou atado, enquanto o outro gozasse do livre uso de ambos . . . O patrão pretende tratar com seus homens de maneira a poder pagar-lhes, quando lhe dê na veneta, um preço de "explorador" por seu trabalho; o braço direito de cada operário, como negociador, está preso ante a necessidade de vender esse trabalho. A isso se chama *livre comércio*, mas a liberdade está toda do lado do patrão. Chamem a isto *comércio*, se quiserem, mas não é *livre troca*") (obra cit., p. 47).

(*) [Leia-se] Dunning [N. da edição alemã.]

Em todas as empresas de Londres existem os chamados "sweaters" (exploradores do suor). "Um sweater é aquele que se encarrega de entregar a um primeiro empresário, por um salário habitual, certa quantidade de trabalho, mas que o faz executar por outrem por preço inferior; essa diferença, que constitui seu lucro, é obtida *espoliando o suor* dos operários que realmente executam o trabalho",³⁵ e não representa outra coisa senão a diferença entre o valor da força de trabalho, paga pelo primeiro empresário, e o preço, abaixo do valor da força de trabalho que o sweater paga aos verdadeiros operários.³⁶ Note-se, entre parênteses, que é sumamente característico. . . **

Por exemplo, nas oficinas ceramistas (*potteries*) inglesas utiliza-se a forma de *pagamento por empreitada* para admitir jovens aprendizes (*apprentices*) (a partir dos 13 anos), que são pagos com menores salários, por peças, de tal modo que, precisamente em seu período de desenvolvimento, trabalham em excesso, "para maior rendimento de seu patrão". Oficialmente, o fato vem sendo considerado como um dos motivos de degenerescência da população nas fábricas de cerâmica.³⁷

(35) Obra cit., p. 6.

(36) Organizou-se em Londres uma associação filantrópica que tem por objetivo celebrar contratos de compra, para uniforme militar, aos mesmos preços que o governo paga atualmente aos contratistas ("contractors") e, não obstante, pagar às famintas costureiras um suplemento de 30% sobre seus salários atuais. Esse resultado será obtido pondo de lado o "intermediário" ("middleman"), cujos lucros deverão beneficiar o material humano que ele até então havia explorado. Em que pese a todas as vantagens que a sociedade pode proporcionar, uma costureira não pode ganhar mais do que 1 shilling, por 10 horas de trabalho ininterrupto, com as camisas militares, à razão de duas camisas por dia, e com vestuário não mais do que 1 sh. 6 d. por dia, por 12 horas de trabalho. Nas relações contratuais presentes, seus salários oscilam entre 5 e 8 d. por 10 horas de trabalho, para o qual elas devem fornecer a linha etc." (*Times*, 13 de março de 1860).

(**) Aqui se interrompe o texto da página 25 do manuscrito (*nota da edição alemã*).

(37) "There are, in the employ of the manufacturer, many youths who are taken as apprentices at the early age of 13 and 14 as flappers and hollow-ware pressers. For the first two years they are paid weekly wages of 2 s. to 3s. 6 d. per week. After that they begin to work on the *piece-word system*, earning journeymen wages. "The practice", as Longe says, "of employing a great number of apprentices and taking them at the age of 13 and 14 is very common in a certain class of manufactories, a practice which is not only very prejudicial to

Tão logo o aumento do salário total (por exemplo, do semanal) naqueles ramos de trabalho onde se introduz a empreitada (*task work*) – aumento produzido, digamos, devido à intensidade crescente do trabalho – alcançou certo nível, isso, para os patrões, já constitui motivo de redução do salário, posto que o consideram mais elevado do que é bom para o operário. Desse modo, desmascara-se diretamente o *task work* como meio de redução do salário.³⁸

Deve ficar claro, por si mesmo, que a forma *pela qual* se paga o salário, em si mesma em nada modifica a natureza deste – a qual, ademais, conforme a natureza técnica do trabalho admite apenas uma ou outra forma – ainda que certa forma de pagamento possa favorecer mais do que outra o desenvolvimento do processo capitalista de produção.

the interests of the trade, but is probably another great cause to which the bad constitutions of the potters is to be attributed. This system, so advantageous to the employer, who requires quantity rather than quality of goods, tends directly to encourage the young potter greatly to overwork himself during the 4 or 5 years during which he is employed on the piece work system, but at low wages". The consequences of overwork in the hot stoves at that early age may readily be anticipated." ("há muitos jovens, empregados pelo manufactureiro, que são admitidos na condição de aprendizes, na tenra idade de 13 e 14 anos, como prensadores de peças de cerâmica ocas e prensadores de peças planas. Durante os dois primeiros anos, são-lhes pagos salários semanais que vão de 2 a 3 xelins e 6 pence, por semana. "A prática, como diz Longe, de empregar grande número de aprendizes e admiti-los com a idade de 13 ou 14 anos é comum em certo tipo de manufaturas; isso não só é prejudicial do ponto de vista do ofício, como é provavelmente a outra das grandes causas às quais se podem atribuir a má condição física dos oleiros. Esse sistema, tão vantajoso para o patrão, que exige quantidade mais do que qualidade de bens, conduz diretamente a que o jovem oleiro trabalhe de modo excessivo nos 4 ou 5 anos nos quais está empregado sob o sistema de pagamento por empreitada, mas com baixas remunerações." São facilmente previsíveis as consequências de tão duro trabalho, em idade tão precoce, junto aos candentes fornos de cerâmica"). (*Children's Employment Commission*, "First Report", London, 1863, XIII).

(38) Indeed, the main objection in different trades to working by the piece is the complaint that, when the men are found to earn good wages at it, the employer wishes to reduce the price of the work, and that it is so often made use of as a means of reducing wages." ("Por certo, a principal objeção que se apresenta em vários ofícios contra o trabalho por empreitada é a queixa de que quando os operários conseguem ganhar bons salários, o patrão procura reduzir o preço do trabalho, e que costuma recorrer a ele como meio de reduzir os salários") Dunne,* obra cit., p. 22.

(*) [Deveria ser] Dunning [Nota da edição alemã].

Está claro que as diferenças *individuais* do salário – que mediante pagamento por empreitada têm maior campo de manobra do que o pagamento por tempo – não constituem senão variações com relação ao nível de salário. Mas, o pagamento por empreitada tem tendência, quando não refreada por outras circunstâncias, a reduzir inclusive esse nível.*

O salário, como *preço total* do trabalho médio quotidiano, contradiz o conceito de valor. Todo *preço* deve poder ser reduzido a um *valor*, já que o preço em si mesmo é apenas a expressão monetária do valor, e a circunstância de que os preços atuais estejam *acima* ou *abaixo* do preço correspondente a seu valor, em nada afeta o fato de que são expressão quantitativamente incongruente do valor da mercadoria, ainda que no caso proposto anteriormente sejam também *quantitativamente* demasiado altos ou demasiado baixos. Mas, aqui, no *preço do trabalho*, existiria incongruência *qualitativa*.

Nota 16 – à página 244 – "When corn forms a part of the subsistence of the labourer, an increase in its natural price, necessarily occasions an increase in the natural price of labour; or, in other words, when it requires a greater quantity of labour to procure subsistence, a greater quantity of labour, or of its produce, must remain with the labourer, as his wages. But, as a greater quantity of his labour, or (what is the same thing) of the produce of his labour, becomes necessary to the subsistence of the labouring *manufacturer*, and is consumed by him while at work, a smaller quantity of the productions of labour will remain with the employer." ("Formando o cereal parte da subsistência do trabalhador, um aumento de seu preço natural motiva necessariamente aumento no preço natural do trabalho; ou seja, em outras palavras, quando se requer quantidade maior de trabalho para busca da subsistência, uma quantidade maior de trabalho – ou de seu produto – deve ficar em mãos do trabalhador, na qualidade de salário. Mas, como uma quantidade maior de seu trabalho ou (o que é o mesmo) do produto de seu trabalho se torna necessária para a subsistência do trabalhador *fabril*, e é por este consumida durante o trabalho, ao patrão corresponderá uma quantidade menor dos produtos do trabalho"). R. Torrens, *An Essay on the External Corn Trade*, 1815 – 235, 236).

(*) No manuscrito, o parágrafo precedente está riscado com um traço vertical (Nota da edição alemã).

Como o valor de uma mercadoria = ao trabalho necessário nela contido, o valor de uma jornada de trabalho — executando-se o trabalho sob condições de produção adequadas e com a medida social habitual média de intensidade e destreza — seria igual à jornada nele contida, o que é um disparate e não oferece qualquer determinação. O valor do trabalho — isto é, o preço do trabalho (qualitativamente) despojado de sua expressão monetária — é, pois, uma expressão irracional e, em realidade, simplesmente uma forma invertida e modificada do valor da capacidade de trabalho. (O preço que não pode reduzir-se a seu valor, seja diretamente ou através de uma série de termos intermediários, exprime qualquer troca simplesmente fortuita de não importa que coisa por dinheiro. Assim sendo, as coisas que conforme sua natureza não são mercadorias — e que, portanto, nesse sentido são alheias ao comércio dos homens (*extra commercium hominum*) — se convertem em mercadorias graças a sua troca por dinheiro. Daí, o nexo entre venalidade e corrupção [por um lado], e relação monetária [por outro]. Como o dinheiro é a forma modificada da mercadoria, é difícil ver de onde procede e o que nele se transforma: consciência, virgindade ou batatas.

Mas, tão irracional como o pagamento de acordo com o tempo de trabalho, quando tomado como forma mais direta do salário, é o pagamento por empreitada, quando deve servir diretamente como expressão de uma relação de valor. Em uma mercadoria qualquer, por exemplo (abstração feita do capital constante nela contido), está objetivada uma hora de trabalho = 6 d., digamos. O operário recebe 3 d., ou seja, que o valor desse artigo, no que respeita ao operário, não está determinado pelo valor nele contido, medido pelo tempo de trabalho. Por conseguinte, esse pagamento por empreitada na realidade não exprime diretamente uma relação de valor. Não se trata, pois, de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela contido mas, pelo contrário, de medir pela peça o tempo de trabalho necessário empregado pelo operário. O salário que o operário recebe é, por conseguinte, pagamento por tempo, já que a peça tem somente a função de medir o tempo pelo qual ele percebe o salário, assim como a de servir como garantia de que só se utilizou o tempo de trabalho necessário, ou seja, trabalhou com a intensidade adequada, e que seu trabalho (como valor de uso) tenha a devida qualidade. O pagamento por empreitada, pois, não é outra coisa senão determinada forma de pagamento por tempo, que, por sua vez, é somente a forma modificada que corresponde ao valor da capacidade de trabalho, ou seja o

preço da capacidade de trabalho — correspondente, quantitativamente, a esse valor ou divergente dele. Se bem que o pagamento por empreitada tenha tendência a deixar margem mais ampla à individualidade do operário, e, portanto, de elevar em maior ou menor grau, em relação ao nível geral, o salário de alguns operários, tende da mesma forma a reduzir o salário de outros operários com relação a esse nível, e inclusive a rebaixar esse nível por meio da competição entre os operários, instigada e levada a sua máxima tensão.

Na medida em que a intensidade do trabalho — sob circunstâncias no demais idênticas — é medida pela massa de produtos que o operário fornece em determinado tempo, é necessário, ao comparar o pagamento por tempo (por exemplo, o pagamento de uma jornada de trabalho de determinada duração) em diferentes países, comparar, também, o que ocorre com esses salários quando são expressos como pagamento por empreitada. Unicamente dessa maneira percebemos a verdadeira relação entre o trabalho necessário e o trabalho excedente, ou entre salário e mais-valia. Encontraremos, amiúde, que embora o aparente pagamento por tempo seja mais elevado em países ricos, o pagamento por empreitada é mais elevado em países pobres; nestes, pois, o operário de fato requer uma parte maior da jornada de trabalho para reprodução de seu salário que naqueles, ou seja, a taxa da mais-valia é aqui menor que ali, e o salário, portanto, proporcionalmente maior. Efetivamente, o preço real do trabalho é aqui maior do que ali. Ao comparar diversas nações [encontramos que] a intensidade, além da duração e da produtividade — independente do operário individual — a intensidade apresenta também diferenças visíveis, assim como a duração da jornada de trabalho. A jornada nacional de trabalho mais intensiva equivale à menos intensiva + x. Se tomarmos a jornada de trabalho dos países produtores de ouro e prata como medida da jornada de trabalho internacional, teremos que, por exemplo, a jornada de trabalho inglesa de 12 horas, mais intensiva, exprimir-se-á em mais ouro do que a espanhola, menos intensiva; isto é, com relação à jornada de trabalho média realizada em ouro e prata, alcançará nível mais elevado. Considerando-se a jornada integral de determinada extensão, um salário nacional mais elevado, — mais elevado não só quanto ao valor de uso, mas ao de troca, e, portanto, também em expressão monetária (uma vez pressuposto determinado valor do ouro e da prata, uma expressão monetária mais elevada terá de exprimir sempre mais valor; e uma mais baixa, sempre menos valor; se considerarmos, simultaneamente, os salários que percebem em dinheiro os operários

de diferentes nações, o valor do ouro e da prata será sempre pressuposto como dado, já que, inclusive, havendo uma mudança simultânea desse valor para as várias nações, ou seja, no que se refere a sua relação *reciproca*, não se dá nenhuma mudança), um salário mais elevado, pois, não supõe, na verdade, um preço mais alto do trabalho, como preço para determinado quantum de trabalho. No caso de uma jornada de trabalho mais prolongada, como em uma de maior intensidade de trabalho, o que no plano internacional é a mesma coisa, o salário pode ser mais elevado em um país do que em outro, mas, em primeiro lugar constituir uma parte menor da jornada total, isto é, ser relativamente menor; e em segundo lugar, inclusive, representar preço menor do trabalho. Por exemplo: se o operário percebe, diariamente, 3 sh. por 12 horas, isto é menos do que se seu salário importasse em 2 1/2 sh., por 11 horas, posto que uma hora de trabalho excedente inclui uma utilização muito maior, e, portanto, uma reprodução mais rápida de força de trabalho. A diferença seria ainda maior se os 2 1/2 sh., por 10, e os 3 por . . .*

"Although skill and mechanical science may do much, the preponderance of the vital elements is essential in the extension of manufactures. The system of *morcellment*, in preventing a rapid development of the population, has thus tended indirectly to retard the extension of manufactures. It has also had that effect in a direct manner. It has retained a large population attached to and occupied upon the soil. The cultivation of the soil is their primary occupation — that which is followed with pride and contentment — their employment in spinning, weaving, and the like is but a subsidiary one necessary for their support. Their savings are hoarded for the purpose of increasing their inheritance and they are not prone to wander from home in search of fresh occupation or new habits. (Logo, precisamente aqui, onde *saving* = = hoarding relatively to a high degree still exists, and is able to exist under the given circumstances, is the formation of capital, relatively speaking, and the development of capitalistic production, prevented, in comparison to England by the very same economical conditions that are favourable to the hoarding etc.) The position of a proprietor, the

possession of a house, of a plot of ground, is the chief object also of the factory operative, and of almost every poor man who has not already a property; in fact, all look to the land. From this description of the character and occupations of a very numerous class of the French people, it will be readily inferred that, unlike that of England, the manufacturing industry of France is represented by small establishments (vê-se aqui quão necessária é a expropriação de terras para o desenvolvimento da grande indústria) some moved by steam and water, many dependent for their moving power upon animal labour and many factories still entirely employing manual labour only. The characteristic of French industry is well described by Baron C. Dupin, as consequent upon the system of the tenure of land. He says: "As France is the country of divided properties, that of small holdings, so it is the country of the division of industry, and of small workshops". "Ainda que a destreza e a ciência mecânica tenham grande importância, a preponderância do elemento vivo é essencial para a extensão das manufaturas. O sistema *parcelário*, ao impedir o rápido desenvolvimento da população, tende indiretamente, desse modo, a retardar a extensão das manufaturas. Alcançou esse resultado também de maneira direta. Reteve uma população numerosa e ativa ligada à terra. O cultivo da terra é sua ocupação primária — que desempenham com orgulho e satisfação; — fiar, tecer e atividades similares são, ainda que subsidiárias, imprescindíveis para o sustento. Amealham suas economias com vistas a aumentar a herança, e não mostram propensão a abandonar os lares em busca de novas ocupações ou hábitos. (Portanto, precisamente aqui — onde ainda existe, relativamente, um alto grau de igualdade entre economizar e entesourar, igualdade que pode existir sob circunstâncias dadas —, a formação do capital, relativamente falando, e o desenvolvimento da produção capitalista vêm-se entravados, em comparação com a Inglaterra, pelas mesmíssimas condições econômicas que são favoráveis ao entesouramento etc.) Ser proprietário, possuir casa ou terreno é também o objetivo fundamental do operário fabril, e, quase, de qualquer pobre que não tenha ainda propriedade; na realidade, todos têm em mira a terra. Dessa descrição do caráter e ocupações de uma classe muito numerosa do povo francês, infere-se, facilmente, que, diferentemente da Inglaterra, a indústria manufatureira da França está representada por pequenos estabelecimentos (. . .) alguns deles postos em movimento por água e a vapor; muitos que, em relação à força motriz, dependem do trabalho animal e muitas fábricas que ainda empregam, exclusivamente, o trabalho manual. O barão C.

(*) Faltam as páginas 261 e 262. Em vez dessa continuação, existe uma página, de número 379, que por seu tema tem, em certa medida, relação natural com o texto precedente. Marx intitulou essa página: "ad b) Diferente centralização dos meios de produção nos diversos povos". Após essa epígrafe, figura o texto que segue (*Nota da edição alemã*).

Dupin descreve bem a *característica da indústria francesa*, como *consequência do sistema de posse da terra*. Diz ele: "Assim como a França é o país da divisão da propriedade, das pequenas propriedades, é também o país da *divisão da indústria e das pequenas oficinas*." ("Report of Ins[pectors] of Fact[ories], 31 de outubro de 1855, 67-68). O mesmo inspetor de fábrica (*factory inspector*) (A. Redgrave) fornece um quadro geral (para 1852) das manufaturas *têxteis (textile manufactures)* francesas, seja qual for sua importância (*of whatever importance*), do qual se segue que a força motriz é *vapor (steam)*: 2053 (cavalos-força); *água (water)*: 959, e *outras forças motrizes mecânicas (other mechanical powers)*: 2057. (obra cit., p. 69)³⁹ Compara esse informe (*return*) com o informe acerca do número de fábricas etc., apresentado à Câmara dos Comuns em 1850 (*return of the number of factories etc., presented to the House of Commons in 1850*), e a partir daí mostra "the following remarkable difference between the system of textile manufacture of England and that of France" ("a notável diferença consequente, entre os sistemas de manufaturas têxteis da Inglaterra e França"). A saber, o seguinte resultado:

"The number of factories in France is 3 times as large as those in England, while the number of persons employed in them is only 1/5 greater; but the very different proportions of machinery and moving power will be best shown by following comparison:" ("O número de fábricas é na França 3 vezes maior do que na Inglaterra, ao passo que o número de pessoas nelas empregadas é apenas 1/5

maior; mas as diferentes proporções de maquinaria e força motriz se podem apreciar melhor no quadro seguinte:)

	França	Inglaterra
Número de fábricas (<i>number of factories</i>)	12 986	4 330
Número de pessoas empregadas (<i>number of persons employed</i>)	706 450	596 082 De fato, na França inclui-se entre as fábricas (<i>factories</i>) o que na Inglaterra de nenhum modo se conta nessa categoria.
Número médio de pessoas em cada fábrica (<i>Average number of persons in each factory</i>)	54	137
Número médio de fusos por pessoa empregada (<i>Average number of spindles to each person employed</i>)	7	43 ou seja, seis vezes mais na Inglaterra do que na França
Número médio de pessoas por tear (<i>Average number of persons to each loom</i>)	2 Teares mecânicos e manuais (<i>power and handloom</i>)	2 somente teares mecânicos (<i>Powerloom only</i>)

(39) O que se apresenta como acumulação prévia (originária) do capital, em realidade não é outra coisa que a autonomização das condições de produção; seu divórcio com respeito ao produtor independente (*selfemploying producer*) e a transformação deste em assalariado. No texto, isso é visível em relação à manufatura. É evidente, também, por exemplo, na relação entre o capitalista agricultor (*farmer capitalist*) e o camponês etc. "La grande culture n'exige pas une plus grande masse de capitaux que la petite ou la moyenne culture; elle en exige moins au contraire", mas os capitais devem ser distribuídos de diferentes maneiras nesses sistemas diferentes; "dans la grande culture les capitaux appliqués à l'agriculture doivent se trouver entre les mains d'un petit nombre d'hommes qui salarient les bras qu'ils emploient". ("O grande cultivo não exige massa maior de capitais do que o cultivo pequeno ou médio; pelo contrário, exige menos; (...) no grande cultivo os capitais empregados na agricultura devem encontrar-se em mãos de pequeno número de pessoas que pagam salário aos trabalhadores que empregam"). (Mathieu de Dombasle: *Annales Agricoles de Roville*, 1825, p. 218, 2-ème Livraison).

De acordo com isso, na França existem *mais* pessoas empregadas (*employed*) do que na Inglaterra, mas unicamente porque no informe (*return*) inglês são excluídos todos os teares manuais (*handloom weaving*); mas, no estabelecimento médio (*average establishment*) entram na Inglaterra mais do dobro de pessoas do que na França ($\frac{54}{136} = \frac{27}{68} = \frac{13}{34} = \frac{1}{3}$, aproximadamente), ou seja, maior aglomeração de pessoas sob domínio do mesmo capital. Na França há três vezes mais fábricas, mas só 1/5 mais de pessoas nelas ocupadas, ou seja, *menos* pessoas ocupadas em proporção ao *número de estabelecimentos (establishments)*. Além disso, no que respeita ao volume de maquinaria que corresponde a cada pessoa (*mass of machinery coming upon each*

person), na Inglaterra há 6 vezes mais fusos (*spindles*) do que na França. Se todas as pessoas fossem fiandeiras, teríamos na França 4.915.180 fusos (*spindles*), na Inglaterra 1/5 a menos. Assim, na Inglaterra há 1 tear mecânico (*power loom*) para cada 2 pessoas; na França, 1 tear mecânico ou 1 manual (*1 power or 1 hand loom*).

Persons: 596.082 [X] 43 = 25.631.526. In England 25.631.526. Além disso, steampower employed in factories of Great Britain = = 108.113 horses; the proportion of persons employed about 5 1/2 persons to each horse power of steam; the proportion of France upon this estimate should give a steam power = 128.409 horses, whereas the whole of the steam power of France was in 1852 only = 75.518 horses, produced by 6.080 steam-engines, of the average power of less than 12 1/2 horses to each; while the number of steam engines employed in the textile factories of France appears to have been in 1852 2053 and the power of those engines to be equal to 20.282 horses, distributed as follows:

	<i>Factories</i>	<i>Power in Horses</i>
Employed in spinning only	1 438	16 494
Employed in weaving only	101	1 738
Employed in finishing etc.	242	612
Employed in other processes	272	1 438
	2 053	20 282
	(obra cit. p. 70)	

"The absence, in France, of the bones and sinews of manufactures, coal and iron, must ever retard her progress as a manufacturing country" (obra cit.)

("Pessoas 596.082 [X] 43 = 25.631.526. Na Inglaterra, 25.631.526. Além disso, a força-vapor empregada em fábricas na Grã-Bretanha é = 108.113 cavalos; a proporção de pessoas empregadas, por cada cavalo-vapor é aproximadamente de 5 1/2; a proporção na França, segundo essa avaliação, daria uma força-vapor = 128.409 cavalos, ao passo que o total de força-vapor era, na França, em 1852, só = = 75.518 cavalos, produzidos por 6.080 máquinas a vapor, cuja força média era de menos de 12 1/2 cavalos, cada uma; por sua vez, o número de máquinas a vapor utilizadas nas fábricas têxteis francesas era em 1852 de 2.053, e a força dessas máquinas igual a 20.282 cavalos, distribuídos como seguem:

	<i>Fábricas</i>	<i>Cavalos-vapor</i>
Utilizadas somente em fiação	1 438	16 494
Utilizadas somente em tecelagem	101	1 738
Utilizadas em acabamento etc.	242	612
Utilizadas em outros processos	272	1 438
	2 053	20 282
	(obra cit., p. 70)	

A ausência na França dos ossos e tendões das manufaturas – carvão e ferro – em todo caso tende a retardar seu progresso como país manufatureiro". (obra cit.)

Para cada operário na fábrica inglesa há muito mais maquinaria de trabalho e maquinaria movida por força mecânica (*mechanic power*), por conseguinte também muito mais matéria-prima elaborada por ele no mesmo tempo, se comparado com os franceses (*compared to the Frenchmen*). The productive power of his labour is, therefore, much greater, as is the capital that employs him. The number of establishments much smaller in England than in France. The number of workmen employed on the average, in one single establishment, much greater in England than in France, although the total number employed in France greater than in England, although in a small proportion only, compared to the number of establishments. (Por conseguinte, a força produtiva do seu trabalho é muito maior, como é o capital que utiliza. O número de estabelecimentos é muito menor na Inglaterra do que na França. O número de operários empregados em um só estabelecimento é, em média, muito maior na Inglaterra do que na França, ainda que o número total empregado na França seja maior do que na Inglaterra, mesmo que seja em pequena proporção, se se compara com o número de estabelecimentos.)

Vemos aqui que, em consequência de circunstâncias históricas etc., que influíram de maneira diferente sobre a *grandeza relativa da concentração dos meios de produção*, [deu-se], correspondentemente uma relativamente maior ou menor *expropriação* da massa de produtores diretos, um desenvolvimento muito diferente das forças produtivas e do *modo capitalista de produção* em geral. Isso ocorre, precisamente, em relação inversa à poupança ("*saving*") e ao entesouramento ("*hoarding*") dos produtores diretos, atividades que na França são muito grandes comparadas com a Inglaterra. A escala em que o trabalho

excedente (*surpluslabour*) dos "producers can be "saved" and "hoarded" and "accumulated" and brought together in great masses, *id est concentrated*, can be used as capital, corresponds exactly to the degree in which their surpluslabour is hoarded etc. by their employers instead of by themselves; corresponds, therefore, to the degree in which the great mass of the real producers in precluded from the capacity and the conditions of "saving", "hoarding" "accumulating", is in one word precluded from all power of appropriating its own surplus labour to any important degree, because of their more or less complete *expropriation from their means of production*. Capitalistic accumulation and concentration are based upon, and correspond to, the facility of *appropriating other people's surplus labour in great masses*, and the correspondig inability of these people themselves to lay any claim to their own surplus labour. It is, therefore, the most ludicrous delusion, fallacy, or imposture, to explain, and account for, this capitalistic accumulation by confounding it with, and, as far as phraseology goes, converting it into, a process quite its opposite, exclusive of it, and corresponding to a mode of production upon whose ruins capitalistic production can alone be reared. It is this one of the delusions carefully entertained by the political economy. The truth is this, that in this bourgeois society, every workman if he is an exceedingly clever and shrewd fellow, and gifted with bourgeois instincts, and favoured by an exceptional fortune, can possibly be converted himself into an *exploiteur du travail d'autrui*. But where there was no travail to be exploit e there would be no capitalist nor capitalistic production. ("dos produtores pode ser "poupado" e "entesourado" e "acumulado", e integrar-se em grandes massas, isto  , *concentrar-se*, e em que se o pode usar como capital, corresponde exatamente ao grau em que o trabalho excedente daqueles   entesourado etc., por seus patrões, em lugar de por eles mesmos; corresponde, pois, ao grau no qual a grande massa de produtores reais está excluída da possibilidade e condi es de "poupar", "entesourar", "acumular", em uma palavra, em que está excluída de toda possibilidade de apoderar-se de seu próprio trabalho excedente, em qualquer medida importante, e isso por causa da *expropria o*, mais ou menos completa, de seus *meios de produ o*).

A acumula o e concentra o capitalistas baseiam-se na facilidade de *apropriar-se em grandes propor es do trabalho excedente de outras pessoas*, e na conseqüente incapacidade em que estas se encontram de apresentar qualquer pretensão sobre o seu próprio

trabalho excedente. Por isso,   engano, fraude ou impostura mais risível explicar e fundamentar essa acumula o capitalista, confundindo-a, e, até onde alcance a fraseologia convertendo-a em um processo que   seu oposto, que a exclui e corresponde a um modo de produ o sobre cujas ruínas apenas   que pode erigi-se a produ o capitalista.   esse um dos enganos que a economia política faz subsistir cuidadosamente. A verdade   que, nesta sociedade burguesa, qualquer trabalhador que seja um tipo extraordinariamente destro e astuto, investido de instintos burgueses e favorecido por uma sorte excepcional, tem possibilidades de converter-se em *explorador do trabalho alheio*. Mas, onde não houvesse trabalho para ser explorado, não poderia haver capitalistas nem produ o capitalista).

75)* *Ricardo*, na realidade, consola os operários com o fato de que, em conseq ncia da crescente força produtiva do trabalho, o aumento do capital total em rela o   componente variável, cresce também a parte da mais-valia consumida como renda, e, portanto, [há] procura crescente de servidores domésticos (*increased demand for menial servants*). (*Ricardo, Principles*, p. 473).

76) "Property... is essential to preserve the common unskilled labourer from falling into the condition of a piece of machinery, bought at the *minimum* market price at which it can be produced, that is at which labourers can be got to exist and propagate their species, to which he is *invariably* reduced sooner or later, when the interests of capital and labour are quite distinct, and are left to adjust themselves under the sole operation of the law of supply and demand." ("A propriedade...   essencial para preservar o trabalhador comum, não qualificado, de cair na condi o de peça de uma maquinaria comprada no mercado pelo preço *mínimo* a que pode ser produzida. Isto  , preço pelo qual os trabalhadores podem existir e propagar sua espécie; o trabalhador   reduzido *invariavelmente* a essa situa o, quando, sendo totalmente diferentes os interesses do capital e os do trabalho, deixa-se que se regulem sob a o exclusiva da lei da oferta e da procura".) (*Samuel Laing, National Distress*, London, 1844, p. 46).

77) *Irlanda, Emigra o*. Na medida em que o aumento ou redu o reais da popula o operária, no ciclo decenal da indústria, pode exercer

(*) Esse algarismo, assim como os seguintes, não   número de página, mas número de ordem de uma nota de rodapé, formada pelo trecho subseqüente. As páginas em que figuram essas notas em rodapé não estão numeradas (*Nota da edi o alemã*).

alguma influência perceptível sobre o mercado de trabalho, isso só poderia ocorrer na Inglaterra — e tomamo-la como exemplo porque ali o modo de produção capitalista está desenvolvido e não se move em grande parte, como ocorre no continente Europeu, à base de uma economia agrária que não corresponde àquele — apenas devido à influência que as necessidades de valorização do capital exercem sobre a expansão ou retração da emigração. Em primeiro lugar, deve-se assinalar que a emigração do capital, isto é, da parte da renda anual que se investe como capital no estrangeiro, particularmente nas colônias e nos Estados Unidos da América, é muito maior, em relação ao fundo anual de acumulação, do que o número de emigrantes em relação ao aumento anual da população. Na verdade, uma parte apenas corre atrás do capital. Além disso, a emigração na Inglaterra, na medida em que nos ocupamos de sua parte principal — a agrícola — não se compõe, em sua maior parte, de operários, mas de filhos de arrendatários etc. Até o presente, tem sido mais do que substituída pela emigração da Irlanda. Os períodos de estagnação e de crise, quando o impulso para a emigração é mais forte, são aqueles em que se envia mais capital excedente para o estrangeiro; e os períodos em que decresce a emigração, são aqueles em que se reduz a emigração do capital excedente. Portanto, as oscilações da emigração pouco afetam a relação absoluta entre o capital e a força de trabalho utilizados no país. Se a emigração na Inglaterra alcançasse proporções sérias em relação ao crescimento anual da população, isso significaria acontecer o mesmo com a posição desse país no mercado mundial. A emigração irlandesa, desde 1848, tem logrado os maltusianos em todas as expectativas e presságios. Em primeiro lugar, haviam declarado ser impossível uma emigração que excedesse a medida do aumento de população. Os irlandeses resolveram o problema, em que pese a sua pobreza. Em geral, a parte emigrada envia anualmente, aos que ficaram, os meios para a emigração. Em segundo lugar, porém, os mesmos senhores haviam pressagiado que a grande fome (*famine*) que roubara um milhão [de vidas], e o êxodo subsequente, teriam na Irlanda exatamente o mesmo efeito do que a morte negra (*Black Death*) em meados do século XIV, na Inglaterra. Ocorreu precisamente o contrário. A produção decresceu mais rapidamente do que a população, e igualmente os meios de ocupação dos trabalhadores agrícolas, ainda que seu salário, hoje, — se levamos em conta os diferentes preços dos meios de subsistência — não é mais elevado do que em 1847. A população, entretanto, em 15 anos reduziu-se de 8 para 4 1/2 milhões, aproximada-

mente. Não obstante, a produção de gado em certa medida aumentou e Lorde Dufferin, que queria transformar a Irlanda em mera pastagem para ovelhas, tem muita razão [ao dizer] que a população ainda é demasiado numerosa. Os irlandeses, entretanto, não só levam para a América seus próprios ossos, mas a si mesmos, e o "*exoriar aliquis ultor*" [confirmar-se-á], terrivelmente, além do Atlântico.

Se examinarmos os dois últimos anos — 1864 e 1865 — encontraremos para as principais colheitas (*crops*):

	1864 qrs.	1865 qrs.	Diminuição (decrease)
trigo (<i>wheat</i>)	875 782	826 783	48 999
aveia (<i>oats</i>)	7 826 332	7 659 727	166 605
cevada (<i>barley</i>)	761 909	732 017	29 892
cevada (<i>bere</i>)*	15 160	13 989	1 171
batatas (<i>potatoes</i>)	4 312 388	3 865 990	446 398
nabos (<i>turnips</i>)	3 467 659	3 301 683	165 976
linho (<i>flax</i>)	64 506	39 561	24 945
(dados oficiais: <i>Agricult. Statistics. Ireland. Dublin, 1866, p. 4</i>)			

Isso não impede que tais ou quais sujeitos enriqueçam em meio à rápida ruína do país. Assim, por exemplo, o número de pessoas com ingresso anual de 900 a 1000 £ [era] em 1864, 59; e em 1865, 66; o de 1000-2000 £: 1864: 315, 1866: 342; em 1864 tinham:

	1864	1865
Rendimento (<i>incomes</i>) entre 3 000 — 4 000	46	50
4 000 — 5 000	19	28
5 000 — 10 000	30	44
10 000 — 50 000	23	25

e três pessoas, cada uma com 87.706 £; três, cada uma das quais com 91.509 ("*Income and Property Tax Return*," 7 de agosto de 1866).

(*) Variedade de cevada. (N. dos Ts.).

Lorde Dufferin, que pertence ao número das pessoas “excedentes”, chega à acertada conclusão de que a Irlanda conta ainda com habitantes em excesso.

*“Apenas sob Frederico II foram garantidos aos súditos (camponeses), na maioria das províncias do reino da Prússia, os direitos de herança e de propriedade. E esse dispositivo auxiliou no sentido de terminar com o padecimento da gente do campo, a qual ameaçava *despovoar* o campo. Precisamente no século passado (XVIII), desde que os proprietários pensaram em *umentar os ingressos de suas explorações*, acharam mais vantajoso *desalojar uns quantos de seus vassallos e incorporar as plantações dos camponeses à herdade senhorial*. Os desalojados, desprovidos de um lar, reduziam-se à miséria; e para os demais vassallos os encargos se tornaram completamente insuportáveis, uma vez que, agora, os senhores exigiam que cultivassem também as parcelas cujos proprietários, anteriormente, haviam facilitado com seu trabalho a lavragem das terras do senhor. Essa “*expulsão dos camponeses*” foi particularmente rigorosa na *Alemanha Oriental*. Quando Frederico II conquistou a *Silésia*, havia ali milhares de propriedades camponesas sem dono; as habitações vazias jaziam em ruínas; as terras estavam em mãos dos senhores. Foi preciso reconstruir *todas as localidades confiscadas*; atribuiu-se-lhes novos donos e forneceu-se gado e ferramentas para a lavoura; e foram concedidas aos camponeses como propriedade privada e hereditária. Idêntico abuso provocou em *Rügen* — ainda nos anos de juventude de [Ernst] Moritz Arndt — rebeliões camponesas; foram enviados soldados, e encarcerados os revoltosos. Os camponeses procuraram vingar-se, tocando vários aristocratas e matando-os a golpes. Da mesma forma em *Kursachsen [Saxônia]* o mesmo abuso foi causa, ainda em 1790, de uma sublevação” (G. Freitag).

Bem se vê, por isso, em que consistiam os nobres sentimentos dos senhores feudais!*

**Ainda quando, em essência, a formação do capital e o modo capitalista de produção se baseiam não só na abolição do modo de

(*) A página do manuscrito, que começa neste ponto, assim como a seguinte, não está numerada (*Nota da edição alemã*).

(*) O texto dessa página apresenta um traço vertical (*Nota da edição alemã*).

(**) Essa página também não está numerada (*Nota da edição alemã*).

produção feudal, mas [além disso] na *expropriação* dos camponeses e artesãos; no fundo, [sobre a abolição] do modo de produção que se baseia na *propriedade privada das condições de produção por parte do produtor direto*; ainda que, quando introduzido, o modo capitalista de produção se desenvolva na mesma medida em que se suprime aquela propriedade privada e o modo de produção nela baseado; em que se *expropria*, portanto, sob o nome de *concentração do capital* (centralização) esses produtores diretos; e ainda quando esse *processo de expropriação*, reiterado sistematicamente mais adiante no “clearing of estates” (esvaziamento das propriedades), como ato de violência, introduza, em parte, o modo de produção capitalista, ainda assim, não só a *teoria do modo capitalista de produção* (a *economia política*, a filosofia do direito etc.), mas também o próprio capitalista, em sua *imaginação*, gostam de confundir o modo de propriedade e apropriação — modo cujo desenvolvimento se funda na apropriação do trabalho alheio, e cuja base repousa na expropriação do produtor direto — com aquele *modo de produção* que, pelo contrário, pressupõe a *propriedade privada do produtor direto em relação a suas condições de produção* — uma pressuposição sob a qual o modo capitalista de produção seria impossível na agricultura e na manufatura etc., — e, portanto, gostam de apresentar todo ataque contra essa *forma de apropriação* como ataque contra aquela propriedade obtida através do trabalho, e em geral, *contra toda propriedade*. Naturalmente, são cada vez maiores as dificuldades em apresentar a expropriação dos bens das massas trabalhadoras como condição vital da propriedade fundada no trabalho. (Diga-se de passagem que a propriedade privada, nessa forma, sempre implica, quando menos, na *escravidão* dos membros da família, manipulados e explorados abertamente pelo chefe de família). Por isso, a representação *jurídica* geral, desde Locke até Ricardo [tem sido] a da *propriedade pequeno-burguesa*, ao passo que as relações de produção expostas por eles correspondem ao *modo capitalista de produção*. O que torna isso possível é a relação de *comprador e vendedor*, os quais, *formalmente*, se conservam iguais em ambas as formas. Em todos esses escritores encontramos a [seguinte] dualidade:

1) *economicamente*, contra a *propriedade privada baseada no trabalho*, demonstram as vantagens que apresentam a *expropriação da massa* e o *modo capitalista de produção*;

2) *ideológica e juridicamente* transplanta-se, sem mais preâmbulos, a *ideologia da propriedade privada fundada no trabalho* para a propriedade baseada na *expropriação dos produtores diretos*.

79) Temos, por exemplo, a fraseologia de lançar sobre os ombros das novas gerações, por meio de dívidas públicas, os encargos do presente. *A* pode dar a *B*, quem, real ou ficticiamente empresta mercadorias, um vale sobre *produtos do futuro* (assim como há poetas e músicos do futuro). Mas *A* e *B* juntos não consomem sequer um átomo de produtos do futuro. Cada época deve pagar seus próprios gastos de guerra. Um operário, em troca, pode dar, antecipadamente, neste ano, o trabalho dos três anos seguintes.

"In pretending to stave off the expenses of the present hour to a future day, in pretending that you can burthen posterity to supply the wants of the existing generations" — sustenta-se o absurdo "that you can consume what does not yet exist, that you can feed on provisions before their seeds have been sown in the earth. . . All the wisdom of our statesmen will have ended in a great transfer of property from on class of persons to another, in creating an enormous fund for the rewards of jobs and speculation." ("Ao querer transferir para o futuro os gastos da hora presente; ao pretender que alguém seja capaz de lançar para a posteridade o encargo de prover as necessidades da atual geração [sustenta-se o absurdo] de que se pode consumir o que ainda não existe; de que é possível consumir alimentos antes de serem lançadas as sementes na terra. . . Toda a sabedoria de nossos estadistas terá como único resultado transferir, em grande escala, a propriedade de uma classe de pessoas a outra, criando um fundo enorme de especulações e malversações"). (Percy Ravenstone, M.A., *Thoughts on the Funding System and its Effects*, London, 1824, pp. 8, 9.)

Os Mineiros (colliers)

Em cada greve pode-se apreciar a dependência em que os mineiros (*colliers*) se encontram, em matéria de habitações, em relação aos exploradores. Por exemplo: a greve (*strike*) de novembro de 1863, em Durham. Sob as mais cruas condições atmosféricas foram atirados à rua operários, com mulheres e filhos, juntamente com os móveis etc, em frente às casas. Antes de tudo, era necessário procurar abrigo durante as noites geladas. Grande parte das pessoas dormia ao relento; outros forçaram a entrada das casas desocupadas (*evacuate dwellings*), e ocuparam-nas (*occupied*) durante a noite. Em conseqüência, os donos das minas no dia seguinte fizeram selar portas e janelas, com pregos e barras, para que os desalojados não pudessem usufruir do luxo de

dormir, na noite glacial, sobre o pavimento nu dos casebres vazios. Para buscar refúgio, as pessoas começaram a construir casebres de madeira, choças (*wigwags*) de turfa, mas os proprietários dos terrenos, por sua vez, arrasaram-nos. Grande número de crianças pereceu miseravelmente durante essa luta do trabalho contra o capital. (*Reynolds Newspaper*, 29 de novembro de 1863.)

ÍNDICE

I – Resultados do Processo Imediato de Produção	5
A produção capitalista como produção da mais-valia.	6
Subsunção formal do trabalho ao capital	51
Subsunção real do trabalho ao capital, ou modo de produção especificamente capitalista	55
Anotações complementares sobre a subsunção formal do trabalho ao capital	56
Subsunção real do trabalho ao capital	66
Trabalho produtivo e trabalho improdutivo.	70
Produto bruto e produto líquido	80
Mistificação do capital, etc.	83
II – A Produção Capitalista é Produção e Reprodução das Relações de Produção Especificamente Capitalistas	90
Resultado do processo imediato de produção	95
Transição dos parágrafos 1 e 2 deste capítulo para o 3, que a princípio consideramos como 1	95
III – As Mercadorias como Produto do Capital	97
Páginas Avulsas	125